

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATÁLIA TAVARES DE AZEVEDO

PROTEÇÃO AMBIENTAL E RURALIDADE:
AGRICULTORES FAMILIARES EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS NO
MUNICÍPIO DE JOINVILLE

CURITIBA
2006

NATÁLIA TAVARES DE AZEVEDO

PROTEÇÃO AMBIENTAL E RURALIDADE:
AGRICULTORES FAMILIARES EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS NO
MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Sociologia, no Programa de Pós-graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.
Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg,.

CURITIBA
2006



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) mestrando(a) **Natália Tavares de Azevedo**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "PROTEÇÃO AMBIENTAL E RURALIDADE: AGRICULTORES FAMILIARES EM ÁREAS PROTEGIDAS NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE", é de parecer favorável à APROVAÇÃO do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Sociologia, linha de pesquisa "Ruralidades, Meio Ambiente e Desenvolvimento" da área de concentração Trabalho e Ruralidades. Curitiba, 21 de dezembro de 2006.

Dr Álfio Brandenburg

(Orientador e presidente da banca examinadora)

Dr Osvaldo Heller da Silva

Dr Luiz Fernando Scheibe

AGRADECIMENTOS

A concretização desta pesquisa não foi um exercício fácil nem simples, pois consistia em um grande desafio, para mim, vinda de uma graduação em Turismo, realizar um mestrado na Sociologia, e só foi possível graças ao apoio e amizade, a compreensão e ao afeto, a paciência e o respeito de muitas pessoas, as quais todo agradecimento é pouco:

A professora e amiga Valdete Daufenback Niehues, que me estimulou e me fez acreditar que era possível realizar esta jornada. Sem sua ajuda, incentivo e apoio, eu não teria sequer vislumbrado a possibilidade de realizar este mestrado.

Aos agricultores familiares da APA Dona Francisca, que no meio de seu cotidiano atribulado e já tão cansados de ações de pessoas e instituições que nunca lhes trazem nenhum benefício, abriram suas portas, me receberam, alguns em casa com a mesa para o almoço, outros no rancho, outros sob o sol, mas todos dispostos a gastar vários minutos, algumas vezes mesmo horas para me ajudar a compreender a lógica dos acontecimentos da região. Neste período, encontrei pessoas, fiz amigos, ganhei ovos caipiras, manteigas fresquinhas, queijinho, bananas, melados, mas mais do que isso ganhei a oportunidade de conhecer o modo de vida destes agricultores, seus valores, suas crenças, suas dificuldades e alegrias. Por tudo isto, espero poder com este trabalho retribuir de alguma maneira a tudo que ganhei com esta convivência.

Um agradecimento muito especial ao “Seu” Juvenal e a “Dona” Teresa, que durante minha estada no Quiriri abriram as portas da comunidade para mim, me levando para as reuniões, me apresentando aos agricultores e lideranças, me oferecendo almoços e cafés, amizade, conversas, companheirismo. Na sua simplicidade, ofereceram-me a oportunidade de ter contato com todo um conhecimento daqueles que lidam com a terra, que trabalham no ritmo da natureza e fazem dela uma aliada, e não um empecilho ao seu desenvolvimento.

A Sra. Clair Olsen, que me acolheu em sua casa sem me pedir nada em troca durante o tempo que passei no Quiriri, e que me apresentou o novo lado do rural joinvilense, “os neorurais”, me permitindo assim identificar todos os interesses em jogo na disputa pela sua redefinição.

Ao professor e orientador Alfio Brandenburg, que com tantos afazeres na vida da universidade teve a paciência para ler e reler meus textos, sempre construídos “anarquicamente”, me ajudando a transformar todos estes fragmentos em algo coeso. Mas, muito mais do que isso, me ajudou a construir um novo olhar sobre o mundo, contribuindo para meus primeiros passos na trilha *habermasiana*.

Aos técnicos e dirigentes da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Fundação Municipal para o Desenvolvimento Rural 25 de Julho, que me forneceram os dados necessários para a realização desta pesquisa.

Ao Srs. Indalécio Sumech, Conrado Boldt, Adalberto Larsen e todas as lideranças comunitárias pela atenção e valor dado a esta pesquisa, por me permitirem participar das reuniões, falar sobre meu estudo e abrir a possibilidade de conhecer os agricultores da região, pelos convites para as reuniões, festas e encontros das comunidades da APA, essenciais na observação participante realizada como principal instrumento de coleta de dados para esta pesquisa.

Aos colegas de CERU, Beatriz, Patrícia, Pedro e Zuleica, pela convivência agradável e estimulante durante o período de preparação da pesquisa. Aos amigos e amigas que fiz durante o mestrado, Beatriz, Haya, Patrícia, Pedro, Ademir, Miriam, e tantos outros, que me acolheram em suas casas em meu vaivém entre Joinville e Curitiba, pelos cafés, cervejas e risadas, que ajudaram a aplacar a ansiedade deste período de novos e grandes aprendizados, em especial a Beatriz e Haya, que me mostraram que as diferenças de visões de mundo e opiniões podem ser muito mais interessantes e instigantes do que eu supunha.

Aos meus pais, que me deram o apoio financeiro e logístico sem o qual esta pesquisa não passaria de uma vontade, por compreenderem e respeitarem esse meu desejo pelo saber e a minha dúvida radical sobre o mundo, que muitas vezes me levam para o lado oposto da realização financeira que eles tanto aguardam.

A todos os meus amigos, que compreenderam este meu sumiço dos últimos tempos, e que por isso ficaram privados de nossas reuniões do Clube do Garfo, que tornam nossas vidas mais felizes e agradáveis, em nosso jardim epicurista.

Ao grande amigo João Paulo Borges da Silveira, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando, ajudando a levantar minha auto-estima quando a ansiedade me

fazia crer que nunca concluiria esta dissertação, pela divisão das decepções com mundo, mas também das utopias e desejos.

Ao amigo Reginaldo Aparecido de Freitas, pela contribuição com os mapas já na reta final desta pesquisa, e a sempre deleitável companhia literária e poética.

A Sheila Cristine Gomes, pela disposição na tradução do *abstract*, bem como pela companhia filosófica de tantos anos, numa caminhada compartilhada de paixão pelo conhecimento.

Finalmente, à Marta, companheira de todas as horas, que sempre esteve ao meu lado aturando minhas crises de ansiedade e mau humor, realizando as atividades sem se queixar de minha ausência, sempre tentando me trazer motivação e me fazer acreditar que estava indo pelo caminho certo, com seu amor, amizade e afeto. Também por suas “dicas ambientais”, por me conseguir contatos, pareceres jurídicos e por dividir comigo seu conhecimento profundo do funcionamento dos órgãos ambientais.

A VENTANIA

*Assovia o vento dentro de mim.
Estou despido. Dono de nada, dono de
ninguém, nem mesmo dono de minhas
certezas, sou minha cara contra o vento,
a contra-vento, e sou o vento que bate
em minha cara.*

Eduardo Galeano – O livro dos abraços

RESUMO

Nos últimos 20 anos assistiu-se ao estabelecimento de inúmeros aparatos legais e institucionais para a conservação dos recursos naturais, em especial, nesta pesquisa, para as regiões de Mata Atlântica, com o Decreto 750/93, que restringiu de maneira significativa as possibilidades de intervenção na floresta, bem como pela reformulação da lei 4.771/65 em 1986, que aumentou as áreas de APP'S. Com a criação da APA Dona Francisca, os agricultores familiares de Joinville foram lançados à arena pública em torno da conservação dos recursos naturais, significando um novo patamar de colonização do seu mundo da vida. Se, por um lado, tal medida trouxe alguns benefícios para o processo de conservação, por outro, devido a grande debilidade institucional dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, tem gerado diversas dificuldades a sua reprodução social, já que são tornados em principais agentes responsáveis pela conservação dos recursos, restringindo-se suas práticas produtivas, sem uma necessária contrapartida em termos de políticas públicas para o desenvolvimento local. Esta pesquisa teve como objetivo analisar as diferentes reações e contrapartidas dos agricultores familiares a partir da institucionalização da proteção ao meio ambiente por meio da criação da Área de Proteção Ambiental Dona Francisca no município de Joinville (SC), identificando os diferentes atores e demandas aos quais se conectam e quais conflitos são gerados.

PALAVRAS-CHAVE: agricultores familiares, unidades de conservação, Área de Proteção Ambiental, sustentabilidade, gestão dos recursos naturais.

ABSTRACT

In the last 20 years we have watched the establishment of countless legal and institutional devices for the conservation of natural resources, mainly, for this research, in the regions of rainforest, with the Decree 750/93, which significantly restrained the possibilities of intervention in the forest, as well as by the reformulation of the law 4.771/65 in 1986, which enlarged the dimensions of the Areas of Permanent Preservation. With the creation of the Area of Environmental Protection of Dona Francisca, the family farmers from Joinville were launched to the public arena around the conservation of natural resources, meaning a new degree of colonization of their world of life. If, by the one hand, such measure brought some benefits for the process of conservation, by the other, due to the great institutional weakness of the environmental town and state agencies, it has generated several difficulties to its social reproduction, considering the family farmers have become the main responsible agents for the conservation of the resources, restraining their productive practices, without the necessary counterpart in terms of public policies for local development. This research aimed at analyzing the different reactions and counterparts of the family farmers as of the institutionalization of the environment protection by means of the creation of the Area of Environmental Protection of Dona Francisca in the city of Joinville (SC), identifying the different actors and demands to whom and which these are connected and what conflicts are generated.

KEY-WORDS: family farmers, conservation areas, Area of Environmental Protection, sustainability, natural resources management.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APP – Área de preservação permanente

CCJ – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FATMA – Fundação Estadual do Meio Ambiente

FUNDEMA – Fundação Municipal do Meio Ambiente

IBAMA - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IELUSC – Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/IELUSC

IN – Instrução Normativa

NEMATUR – Núcleo de Estudos em Meio Ambiente e Turismo

OSCIP – Organização da sociedade civil de interesse público

PMFS – Plano de Manejo Florestal Sustentável

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

RCS – Requerimento de Corte Seletivo

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Nacional

SDM - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

SDR – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SS – Solicitação Simples

STRJ – Sindicato do Trabalhadores Rurais da Região de Joinville

UC – Unidade de Conservação

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Modelo de interação na Arena Pública.....	31
Figura 02 - Vista da Serra do Mar do Mirante da SC-301.....	47
Figura 03 - Vista do vale do Cubatão com seu uso agropecuário.....	48
Figura 04 - Solo exposto após corte raso do <i>Pinus sp</i> no alto da serra.....	50
Figura 05 - Estrada Dona Francisca no início do século XX e o transporte com carroções	52
Figura 06 – Residência da região das APA's com seu estilo colonial.....	54
Figura 07 – Residência da região das APA's com seu estilo colonial.....	56
Figura 08 - Vista aérea da Estação de Tratamento de Água da Companhia Águas de Joinville.....	56
Figura 09 - Rio Quiriri	64
Figura 10 - Rio Seco.....	64
Figura 11 - Estrada Quiriri, com cultivo de cana e banana beirando a estrada.....	66
Figura 12 - Casal praticando agricultura com tração animal na Estrada Rio da Prata.....	68
Figura 13 – Bananicultura desrespeitando as APP's.....	69
Figura 14 - Cultivo de pupunha	71
Figura 15 - Arena de instituições públicas.....	108
Figura 16 - Arena de organizações da sociedade civil.....	112
Figura 17 - Arena de organizações da iniciativa privada.....	115
Figura 18 - Espaços de interação.....	116
Quadro 1 – Uso e cobertura do solo.....	49
Quadro 2 – Estrutura fundiária.....	57
Quadro 3 – Tamanho da propriedade dos agricultores entrevistados.....	64
Quadro 4 – Categorias de UC's.....	97
Quadro 5 – Membros do CCJ.....	118
Quadro 6 – Membros do Conselho Gestor da APA.....	125

SUMÁRIO

MEMORIAL DA PESQUISA.....	13
1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 Apresentação.....	18
1.2 Objeto.....	20
1.3 Os capítulos.....	21
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	23
2.1 Da abrangência da área de estudo.....	25
2.2 Caracterização da pesquisa.....	26
2.3 Abordagem e conceitos norteadores.....	27
2.4 Etapas da pesquisa e procedimentos de coleta de dados.....	36
2.5 Procedimentos analíticos.....	40
2.6 Amostragem.....	42
3 ESPAÇO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR EM JOINVILLE.....	44
3.1 Aspectos físicos.....	46
3.2 Aspectos históricos da ocupação humana na região.....	50
3.3 O espaço rural joinvilense e as transformações recentes.....	56
3.4 Caracterização dos agricultores familiares que participaram da pesquisa.....	61
3.4.1 Aspectos da propriedade.....	63
3.4.2 Os aspectos da produção e comercialização.....	66
4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E OS ASPECTOS RESTRITIVOS DO USO DOS RECURSOS NATURAIS NO MEIO RURAL.....	73
4.1 Do mundo selvagem ao meio ambiente – origens da conservação das florestas.....	73
4.2 Institucionalização da proteção ao meio ambiente no Brasil.....	79
4.3 Aspectos restritivos do uso dos recursos naturais no meio rural.....	83
4.3.1 O Código Florestal de 1965.....	83
4.3.2 Decreto Federal nº 750/93.....	87
4.3.3 A Portaria Interinstitucional nº 01 de 1996.....	89
4.3.4 Política Florestal de Santa Catarina.....	92
4.3.5 A Política Estadual dos Recursos Hídricos.....	92
4.3.6 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.....	95
5 A CRIAÇÃO DA APA DONA FRANCISCA E A FORMAÇÃO DA ARENA PÚBLICA DE CONFLITOS.....	101
5.1 A institucionalização da proteção ao meio ambiente em âmbito municipal.....	101
5.2 A formação de uma arena pública de conflitos socioambientais.....	105
5.3. Arenas de atores e a gestão dos recursos naturais.....	107
5.3.1 Instituições públicas.....	108

5.3.2 Organizações da sociedade civil.....	111
5.3.3 Organizações da iniciativa privada.....	113
5.4 Os espaços de interação.....	115
5.4.1 O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte – CCJ.....	117
5.4.2 O Conselho Gestor da APA.....	124
 6 ATORES, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA APA DONA FRANCISCA.....	 127
6.1 Práticas produtivas, gestão da propriedade e recursos florestais.....	128
6.1.1 Reações não-políticas dos agricultores familiares ao processo de juridicização.....	142
6.2 Usos conflitantes e recursos hídricos	148
6.3 Agricultores familiares e gestão dos recursos naturais - criação da APROÁGUA e a participação dos agricultores na arena pública.....	160
6.4 Gestão dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável.....	167
 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 171
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 178
 APÊNDICE.....	 189

MEMORIAL DA PESQUISA

Meu envolvimento com o meio rural joinvilense começou efetivamente no ano de 2000, quando por meio de atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos em Meio Ambiente e Turismo – NEMATUR, do curso de Turismo com Ênfase em Meio Ambiente do Instituto Superior e Centro Educacional Luterano – IELUSC, tive a oportunidade de conhecer Santa Rosa de Lima e as iniciativas de economia solidária, baseadas na produção agroecológica, que estavam sendo implantadas neste pequeno município do sul catarinense.

A partir deste contato, com um grupo que era de certa forma “puxado” pela professora Valdete Daufenback Niehues, que desenvolvia atividades na linha de pesquisa Turismo Rural e Desenvolvimento Comunitário deste núcleo, começamos a pensar algo semelhante para a região de Joinville – a idéia era fomentar um turismo rural em que as atividades agrícolas não perdessem totalmente a importância, como víamos em vários lugares, mas um projeto que envolvesse desenvolvimento agroecológico, agroturismo e economia solidária. Um forte movimento se iniciou nesta época, mas que acabou não tendo os resultados esperados, pois houve um aceno do poder público em adquirir os produtos para a merenda das escolas, os agricultores produziram, mas a comercialização esperada não ocorreu, o que desmobilizou o grupo. Deste momento inicial, permaneceram apenas 2 agricultores da região no movimento da economia solidária, que foi se enfraquecendo com o passar dos anos.

Antes de entrar no curso de Turismo, apesar de ser joinvilense, a representação que eu tinha do rural da região era a imagem bastante difundida de lugar bucólico, marcado pelo ritmo da natureza, de comunidades isoladas de origem germânica. Frequentava a região para tomar banhos de rio nos finais de semana, como milhares de joinvilenses. Como o curso possuía ênfase em meio ambiente, desde o princípio voltamos nosso olhar para o meio rural, já que é nele que ainda se encontram as paisagens que se tornam cenário das práticas de ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural nas quais estávamos interessados, e cursando as disciplinas de Sociologia, Sociologia do Turismo, Antropologia, Turismo e Cultura eu

e vários colegas começamos a ter o rural como um objeto de análise e passamos a compreender um pouco mais sobre sua dinâmica.

Devido a uma série de dificuldades, acabei por me afastar do NEMATUR, e no ano de 2002, passei a fazer estágio na Fundação Municipal do Meio Ambiente, no setor de educação ambiental, oportunidade na qual me foi dada a possibilidade de conhecer a forma de funcionamento das autorizações de corte, licenças ambientais, gestão de unidades de conservação entre outras formas de controle do uso dos recursos naturais. Apesar de atuar na área de educação ambiental, especificamente no Parque Municipal Morro do Finder, onde acompanhava como monitora crianças das escolas da região em trilhas, participei de várias atividades relacionadas ao Programa SOS Nascentes, então responsável pela gestão das APA's, e que vinha desenvolvendo um interessante trabalho com a comunidade, com reuniões quinzenais que ocorreram em diversas das estradas da APA, nas quais participavam não só a comunidade, mas também empreendedores que atuam na região e membros do poder público e das universidades. Este trabalho despertou meu interesse, porque estava atuando justamente na mobilização da população, e apesar dos diversos conflitos que ficavam bastante evidentes, mostrava um potencial altamente transformador na forma de execução das políticas públicas.

Nesta altura, meu interesse pelo turismo já havia virado secundário, o que me interessava era este processo de mobilização para a gestão dos recursos naturais, os diversos interesses que se confrontavam, o impacto destas ações para aquelas pessoas que viviam lá e o papel do poder público neste processo. Entretanto, como era estudante de turismo, deveria ter como objeto de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso algo que envolvesse a atividade turística, por isso acabei optando por investigar os projetos de educação ambiental do SOS Nascentes, compreendido não só como as atividades de palestras e cursos que era dados aos moradores e crianças, mas a todo esse processo que estava sendo gestado como forma de criar o Plano de Manejo das APA's, e sua relação com o desenvolvimento das práticas de ecoturismo, entendida como aquela que se realiza com objetivo de formar uma nova percepção e consciência da relação do homem com o meio ambiente, e não que o tem apenas como cenário.

No desenvolvimento da pesquisa, conversei com diversos moradores, lideranças comunitárias, agricultores, técnicos dos órgãos públicos e fui percebendo que todo esse processo de mobilização em torno do tema ambiental, e o controle

institucional que vinha se instalando no processo de conservação dos recursos estava gerando um grande descontentamento por parte dos agricultores, não porque eles eram contra a proteção dos recursos naturais, mas porque existia uma unilateralidade no processo, que era feito de forma bastante impositiva, por mais que alguns técnicos do SOS se esforçassem para fazer algo dentro de uma nova concepção de planejamento. Técnicos estes que acabaram saindo do programa, justamente pelas dificuldades colocadas pela administração municipal para implementá-lo dentro desta concepção. Assim, quando conclui o curso de turismo em setembro de 2003, já estava decidida a continuar pesquisando a região da APA, mas desta vez na perspectiva dos agricultores familiares em face deste processo de politização da conservação dos recursos naturais. A escolha pela sociologia como lugar para reflexão sobre a problemática era resultado do meu envolvimento com as questões sociais, com minha participação em um grupo de estudos durante a faculdade, no qual discutíamos os problemas sociais na perspectiva sociológica..

No início de 2004 decidi participar do processo seletivo para o Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR, mais uma vez incentivada pela professora Valdete, e apesar das dificuldades que sabia que possuía entrei no programa. Mudei então para Curitiba, permanecendo na cidade durante o período das disciplinas, que cursei com dificuldade, já que muitas discussões, especialmente as teorias sociológicas contemporâneas, eram – e continuam sendo – extremamente complexas para mim, mas as quais cursei com muita curiosidade e disposição.

Ao retornar para Joinville iniciei efetivamente a pesquisa, comecei a preparar os instrumentos de campo e a repensar os objetivos, tentando dar mais clareza ao meu problema de pesquisa, pois o tema já estava bastante claro. Cursei ainda mais uma disciplina na UFSC, Estado e Agricultura Familiar, para tentar compreender um pouco melhor a sociologia rural, e durante todo esse período de pesquisa fiquei trabalhando apenas com revisão de textos acadêmicos, já que minha área de estudo era distante e exigia a disponibilidade de tempo, o que me trouxe enormes dificuldades financeiras que acabaram por tornar muito mais lento o processo de coleta de dados.

Decidi então ir residir durante um tempo na área de estudo, escolhendo a região do Quiriri por ser uma área onde os conflitos estão bastante evidentes, já que aos pés dos contrafortes da Serra do Mar e por isso com diversas limitações de uso, e também porque a região sofreu uma forte pressão de urbanização durante um

período, em que a área era considerada zona urbana, bem como por ser uma das áreas preferidas pelos *neorurais* e sitiantes, já que possui uma beleza natural totalmente ímpar.

Na região do Quiriri fiquei hospedada na propriedade de uma senhora que apenas residia na localidade, em um sítio na altura do quilômetro 10, onde já não há telefones e a iluminação é bastante precária, na região do Alto Quiriri. Nestes dois meses que passei lá, entre outubro e dezembro de 2004, vivi uma experiência inesquecível, pelo contato com os agricultores, observando o ritmo e a forma de vida das pessoas do lugar. Foi nessa vivência que conheci pessoas e histórias fantásticas.

São tantas personagens que poderiam encher centenas de páginas, gente simples, que vive da terra, que tem defeitos, mas que sabe ouvir, o que falta é alguém para ir passar as informações. Quando eu questiono se alguém já veio na propriedade para ensinar alguma coisa, dizem – não, aqui ninguém vem, posso deixar rolar um litro de agrotóxico no rio que ninguém vem, agora se cortar uma madeirinha pra lenha, no outro dia já estão aí.

Quando você chega na propriedade, perguntam: de que família tu é? Sobrenome por aqui é importante, se não tem referência, as portas não se abrem. É uma mistura de simpatia e desconfiança, desconfiança gerada também pelo aumento populacional rápido que ocorreu na região na década de 1980. Como meu avô era um conhecido contador e advogado no município na década de 1970, não tive muitas dificuldades para conseguir obter as informações que precisava, apesar de não ter origem alemã, de ser *brasileira*, como dizem. O que se percebe é que ou se é descendente de alemães, ou, se for “brasileiro”, tem que ser de família boa, ou então a recepção não é a mesma.

Participei de reuniões de associações de moradores, dias de campo, das reuniões prévias com as lideranças para a formação da APROÁGUA, organização dos agricultores e moradores locais como forma de reação ao processo de controle institucional da conservação dos recursos naturais, fui a festas, bailes, reuniões com *neorurais* que estavam interessados em começar a desenvolver o ecoturismo na região do Quiriri, conheci os engenhos de farinha e de cana que ainda funcionam na região, agroindústrias artesanais, apiários, aviários, viveiro de pupunha, grandes propriedades com silvicultura entre muitas outras experiências.

Foram dois meses intensos, que me permitiram conhecer as práticas produtivas, começar a desvendar as lógicas do poder da comunidade – apenas começar, pois este fechamento, esta certa xenofobia é muito marcante, não permite trazer à tona o que há de mais profundo nas relações entre os membros do grupo. Muitas questões ficaram em aberto, como as relações entre a cultura local e as práticas produtivas, ainda incipientemente compreendidas, entre comportamento religioso e comportamento político e outras variáveis que parecem relacionar-se, mas as quais ainda não pude compreender em sua complexidade.

Apenas após concluir esta etapa, ou já ao seu término, iniciei as entrevistas com registro de áudio, pois assim já era suficientemente conhecida pela comunidade, conseguindo obter informações melhores, falas que tinham menos objetivo de apenas me convencer de sua situação injusta, conseguindo saber quais agrotóxicos utilizam, quais mecanismos eles fazem para tentar burlar as leis entre outras informações que certamente não seriam reveladas a um completo estranho.

Já no ano de 2006 realizei entrevistas com técnicos dos órgãos públicos, empreendedores e ambientalistas, ano no qual também comecei a lecionar no ensino superior, o que me levou a ter uma grande dificuldade de tempo para o tratamento dos dados obtidos e redação final da dissertação, pois estava diante de uma experiência nova e desafiadora, que deveria exercer com excelência para garantir meu futuro profissional.

Fecho esta dissertação com algumas respostas e várias novas perguntas, mas principalmente com uma sensação de dever, dever de retribuir de alguma maneira ao acolhimento que recebi destes agricultores, dever de contribuir com o conhecimento que a vivência do mestrado me possibilitou na implementação da APA como um instrumento eficiente e eficaz no desenvolvimento rural sustentável da área rural de Joinville.

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

A destruição da natureza vem sendo cada vez mais entendida como resultado de um modelo de desenvolvimento, característico da modernidade, em que a prerrogativa do crescimento econômico ilimitado submete a utilização dos recursos naturais à lógica do sistema industrial, com sua racionalidade econômica, teleológica, com respeito-a-fins¹.

Nos últimos trinta anos, entretanto, este modelo vem sendo crescentemente questionado, tanto por áreas do conhecimento científico quanto por agências governamentais nacionais e internacionais, que passaram a discutir a impossibilidade deste crescimento ilimitado, bem como pela sociedade civil, organizada através de um movimento ambientalista multifacetado.

A busca por um desenvolvimento diverso ao modelo historicamente dado, focado no crescimento econômico, tem sido alvo de discussões desde a década de 1960, com os movimentos estudantis que lutavam contra um mundo “senil e triste”, e fundamentalmente com a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, que denunciava a ação destruidora do homem sobre o meio ambiente, ainda em 1962. A partir de então se seguiram o Relatório Limites do Crescimento, elaborado pelos cientistas do Clube de Roma (1972), e conferências diversas, em Estocolmo, Tbilisi, Moscou, além da publicação do Relatório Brundtland, conhecido como *Nosso Futuro Comum*, em 1987, onde foi utilizado pela primeira vez o termo desenvolvimento sustentável, definido como aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.

Neste fluxo dos acontecimentos surgiram conceitos diversos de “um outro desenvolvimento”, que apesar de suas controvérsias tendem a convergir na busca de novas formas de entendimento da dinâmica adaptativa das sociedades

¹ HABERMAS, J.. *Técnica e ciência enquanto ideologia*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

modernas, com perfil antecipativo-preventivo e interessadas em incorporar a dimensão do longo prazo.²

Todo este movimento está relacionado, como defende Brüseke³, ao reconhecimento da crise do modelo de desenvolvimento baseado numa racionalidade técnica instrumental (racionalização parcial), característica dos sistemas capitalistas das sociedades modernas.

Como uma das resultantes deste amplo debate tem-se, em termos de políticas, a criação de unidades de conservação como meio de proteção aos ecossistemas e aos recursos naturais. Como demonstra Diegues⁴, as unidades de conservação surgiram fundamentalmente a partir de uma concepção preservacionista, baseada na noção de *wilderness*, áreas selvagens e desabitadas, de natureza intocada, que resultaram na criação de parques como Yellowstone. Esse enfoque preservacionista, como aponta Zanoni⁵, deve ser situado no domínio das representações sociais, que revelam uma determinada visão da natureza e de intervenção humana sobre a mesma, podendo funcionar como ideologia legitimadora desta concepção, ao não se ter questionado a lógica do modelo de sociedade que se assenta na espoliação da natureza e dos recursos humanos.

As Áreas de Proteção Ambiental, contudo, partem de uma visão conservacionista, ao permitirem que as populações locais permaneçam dentro do território, o que, em certa medida, representa um avanço em relação a uma visão estritamente preservacionista. Entretanto, observações oriundas de pesquisas empíricas vêm demonstrando que nestas áreas as limitações impostas às atividades produtivas geram restrições de uso inadequadas, ao não levarem em conta os interesses reais e as representações de natureza das comunidades locais. É nesta direção que segue esta pesquisa, visando contribuir para a análise do impacto da criação destas UC's em áreas submetidas a uso caracteristicamente rural, não

² VIEIRA, P. F. & WEBER, J.. *Sociedades, naturezas e desenvolvimento viável*. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (orgs). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1996.

³ BRÜSEKE, F.J.. *Desestruturação e desenvolvimento*. In: FERREIRA, L. C. e VIOLA, E.(orgs). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2ª ed., 1996.

⁴ DIEGUES, A.C.. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

⁵ ZANONI, M. et al.. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. In: *Desenvolvimento e meio ambiente*. Curitiba (PR): Editora da UFPR, nº 2, jul/dez 2000, p.39-55.

apenas tradicional, no sentido convencionalmente usado para comunidades como indígenas e caiçaras, mas que se inserem no âmbito do mercado e do sistema.

O objetivo deste estudo é, portanto, analisar as diferentes reações e contrapartidas dos agricultores familiares a partir da institucionalização da proteção ao meio ambiente por meio da criação da Área de Proteção Ambiental Dona Francisca no município de Joinville (SC), identificando os diferentes atores e demandas aos quais se conectam e quais conflitos são gerados.

1.2 O OBJETO DE ESTUDO

Em julho de 1997 foram criadas duas unidades de conservação da categoria Área de Proteção Ambiental (APA), uma pertencente ao município de Joinville, que leva o nome de Dona Francisca em referência a estrada que a corta (SC-301 – Estrada Imperial Dona Francisca); e outra pertencente ao município de Garuva que se denomina Quiriri, levando o nome da serra e campos de altitude que estão dentro de seu território. Estas duas unidades de conservação são contíguas, abrangendo cerca de 502 km^{2,6}, e foram criadas através dos decretos municipais 8.055/97 de Joinville e 055/97 de Garuva, com base na lei nº6.902/81, que regulamentava a criação das APA's na época. A área se localiza às margens da BR-101, ao lado direito no sentido Norte-Sul, ocupando grande parte do espaço rural de Joinville.

Os objetivos da criação das referidas APA's estão explicitados no decreto da unidade de conservação joinvilense, em que constam⁷:

- I. proteger os recursos hídricos;
- II. garantir a conservação de remanescentes da Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa);
- III. proteger a fauna silvestre;
- IV. melhorar a qualidade de vida das populações residentes através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
- V. fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental;
- VI. preservar as culturas e as tradições locais.

⁶ Dado fornecido pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Joinville - SAMA

⁷ JOINVILLE. Decreto lei nº 8.055 de 1997. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca e dá outras providências.

Contudo, nota-se que o objetivo principal dentre os acima apontados é aquele que se refere à proteção dos recursos hídricos, pois em 1997,⁸ (mesmo ano de criação das APA's), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM) revelou um estudo sobre a disponibilidade de água na região de Joinville em relação à demanda, o qual atribuiu a categoria de *preocupante* na bacia do Rio Cubatão e, *crítica* na bacia do Rio Piraí. Nesse sentido, as duas bacias hidrográficas teriam que ser protegidas pela unidade de conservação.

Portanto, a APA Dona Francisca, criada com o intuito de proteger os recursos hídricos associados à fauna e flora e promover sua gestão, trouxe como consequência para o agricultor familiar sua conexão com outros atores e suas demandas, ampliando o processo de destradicionalização, já característico do projeto nacional de desenvolvimento social e econômico, que no mundo rural teve como face a modernização conservadora,⁹ inserindo-o numa situação de conflito.

Essa institucionalização da proteção ao meio ambiente no território onde se encontram os agricultores familiares, descendentes da colonização européia (alemães e suíços, entre outros), pode ser entendida como um novo patamar de colonização¹⁰ sobre espaços de sociabilidade destes agricultores, criando novos bloqueios para sua reprodução material e simbólica. Neste sentido, estes agricultores foram colocados em uma situação de ação,¹¹ caracterizada como uma corrida contra o tempo envolvendo sujeitos sociais e agentes institucionais e, ainda, atores políticos, no sentido de amortizar o impacto das leis e das sanções na vida cotidiana regional.

De acordo com a lei 9.985 de julho de 2000, as unidades de conservação devem possuir um Plano de Manejo, o qual deve ser elaborado de forma participativa, envolvendo o órgão gestor da unidade, as populações residentes (no caso em que são permitidas) e demais segmentos da sociedade que possuam relevante interesse na área, devendo este plano ser concluído no prazo de cinco anos após sua criação, e para o caso das APA's, deve ser elaborado e freqüentemente reavaliado por um Conselho Gestor. Entretanto, as APA's de

⁸ COMITÊ DE BACIA DO RIO CUBATÃO – CCJ. *Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Norte*. Joinville, 2003.

⁹ DELGADO, G.C.. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone, 1985.

¹⁰ HABERMAS, J.. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1989.

¹¹ Ibidem.

Joinville e Garuva, após 9 anos de criação ainda não possuem tal documento, tendo sido o Conselho Gestor formado no ano de 2005.

Esta situação tem gerado diversas dificuldades para os agricultores familiares residentes na região, em especial para os agricultores da região da Estrada Dona Francisca, situada na bacia hidrográfica do Rio Cubatão, principal fonte de abastecimento do município de Joinville, pois apesar de ainda não se haver efetivado novas limitações administrativas para o uso da propriedade além daquelas já existentes na legislação ambiental brasileira, aumentou significativamente a fiscalização da área por parte dos órgãos públicos responsáveis, sem uma necessária contrapartida em termos de políticas públicas para o desenvolvimento.

Essa intensificação da fiscalização da região acarreta em um impedimento por parte dos agricultores de realizarem diversas atividades extrativistas que estavam inscritas na lógica de gestão da propriedade adotada por estes agricultores tradicionalmente, como a comercialização do palmito juçara (*euterpe edulis*), bem como a utilização de madeira para uso dentro da propriedade, para lenha, reforma de ranchos, de estábulos, cercas entre outros usos, e que ainda eram realizadas, apesar da legislação florestal existir há mais de 4 décadas. É importante destacar que estas comunidades rurais, diferentemente de locais como Guaraqueçaba, discutida no estudo de Zanoni¹², não é composta por agricultores extrativistas, ou seja, a atividade extrativista era uma atividade complementar a agricultura, e realizada de forma comercial como complementação de renda em épocas onde a situação da produção não garantia o necessário para a subsistência da família.

Estas limitações atendem, na verdade, ao imposto na lei 4.771/65¹³, que institui o Código Florestal, meio pelo qual se criou, através do artigo 2º, as Áreas de Preservação Permanente (APP's), que de acordo com este artigo são aquelas situadas às margens dos rios e cursos d'água, variando de 30 a 500 metros em cada margem de acordo com a largura do rio, as áreas ao redor de nascentes e lagoas, naturais ou artificiais, os topos de morros, as encostas com declividade superior a 45º, entre outras, que não se aplicam a este estudo. Estas áreas são consideradas de utilidade pública, não podendo sofrer qualquer tipo de ação que cause alteração de suas características originais. Através do Código Florestal, ainda, criou-se a

¹² ZANONI, op. cit.

¹³ BRASIL. Lei nº 4.775 de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. República Federativa do Brasil.

figura jurídica da Reserva Legal, que no Estado de Santa Catarina deve corresponder a 20% da área da propriedade rural. Há ainda outros dispositivos legais que restringem o uso da propriedade no meio rural, que serão analisados no capítulo 4.

A criação das APA's, portanto, mais do que criar novas restrições ao uso da propriedade, constituiu uma arena pública de conflitos, resultado da institucionalização da proteção ao meio ambiente e da politização da questão, tornando os usos dados aos recursos naturais pelos agricultores tema de debate e confrontos entre estes e os outros atores que têm figurado na região – os órgãos públicos que são responsáveis pela gestão da unidade e pela assistência ao agricultor; os agentes da iniciativa privada que desenvolvem atividades como mineração, reflorestamento e turismo e as organizações da sociedade civil de origem urbana, em especial aquelas ligadas ao ambientalismo.

1.3 OS CAPÍTULOS

O texto contém, além dessa introdução, 5 capítulos. O capítulo 2 trata dos pressupostos teórico-metodológicos que orientam a pesquisa, apresentando a abrangência da área de estudo, a caracterização da pesquisa, os conceitos norteadores e os procedimentos de coleta de dados e analíticos.

No capítulo 3 apresenta-se brevemente dados sobre o espaço rural joinvilense, suas condições de formação a partir da imigração européia no século XIX, uma caracterização geral da produção agrícola do município e a apresentação do universo dos agricultores que participaram dessa pesquisa - quem são, onde vivem, o que e como produzem.

O capítulo 4 trata do processo de institucionalização da conservação ao meio ambiente no país, por meio da criação de aparatos legais e institucionais que visam regular o uso dos recursos naturais. Apresenta-se neste capítulo os instrumentos legais que restringem o uso dos recursos naturais no meio rural.

O Capítulo 5 aborda a criação do aparato institucional e legal da conservação ambiental no município, que vai culminar, para efeitos desta pesquisa,

na criação da APA Dona Francisca e na criação da arena pública de conflitos socioambientais, resultado do acirramento em torno do uso dos recursos naturais. Apresenta os atores envolvidos nesta pesquisa e os instrumentos e meios legais locais de controle dos recursos e do processo decisório, em especial os espaços de interação, o Conselho Gestor da APA e o Comitê para o Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão - CCJ.

No capítulo 6 analisam-se as reações e contrapartidas dos agricultores familiares ao processo de institucionalização da proteção ao meio ambiente no âmbito local, bem como os conflitos gerados com a criação da APA e suas condições de inserção no processo de gestão dos recursos naturais.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1 DA ABRANGÊNCIA DA ÁREA DE ESTUDO

A Área de Proteção Ambiental abrange duas bacias hidrográficas responsáveis pelo abastecimento de água no município de Joinville, nordeste do Estado de Santa Catarina: a Bacia Hidrográfica do Rio Piraí e a Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte. A primeira é responsável pelo abastecimento de cerca de 30% do município, enquanto a segunda gera cerca de 70% do volume total do abastecimento¹⁴.

Devido a este percentual, a bacia do Cubatão tem sido alvo de mais estudos e maior atenção por parte tanto dos órgãos públicos quanto de universidades da região, possuindo um comitê ligado através de parceria à Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) para estudo e caracterização, bem como elaboração de um plano de gerenciamento dos recursos hídricos, o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte de Joinville, conhecido como Comitê Cubatão Joinville – CCJ/UNIVILLE.

Dada sua importância e amplitude, optou-se, como recorte para a pesquisa, pelo estudo dos agricultores que vivem na área de abrangência da bacia do Cubatão. Esta envolve os municípios de Joinville (80% de sua área total) e Garuva (20%), com área total de 492km², sendo sua nascente situada na Serra Queimada na cota altimétrica de 1100m de altitude e sua foz situada no estuário da Baía da Babitonga¹⁵. Os rios que contribuem para a bacia são, na margem direita: Tigre, Jerônimo Coelho, Seco, Isaac, Prata, Fleith, Kundt, Lindo, Alandaf, do Braço e Mississipi. Em sua margem esquerda são: Campinas, Vermelho, Rolando, Rio do Meio e Quiriri, sendo este seu maior contribuinte.

Deste modo, serão estudadas as comunidades residentes na Área de Proteção Ambiental Dona Francisca, no município de Joinville, que se encontram na área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão. Destaca-se que a área

¹⁴ GONÇALVES, M.L.; ZANOTELLI, C. T. e OLIVEIRA, F. A.. *Diagnóstico e prognóstico das disponibilidades e demandas hídricas do Rio Cubatão do Norte – Joinville – Santa Catarina*. Joinville, SC: Univille, 2006.

¹⁵ Ibidem

da BHRC transcende os limites da APA Dona Francisca, mas tendo em vista os objetivos desta pesquisa, apenas os residentes na área da APA dentro dos limites do município de Joinville serão estudados. A área selecionada para o estudo faz parte do Distrito de Pirabeiraba, que é o centro onde se encontram os serviços e infra-estrutura necessária para as comunidades rurais circundantes.

As estradas que compõem a área de abrangência da pesquisa são: Estrada Mildau, Estrada Guilherme, Estrada dos Morros, Estrada Rio da Prata, Estrada Isaac, Estrada do Pico, Estrada Quiriri e SC-301.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa consistirá em um estudo de caso, que segundo GIL¹⁶ se define pela pesquisa aprofundada de um objeto, de forma a conhecê-lo de modo amplo e detalhado. Parte do princípio de que a análise de uma unidade de determinado universo permite a compreensão da generalidade do mesmo ou dá bases para um estudo mais preciso posteriormente.

A opção pelo estudo de caso foi feita devido ao objeto de estudo ser um processo em andamento, no qual figuram atores diversos em um processo conflituoso. Deste modo, o estudo de caso é considerado a forma mais pertinente, pois permite uma maior flexibilidade, além de estimular a atenção às novas descobertas durante a pesquisa. No estudo de caso, ainda, há maior possibilidade de compreensão da multiplicidade de dimensões do problema, focalizando-o como um todo.

São relevadas suas dificuldades, fundamentalmente no que se refere à generalização dos resultados obtidos. Acreditamos, entretanto, que a unidade de análise escolhida não seja um caso isolado, pois a permanência de populações em UC's possibilitada pelo SNUC criou situações de conflitos e politização da presença humana nestas áreas em diversos locais do país, preconizando o debate sobre a relação homem x natureza.

É uma pesquisa qualitativa, no sentido colocado por Bauer, Gaskell e

¹⁶ GIL, A. C.. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.

Allum¹⁷, ou seja, uma pesquisa não-numérica, que lida com interpretações das realidades sociais, o que não quer dizer que a pesquisa quantitativa não tenha que lidar com a interpretação dos dados, já que os números não falam por si mesmos. Porém, o faz de modo a privilegiar, como afirma Demo¹⁸, bem como Goldenberg¹⁹, a intensidade do fenômeno, e não apenas a sua extensão, como no caso da pesquisa predominantemente quantitativa. A noção de intensidade se volta para a profundidade, o envolvimento e a participação dos atores envolvidos no fenômeno analisado.

A escolha pela metodologia qualitativa da pesquisa se justifica por seu objeto e objetivo, pois a compreensão dos problemas ambientais em comunidades rurais, sua percepção e sua inserção em uma arena pública de conflitos ligados a este problema requer uma abordagem que permita compreender os diferentes pontos de vista dos atores envolvidos, ou seja, impõe-se uma metodologia que abra maior perspectiva à subjetividade e às especificidades do fenômeno em termos de suas origens e sua razão de ser, o que é viável a partir da pesquisa qualitativa, de acordo com Gaskell e Bauer.

Reconhece-se, entretanto, os perigos de tal abordagem, que pode levar a uma visão estritamente pragmática, o que, aliás, é comumente confundido com politização, com uma postura militante, que leva a adoção de categorias “nativas” sem uma maior reflexão teórica, como bem destaca Durham²⁰.

2.3 ABORDAGEM E CONCEITOS NORTEADORES

Levando-se em conta os perigos de uma abordagem realista apontados por Guivant²¹ no estudo de propostas de desenvolvimento rural sustentável, para o

¹⁷ BAUER, M. W.; GASKELL, G. e ALLUM, N. C.. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. IN: BAUER, Martin W. e GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

¹⁸ DEMO, P. *Pesquisa e avaliação qualitativa: aportes metodológicos*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

¹⁹ GOLDENDERG, M. *A arte de pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 4ª ed., 2000.

²⁰ DURHAM, E. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. IN: CARDOSO, R. (org). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.27.

²¹ GUIVANT, J.. *Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas*. Disponível em [http:// www.Anppas.org.br](http://www.Anppas.org.br) Acessado em 10/03/2005.

enfrentamento desta situação social de politização da presença dos agricultores familiares em áreas protegidas e sua inserção num processo de gestão dos recursos naturais, optou-se por uma abordagem construcionista, colocado no sentido de “entender como as pessoas atribuem significados a seus mundos”²², pois um problema ambiental não “implica meramente uma leitura imparcial e neutra de um fenômeno real, ou estar se referindo a fatos objetivos sobre a natureza, mas de demandas construídas socialmente”²³. Ou seja, se há um quadro de degradação ambiental na região que levou a criação da APA, ele é percebido de forma distinta pelos diferentes atores, e isso põe em evidência a discussão sobre qual tipo de conhecimento conta em uma situação de divergência em relação ao uso dos recursos naturais. É neste sentido que inclui-se a perspectiva construcionista nesta pesquisa.

A partir dessa abordagem, torna-se possível identificar as condições sob as quais um problema ambiental emerge, como são reconhecidas socialmente como problemáticas, trazendo à tona a relação conflituosa que se configura entre os que determinam o *problema ambiental* e os que sofrem o impacto das sanções, bem como impondo uma reflexão sobre a forma que são estabelecidos, apontando para a tensão entre a definição técnico-científica dos problemas ambientais e a forma com que os agricultores tradicionalmente acessam os recursos naturais, descortinando as diferentes relações de poder que se estabelecem na definição das agendas de ação dos órgãos públicos.

Partindo desta perspectiva, a ação dos atores será analisada a partir do cruzamento de suas partes constitutivas, sendo no nível do sistema social consideradas informações sobre a organização sócio-produtiva e no nível do sistema político, a organização dos grupos para penetrá-lo.²⁴ Os atores não são compreendidos *a priori*, mas na e através da sua ação, com suas posições e assimetrias, seus interesses, interpretações e projetos.

Cada ator coletivo representa *uma arena específica*, organizada por processos internos, resultado da relação conflitante entre os sujeitos que enfrentam situações diferenciadas nas suas ações cotidianas. Nesse sentido, investiga-se

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

²⁴ FERREIRA, L. C. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONG's no vale do Ribeira e litoral sul, SP. In: *Idéias*. Campinas: Editora Unicamp, nº 8, 2001.

cada ator em si mesmo e em direção a situações dialógicas específicas,²⁵ nas quais os atores que, a princípio são regidos por lógicas, regras e organização social próprias, criam com outros novos vínculos e clivagens, através das quais seus mundos se transformam e são ressignificados, colonizados por práticas e interpretações múltiplas.²⁶

O conceito de arena aqui utilizado baseia-se nas proposições de Ostrom²⁷ e Hannigan²⁸, sendo que este a entende como uma “metáfora para descrever o estabelecimento político em que os actores dirigem as suas exigências àqueles que estão encarregues das tomadas de decisão, na esperança de influenciar o processo político”.²⁹ A argumentação é característica fundamental e é nela, com destaca FUKS³⁰, que se realizam as atividades reivindicatórias de grupos, o trabalho da mídia, a criação de novas leis, a divulgação de descobertas científicas, os litígios e a definição de políticas públicas.

Para Ostrom³¹, o conceito de arena remete a uma situação em que ocorre um tipo de ação particular, no caso da APA, as ações direcionam-se especificamente a conservação e proteção do meio ambiente. Esta arena não implica necessariamente em um cenário formal, como em legislativos ou cortes judiciais, podendo ser também não-formalizada. Para Ostrom, se os usuários dos recursos comuns não podem contribuir nas transformações das regras de uso destes recursos, a arena é externa a eles, já se eles podem inferir neste processo, eles fazem parte da arena. Com a criação do Conselho Gestor da APA, todos os que nele atuam configuram-se como diferentes atores integrantes da arena pública formada pela configuração institucional da conservação do meio ambiente local. Outro cenário formalizado de atuação dos atores que se mobilizam em torno da questão da conservação dos mananciais da região de estudo é o CCJ, o qual

²⁵ OSTROM, E. e POTEETE, A. R.. Heterogeneity, group size and collective action: the role of institutions in forest management. In: *Development and change*. Oxford: Institute of social studies, n°34 (3), 2004.

²⁶ FERREIRA, *op. cit.*

²⁷ OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

²⁸ HANNIGAN, J. A.. *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

²⁹ HANNIGAN, *op.cit.*, p.134.

³⁰ FUKS, M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. IN: *Dados*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v.1, n.41, 1998.

³¹ OSTROM. *op.cit.*

também secundariamente é objeto de análise.

Cada grupo de atores que atua dentro da APA representa uma arena específica, tendo sido identificados quatro diferentes grupos: os agricultores familiares e suas organizações, a partir do qual esta pesquisa toma perspectiva; os grupos da iniciativa privada que atuam dentro da APA; as organizações da sociedade civil que protagonizam interesses do meio urbano e os órgãos públicos que atuam dentro da APA. Estas diferentes arenas estão ligadas por um conjunto complexo de ligações, de forma que, como aponta Hanningan³², a atividade de cada arena propaga-se de um modo geral pelas outras; pelas características dos movimentos de feedback as problemáticas colocadas tendem a seguir um padrão sinérgico, típico da formulação de políticas sobre questões relacionadas com risco e o meio ambiente, da qual a APA é uma representante.

Como o modelo apresentado abaixo ressalta, compreende-se a criação da APA como um novo patamar de colonização do mundo da vida dos agricultores familiares, representado pela juridização da proteção ao meio ambiente, colocando-os numa situação de ação e efetivando uma arena pública de debates em torno da questão ambiental no meio rural joinvilense. Esta situação de ação, caracterizada pela interação entre as diferentes arenas na forma esquemática, abre também a possibilidade de aprendizado, não apenas para os agricultores familiares, mas para todos os atores envolvidos na arena pública. Nesta perspectiva, e a partir da idéia de que os problemas ambientais emergem a partir da crise de um modelo de desenvolvimento caracterizado pela expansão de uma racionalidade teleológica - um agir com respeito a fins – abre-se a possibilidade de um diálogo com algumas categorias de análise postuladas por Habermas, a partir do qual esta pesquisa assume também uma perspectiva de teoria crítica da modernidade.

³² HANNIGAN, *op.cit.*

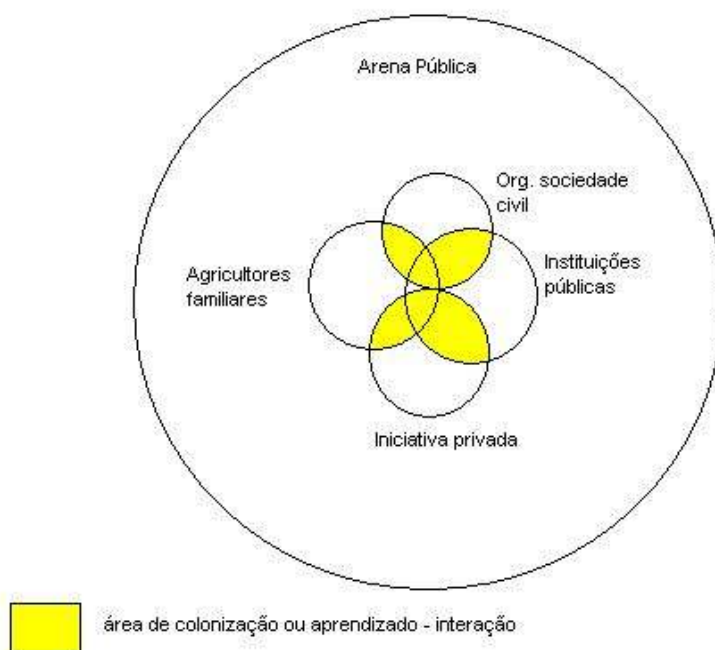


FIGURA 01 – Modelo de interação na Arena Pública³³

O conceito de colonização está associado à idéia de relação entre sistema e mundo da vida, fundamental na perspectiva habermasiana de compreensão da modernidade. Habermas propõe entender a sociedade como uma inter-relação dos âmbitos sistema e mundo da vida. São dois conceitos que articulados constituem pólos de uma concepção teórica de evolução social que implica na racionalização do mundo da vida e aumento das complexidades dos sistemas sociais.

Como apontou Cisneros Sosa³⁴, para Habermas, nas sociedades tradicionais o mundo da vida está integrado aos sistemas econômico e político; nas sociedades modernas, com o processo de racionalização e diferenciação, se desacoplam o mundo da vida e os sistemas, sendo o desacoplamento seguido de

³³ Inspirado em modelo apresentado por FERREIRA, L. C. *Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONG's no vale do Ribeira e litoral sul*, SP. In: *Idéias*. Campinas: Editora Unicamp, nº 8, 2001.

³⁴ CISNEROS SOSA, A. *Crítica de los movimientos sociales: debate sobre la modernidad, la democracia y la igualdad social*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2001.

uma crescente colonização do mundo da vida por parte dos sistemas econômico e político.

O mundo sistêmico é regido pela lógica da racionalidade técnica instrumental, ou da ação racional teleológica. Para Habermas³⁵, a racionalidade técnica instrumental ou a ação racional com respeito a fins é aquela na qual prevalece o conhecimento técnico científico sobre as demais formas de organização social, política e cultural, regendo-se por regras técnicas baseadas no saber empírico, planejado para alcançar um fim específico. Para o autor, o comportamento de escolha racional é regido por estratégias baseadas em um saber analítico. Na ação racional teleológica a capacidade de prever demandas e problemas futuros, isolando o campo de ação de aspectos causadores de distúrbios na lógica processual é o elemento preponderante. A racionalidade técnico-científica é a sua lógica, através da qual pretende desvendar a natureza pela ação e reflexão racional, desenvolvendo no ser humano uma capacidade de agir sobre os recursos naturais e sociais de modo a alcançar um objetivo específico.

Dentro do modelo das arenas, pode-se dizer que são regidos pela lógica da ação racional com respeito a fins o âmbito dos órgãos públicos, que em sua ação demonstram um poder tecnocrático à medida se estruturam por meio de corpo técnico de peritos que tem reconhecida capacidade de planejamento e ainda isolam de modo bem planejado as racionalidades distintas que poderiam representar um contraponto a forma de gestão das ações destas agências; e por outro lado, as organizações da iniciativa privada, que por meio da ação teleológica visam a maximização em seus processos produtivos e conseqüentemente uma maximização em seus lucros. Deste modo, pode-se dizer que ambos são representantes do mundo sistêmico, que na concepção habermasiana é composto pelo Estado e pela Economia, representados pelos meios dinheiro e poder.

O mundo da vida, por sua vez, pode ser entendido como um acervo de padrões transmitidos culturalmente e organizados lingüisticamente. Ele é o substrato inquestionável de toda a evidência humana, o palco no qual se estabelecem as relações interpessoais e no qual se busca entendimento para cada ação realizada cotidianamente. Recorrendo a Schütz e Luckmann. Habermas destaca três aspectos do mundo da vida:

³⁵ HABERMAS, J. *Técnica e ciência enquanto ideologia*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

- a) O mundo da vida é vivenciado aproblematicamente;
- b) é intersubjetivamente partilhado;
- c) tem um caráter local e indefinido, poroso e delimitado, pois a sua totalidade não é apreensível – os limites do mundo da vida não podem transcender-se.

O mundo da vida está, portanto, em todos os lugares, não sendo determinado pelo sistema econômico e político, encontrando-se, porém, tanto dentro quanto fora destes. É, como propõe Sosa³⁶, simplesmente um estar aqui e agora, juntos em uma situação dada sob acordos implícitos, como andar juntos, ir ao trabalho, dormir, comer ou fazer amor. É um ambiente que nos sustêm, nos articula com o mundo, sem que o problematizemos.

É a partir do mundo da vida, em confronto com o sistema, como destaca Dutra³⁷, que se processa a racionalidade comunicativa - o agir comunicativo está embutido no mundo da vida. A ação comunicativa é o processo cooperativo no qual os indivíduos buscam realizar seus objetivos por meio da procura por entendimento em suas ações. Ela é uma ação eminentemente voltada ao entendimento, a obtenção de acordo entre participantes da comunicação interpessoal.

A arena dos agricultores familiares é compreendida como o âmbito do mundo da vida rural, à medida que preservam características culturais que se reproduzem simbolicamente e que são próprias da vida rural, identificando-os entre si³⁸. Como aponta Brandenburg³⁹, o mundo da vida rural é o mundo da tradição, da “sabedoria popular que se orienta pelo ritmo da natureza”⁴⁰. Entretanto, falar em mundo da tradição não significa que as práticas desses agricultores sejam congeladas no tempo e impermeáveis aos valores da sociedade urbano-industrial. O processo de urbanização dissemina-se no meio rural impulsionado pelos meios de comunicação de massa e pela expansão do mercado globalizado, bem como não se pode deixar de constatar os resultados do processo de modernização das práticas

³⁶ CISNEROS SOSA, A. *op.cit.*

³⁷ DUTRA, D. J. V.. *Razão e consenso em Habermas: teoria discursiva da verdade, da moral, do direito e da biotecnologia*. Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 2ª ed., 2005.

³⁸ Referem-se a si próprios e aos outros agricultores familiares da região como “colonos”, atribuindo um sentido de unidade cultural e padrões de orientação intersubjetivamente compartilhada.

³⁹ BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar, ONG's e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

⁴⁰ *ibid*, p.106.

agrícolas e pecuárias e seus efeitos sobre os agricultores familiares, que se viram impelidos a adotar o modelo da mecanização, sementes e insumos alavancados pela Revolução Verde, como expõe Delgado⁴¹, para poder se integrar ao mercado e manter a viabilidade da família na propriedade rural.

Este modelo de desenvolvimento adotado no meio rural, que levou os agricultores familiares a adotarem novas relações com o mercado em substituição as antigas feiras, vendas para as mercearias do centro urbano mais próximo, e diferentes trocas que eram também parte característica do saber-fazer rural joinvilense⁴², é considerado aqui um primeiro patamar de colonização do mundo da vida rural, que se deu por meio de sua inserção no mercado e que foi também tutelado pelo Estado, como disseminador das práticas modernizantes por meio das empresas de extensão rural. Isto não quer dizer que não exista um conjunto de práticas e determinadas formas de relação entre os indivíduos em si e entre eles e o meio natural – e que configuram um modo de produzir - que não sejam enraizadas em práticas reproduzidas simbolicamente, até mesmo porque constituem um grupo bastante homogêneo dentro do meio rural joinvilense, como foi exposto no capítulo 2.

O conceito de colonização do mundo da vida está relacionado à idéia de integração sistêmica do mundo da vida, que pode ser representado pela noção do processo de abstração real, quer seja do trabalho (na forma de valor-trabalho referindo a esfera econômica) ou da organização formal, através do processo de juridização, que nesta pesquisa é compreendida como o processo da institucionalização⁴³ da proteção ao meio ambiente, representado por meio da criação de um direito ambiental positivo e da criação de aparatos institucionais que regulamentam as próprias leis. A colonização, que é também um processo de racionalização do mundo da vida, não é, entretanto, um processo de assimilação do mundo da vida, ao passo que o mundo da vida pode reagir, potencializando a razão comunicativa na esfera pública, entendida aqui como arena pública pelas características da problemática ambiental.

⁴¹ DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. São Paulo: Ícone, 1985.

⁴² Informações a respeito da vida nas estradas rurais se encontram na obra *História dos bairros de Joinville*.

⁴³ A institucionalização da proteção ao meio ambiente é entendida nesta pesquisa como o processo de criação de leis, normas e aparatos institucionais que regulam o uso e acesso ao recursos naturais. Refere-se, portanto a um processo de institucionalização no sentido *formal*, ou ainda o controle institucional da proteção ambiental.

O ambiente socializado do mundo da vida é tido como natural, auto-evidente, familiar. A realidade, para ser internalizada, deve ser problematizada, tematizada, ou seja, deve ser colocada em uma situação de ação. Nela, o mundo da vida perde seu caráter natural, ocorrendo um aprofundamento da reflexão sobre a realidade cotidiana, potencializando as possibilidades de transformação. Neste sentido, Habermas afirma⁴⁴:

Só os limitados fragmentos do mundo da vida que caem dentro do horizonte de uma situação constituem um contexto de ação orientada ao entendimento que pode ser tematizado e aparecer sob a categoria de saber. (...) só quando se tornam relevantes para uma situação podem este ou aquele elemento, podem determinadas autoevidências, ser mobilizados em forma de um saber sobre o que existe consenso e que, a sua vez, é susceptível de problematização.

Na situação de ação, tematização do mundo da vida, definem-se projetos de interesse, e neste sentido, a ação comunicativa possui dois aspectos, um que diz respeito a fins determinados – teleológico – e outro que se refere a compreender as situações e realizar acordos – comunicativo.

À medida que a criação da APA significa uma problematização da relação do agricultor familiar com o meio ambiente e com sua forma de produzir, estas relações são tematizadas e o agricultor se vê frente a uma situação de ação, tal qual explicitada anteriormente. Entretanto, para haver a liberação do potencial de entendimento da ação comunicativa na esfera pública, é necessário que a relação não seja fundamentada na força física, na coação do poder político ou econômico, mas sim definir previamente o reconhecimento da existência de agentes sociais participantes, da validade de suas emissões discursivas e dos interesses manifestados, sem o que não é possível desenvolver uma situação de ação e inviabilizando a busca do entendimento por meio da ação comunicativa.

O Conselho Gestor da APA é, por excelência, o espaço da situação de ação, onde os diversos atores das diferentes arenas se encontram em busca da criação de consensos. Um dos objetivos da análise é identificar se ele efetivamente cria a possibilidade desta ação comunicativa e a busca de novos pactos ou é um instrumento de legitimação dos projetos que emanam da poder público e da ciência.

⁴⁴ HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Madri: Taurus, 1989, p.176

Identificar as possíveis reações dos agricultores familiares a este novo patamar de colonização do seu mundo da vida e compreender os diferentes conflitos (e suas origens nas diferentes racionalidades) que se estabelecem entre os diferentes atores são também objetivos desta pesquisa.

2.4 ETAPAS DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados diferentes instrumentos de coleta de dados, em diferentes etapas, contando com um momento inicial de elaboração do projeto de pesquisa, durante o ano de 2004, concomitante ao curso das disciplinas do mestrado. Nesta etapa, foram realizadas diversas leituras sobre a problemática, levantamento de material prévio sobre a região estudada e preparação dos instrumentos para o trabalho de campo.

No trabalho de campo, primeiramente, realizou-se um estudo exploratório, que ocorreu entre os meses de janeiro e junho de 2005. Neste período, foram realizadas visitas aos órgãos responsáveis pela gestão da unidade de conservação, pela assistência técnica e capacitação do agricultor no município, ao Sindicato dos Trabalhadores rurais de Joinville, às associações de moradores da região, além de diversas conversas com agricultores e lideranças comunitárias em toda a extensão da APA.

Após esse período, iniciou-se o trabalho de apresentação da pesquisa às comunidades existentes dentro da região da APA, o que se fez através da exposição da pesquisa em espaços concedidos nas reuniões das associações de moradores. Durante este período, também foram acompanhadas diversas reuniões que ocorreram, promovidas tanto pelas associações de moradores quanto pelos órgãos de assistência ao agricultor. Este processo levou cerca de dois meses, entre os meses de julho e agosto de 2005.

Subseqüentemente, realizou-se uma etapa em que se buscou vivenciar com maior intensidade a realidade dos moradores da região, de modo a subsidiar a elaboração das entrevistas e a definição dos entrevistados. Para tanto, participei de diversas festas, encontros, comemorações e reuniões realizadas. Permaneci pelo período de dois meses, entre os meses de outubro e novembro de 2005, residindo

na região do Quiriri, principal *locus* de conflitos gerados pela questão ambiental na região, por ser uma área extensa, que tem sofrido pressões de urbanização e por estar à montante da captação de água que abastece o município de Joinville. Tal fato permitiu um contato intenso com a comunidade, essencial para que as entrevistas posteriores se baseassem em uma certa confiança na relação entrevistador x entrevistado.

A partir do mês de novembro de 2005, portanto, iniciei as entrevistas com os agricultores, etapa esta que perdurou até o mês de março de 2006, no qual realizaram-se entrevistas com agricultores, considerados nesta pesquisa informantes diretos.

Há ainda informantes indiretos ou secundários, membros da família que participavam das entrevistas, as quais foram realizadas nas propriedades dos agricultores, marcadas previamente por contato telefônico.

Entre os meses de março e abril de 2006 foram realizadas entrevistas com os técnicos dos órgãos públicos responsáveis pela gestão da APA, os órgãos de assistência ao agricultor, os membros da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, encerrando-se desse modo o trabalho de campo, ao qual se segue período de análise e redação final.

A partir da exposição destas etapas da pesquisa, pode-se citar os diferentes instrumentos de coleta de dados, quais sejam:

a) *Observação participante*: compreender o sentido das ações dos agricultores familiares e dos atores das outras arenas exigiu uma participação em diversas reuniões, encontros, festas, cursos e diversificadas atividades da vida destes agricultores, todas registradas em diário de campo e com alguns registros fotográficos. É uma imposição do problema pesquisado, já que se trata de compreensão dos sentidos da ação e da inserção e participação destes em um espaço eminentemente político, criado em torno dos problemas ambientais. Esta abordagem de pesquisa, na qual o “observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta dados”⁴⁵, possui algumas implicações e limitações, que são, na realidade, as mesmas que se originam na escolha pela pesquisa qualitativa, qual seja, o controle

⁴⁵ SCHWARTZ e SCHWARTZ apud HAGUETTE, T.M.F.. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 5ª ed., 1997, p.71.

da subjetividade do pesquisador, sua influência sobre os pesquisados, a influência dos pesquisados sobre ele e a possibilidade, (ou não) de generalização dos dados obtidos. Entretanto, entendemos como válida esta técnica à medida que vai ao encontro do objetivo da pesquisa, que como já foi exposto, dirige-se à necessidade de compreensão da intensidade do fenômeno analisado, e não apenas de sua extensão, implicando, portanto, na análise do sentido dado à ação por cada sujeito, individual e coletivamente. A observação foi, neste sentido, uma das principais técnicas de coleta de dados utilizada nesta pesquisa, sendo realizada durante todo o período da pesquisa, mesmo depois de encerradas as entrevistas.

É justamente no sentido colocado por Schwartz e Schwartz que se compreende a observação participante nesta pesquisa, ou seja: um meio de coleta de dados, no qual o observador pode adotar uma postura formal ou informal, que se inscreve em um determinado espaço de tempo e, fundamentalmente, uma situação na qual o pesquisador tem um papel ativo, influenciando e sendo influenciado pelo contexto observado. Este último ponto parece ser o mais problemático, pois transgride a lógica da objetividade, por admitir a interferência do pesquisador no meio. No que tange este assunto, pode-se recorrer a Demo⁴⁶, no sentido de que:

(...) posição nenhuma não existe porque não há ser humano que não seja sujeito e que não esteja contextualizado no espaço e no tempo (...) neutralidade só pode significar a tentativa, o propósito, ou mesmo o compromisso de não-interferência, não para que não se faça qualquer interferência, mas para que se possa controlar minimamente a interferência inevitável.

A preocupação maior passa a ser, portanto, a objetivação – um esforço para captar a realidade como ela realmente é⁴⁷, o que nunca é cabalmente cumprido, pois somos seres interpretativos, que reconstruímos mentalmente a realidade da forma como conseguimos padronizá-la. O esforço da objetivação é necessário para controlar o efeito deturpante dos processos de captação.

Por fim, pode-se citar as vantagens da observação participante, de acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsnajer⁴⁸:

⁴⁶ DEMO, op.cit., p.24.

⁴⁷ ibidem, loc. cit.

⁴⁸ ALVES-MAZZOTTI, A.J. e GEWANDSNAJDER, F.. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 2ª ed., 1998, p.164.

a) independe do nível do conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos; b) permite 'checar', na prática, a sinceridade de certas respostas que, às vezes, são dadas só para 'causar boa impressão'; c) permite identificar comportamentos não-intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir; e d) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial.

A observação participante permite a compreensão da dinâmica do contexto, o que a entrevista e o levantamento documental sozinhos não conseguem captar.

b) *Entrevista com roteiro semi-estruturado*: entrevista qualitativa, baseada em questionário aberto e individual. É um procedimento interativo, que permite tratar temas complexos que dificilmente podem ser explorados com questionários, explorando-os em *profundidade*. As entrevistas realizadas basearam-se num roteiro semi-estruturado, dividido em partes de acordo com os tipos de perguntas: sobre a produção, sobre a propriedade, sobre as questões ambientais e sobre a ação dos outros atores (poder público, ONG's, iniciativa privada). As questões sobre a produção e sobre a propriedade são quantitativas, passíveis de tabulação, já que se referem a valores exatos e não a discursos e representações.

A entrevista permite levantar o espectro de opiniões existentes sobre um dado assunto, bem como captar determinados dados da realidade ao qual o pesquisador não tem acesso diretamente, como no caso desta pesquisa, as mudanças na forma de realizar a produção agrícola e a motivação para tais mudanças. Ela nos "fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação"⁴⁹.

c) Levantamento documental: foram coletados dados documentais sobre a formação da área rural de Joinville, e mais especificamente sobre os espaços de discussão e dados relativos aos problemas ambientais da região, como atas das reuniões do Conselho Diretor da APA, das reuniões do CCJ, de associações de moradores e da APROÁGUA, além de documentos relativos ao zoneamento econômico-ecológico da área.

⁴⁹ GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.W. e GASKELL, G.. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002, p.64.

2.5 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

A análise de dados qualitativos é talvez uma das maiores dificuldades neste tipo de pesquisa, pois trata-se fundamentalmente de interpretação à luz de determinados pressupostos teóricos assumidos pelo pesquisador. Para dar maior clareza e objetividade a esse processo, descreve-se aqui os procedimentos utilizados na análise do material coletado. As unidades de análise são: 10 atas de reuniões do CCJ realizadas em 2005, as atas das 5 reuniões já realizadas pela APROÁGUA e as atas das 2 reuniões do Conselho Diretor da APA; material gravado nas entrevistas realizadas com os agricultores e atores de outras arenas e dados coletados através da OP e registrados em diário de campo.

a) *Análise de conteúdo* – para analisar os documentos e atas levantados na pesquisa documental, optou-se por este método, sendo o mais adequado para análise de textos documentais⁵⁰. A análise é feita visando identificar os elementos que se destacam nos textos, através de um processo de categorização e codificação, no qual se busca identificar os elementos preponderantes nestes, com relação ao objeto de estudo. A análise de conteúdo serve para a quantificação dos dados, mas dá-se ênfase também aos tipos, qualidades e distinções do texto, de modo a fazer uma ponte entre o formalismo da análise quantitativa e a análise qualitativa. Assim sendo, a análise de conteúdo permite produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetivada⁵¹, já que se trata de procedimentos metodicamente explícitos.

b) *Análise de discurso* – esta técnica de análise dos dados qualitativos, como destaca Gill⁵², bem como Demo⁵³, possui várias correntes, cada qual filiada a determinadas correntes teóricas. Há grupos interessados na análise estruturalista semiológica e na lingüística; outros visando um olhar histórico sobre os discursos, de inspiração foucaultiana e ainda aqueles interessados em sua orientação funcional, em sua orientação para a ação. A partir destas três correntes mais gerais, Gill propôs um enfoque que parece ser bastante pertinente para efeito desta pesquisa.

⁵⁰ BAUER, M. W.. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.W. e GASKELL, G.. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002, p.189.

⁵¹ ibidem, p.191.

⁵² GILL, R.. Análise de discurso. IN: BAUER, M. W. e GASKELL, G.. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

⁵³ DEMO, op.cit.

A autora propõe que a análise do discurso tenha quatro temas principais: “uma preocupação com o discurso em si mesmo; uma visão da linguagem como construtiva e construída; uma ênfase no discurso como uma forma de ação; e uma convicção na organização retórica do discurso”⁵⁴. Enfatiza, portanto, o discurso como uma construção baseada em recursos lingüísticos pré-existentes e que não lidamos com o mundo de uma forma direta – diferentes tipos de textos constroem nosso mundo. Este ponto é fundamental, pois rompe com a crença de que a linguagem é um meio transparente para se chegar acontecimentos reais, como as coisas realmente são. É importante, portanto, não tomar a fala dos entrevistados como verdade absoluta, mas sim como uma representação, exposta dentro do contexto da entrevista, o que justifica também a importância da observação participante.

O discurso, de acordo com a autora, deve ser encarado como uma prática social, não apenas como um epifenômeno. Ele é empregado para *fazer* coisas, não ocorrendo em um vácuo social, mas dentro de um contexto interpretativo, que deve ser analisado simultaneamente. A análise do discurso deve partir do pressuposto de que as falas e textos são organizados retoricamente, sendo a vida social caracterizada por conflitos diversos, o que faz com que os discursos objetivem estabelecer uma visão de mundo diante de versões competitivas, o que é relevante dentro desta pesquisa, já que aborda diretamente conflitos provenientes de diferentes usos e representações da natureza e dos recursos naturais pelos atores envolvidos.

Para realizar a análise do discurso, o primeiro passo realizado foi transcrição das entrevistas, as quais foram lidas diversas vezes para compreender a estrutura geral dos textos. Na realização desta leitura foi realizada a codificação, ou seja, a identificação das diferentes categorias e posições adotadas pelos atores entrevistados. Buscou-se, então, um padrão nos dados para em seguida identificar as funções dos discursos, separados de acordo com o processo de categorização. É possível sintetizar tais etapas baseando-se nas proposições de Demo⁵⁵ sobre o que deve ser observado na análise de material qualitativo: nível das freqüências dos componentes comunicativos; indicação dos códigos mais recorrentes do fenômeno;

⁵⁴ GILL, op.cit, p.247.

⁵⁵ DEMO, op.cit.

busca de estruturas profundas da comunicação e levantamentos de modos de argumentar.

c) *Reinterpretação e reconstrução crítica* – Nesta fase busca-se o que a informação qualitativa quer dizer, a mensagem que contém. Ela é reinterpretação à medida que o mundo simbólico já é um campo pré-interpretado e o significado possível que está se projetando pode divergir dos significados construídos pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico analisado⁵⁶. É nesta fase que se deslança o potencial crítico da interpretação, contanto que não se perca nas “metanarrativas circulares inevitáveis” e que se constitua como reconstrução crítica, na qual é fundamental além da análise discursiva e categorização dos discursos uma análise sócio-histórica. Na reinterpretação, portanto, busca-se uma construção criativa do significado, para além da análise formal, sendo esta a parte dos procedimentos que vai figurar na construção do texto.

2.6 DA AMOSTRAGEM

O número de famílias residentes na APA Dona Francisca é de aproximadamente 1200 famílias⁵⁷, na área total da APA. Entretanto, muitas destas famílias apenas residem na área rural, trabalhando no serviço, comércio e indústria no centro urbano.

Deste modo, para delimitar ao número de agricultores residentes na área de abrangência desta pesquisa, recorreu-se ao cadastro dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Joinville – STRJ. Estes dados, contudo, não apontam o número atual de agricultores, pois nestes constam associados desde a fundação do sindicato, muitos dos quais já falecidos ou que acabaram por abandonar a atividade agrícola.

Dada a dificuldade para precisar o número total de agricultores ainda em atividade, optou-se por, a partir desta relação, utilizar-se de contatos das próprias comunidades para verificar aqueles que ainda residem na área e produzem.

⁵⁶ THOMPSON apud DEMO, op.cit, p.42.

⁵⁷ Dado fornecido pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – SAMA em março de 2003.

Para que o contato fosse estreito e se estabelecesse uma relação de confiança entre pesquisador e pesquisados, foi feito um contato inicial com a comunidade através de suas associações de moradores, onde a pesquisa foi apresentada. Deste modo, os presidentes das associações a alguns agricultores presentes se dispuseram a cooperar na identificação dos agricultores ainda residentes.

Apesar destes esforços, ainda assim não foi possível precisar o número de agricultores que continuam desenvolvendo a atividade agrícola na região, pois muitos não são sindicalizados, tendo em vista que desenvolvem outras atividades profissionais fora da propriedade, ficando em muitos casos a mulher sindicalizada para conseguir o bloco de notas de produtor rural.

Deste modo, e sendo a pesquisa um estudo de caso, de abordagem qualitativa, optou-se por fazer uma amostragem dirigida, inicialmente com um universo de 30 entrevistados, o que era corroborado pelas proposições de Bauer, no que diz respeito à construção do *corpus* de texto a ser analisado.

Entretanto, tendo em vista a repetição dos dados recolhidos, encerrou-se o trabalho de campo com um universo de 21 informantes principais e 19 informantes secundários, considerando-se a arena dos agricultores familiares. Estes informantes indiretos são também agricultores, que durante a entrevista opinavam, contestando e complementando as respostas dos informantes diretos, e isto se deve ao fato de que a entrevista geralmente era feita com a família, mas em geral o homem tomava a frente na condução da entrevista. As considerações dos informantes indiretos foram anotadas em diário de campo, bem como registradas juntamente em áudio.

Da esfera da iniciativa privada entrevistou-se 1 representante, representante dos plantadores de pinus e eucalipto, o representante dos investidores em terras com recursos hídricos não foi possível entrevistar. No que tange a arena dos órgãos públicos, foram entrevistados 3 representantes dos órgãos de proteção ambiental e 1 de assistência ao agricultor. Das organizações da sociedade civil foi entrevistado 1 representante. Os entrevistados são representantes de suas entidades no Conselho Gestor da APA.

3 ESPAÇO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR EM JOINVILLE

O município de Joinville se localiza no litoral norte do estado de Santa Catarina, situado entre a Baía da Babitonga e a Serra do Mar. Sua população estimada é de cerca de 487.000 habitantes, distribuídos em 1.120 Km², dos quais, 97% encontram-se na área urbana e 3% na área rural⁵⁸. O povoamento oficial de Joinville se deu através da imigração europeia por incentivo do Governo Imperial em meados do século XIX, embora já houvesse famílias de descendência portuguesa, açoriana e africana residindo na área há mais de um século, além da ocupação indígena na região. Oriundos de áreas agrícolas e urbanas na Europa, os imigrantes foram se situando na Colônia no espaço entre os manguezais e a Serra do Mar, formando um núcleo urbano próximo às margens do rio Cachoeira e uma área destinada à agricultura, localizada na parte oeste, nas encostas da Serra do Mar⁵⁹.

Atualmente, a principal atividade econômica do município de Joinville está assentada na indústria, com destaque para os setores metal-mecânico, plástico e têxtil, porém, com um crescimento contínuo no setor de serviços. No entanto, na área rural, as famílias descendentes dos imigrantes europeus juntamente com migrantes oriundos de outros municípios do estado, dedicam-se às atividades agropecuárias em pequenas propriedades, sendo que, 46% delas possui área abaixo de 50 ha. A principal atividade agrícola é a cultura do arroz irrigado, com cerca de 2.700 ha cultivados, envolvendo em média, 220 famílias. O setor da bananicultura ocupa o segundo lugar na produção agrícola num espaço de 1.180 ha, ocupando a mão-de-obra de 174 famílias. Outras culturas, porém de menor destaque são o cultivo da mandioca e hortaliças. A bovinocultura leiteira encontra-se em declínio, não ultrapassando 6.800 cabeças, sendo mantidas geralmente para consumo próprio e para a produção de queijos e iogurtes. A pecuária de corte vem tendo um incremento nos últimos anos em terras arrendadas na região do Cubatão,

⁵⁸ JOINVILLE. IPPUJ – Fundação Instituto de pesquisa e Planejamento de Joinville. Censo 2000. Disponível em <http://www.joinville.sc.gov.br>

⁵⁹ TERNES, A. *História de Joinville: uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1981.

no norte do município, em propriedades de agricultores aposentados que não exercem mais a atividade agrícola.⁶⁰

Como a atividade econômica urbano-industrial despontou no município acompanhando a crescente industrialização do país, em especial a partir do período da política desenvolvimentista, os olhares dos órgãos públicos e da historiografia local dispensaram pouca atenção ao espaço rural, em detrimento do urbano. Nesse sentido, encontra-se pouca documentação disponível e pesquisas sobre a área rural de Joinville, o que dificulta sua caracterização. Os materiais existentes referem-se fundamentalmente a Estrada Dona Francisca (SC-301), primeira via terrestre de acesso do litoral norte catarinense ao planalto e, conseqüentemente, ao Estado do Paraná, construída nas décadas de 1860/70. A valorização desta estrada deve-se ao fato dela ter permitido o impulso econômico relacionado ao extrativismo da erva mate na região de planalto, transportada em carroções até Joinville, local de processamento para ser comercializada através do porto de São Francisco do Sul, incluindo-se nessas obras poucas informações a respeito da formação da ocupação agrícola na região⁶¹.

A crescente industrialização e o aumento populacional tornaram o espaço urbano de Joinville um ambiente de contrastes, convivendo a riqueza e a pobreza, o verde das árvores e a poluição das chaminés e dos rios que cortam a cidade, o concreto e o barro. Entretanto, na área rural o número populacional se manteve praticamente o mesmo durante as últimas décadas, tendo em vista o deslocamento de muitos dos filhos de agricultores para o centro urbano motivados pelo trabalho fabril. Atualmente, parte dos agricultores que permaneceram dedicando-se às atividades agrícolas, está passando por dificuldades em relação à produção e reprodução das famílias por motivos alheios à sua vontade, como se observará no decorrer deste trabalho.

⁶⁰ ATLAS AMBIENTAL DE JOINVILLE: complexo hídrico da Baía da Babitonga. Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

⁶¹ SILVA, J. F. *Estrada Dona Francisca*. Florianópolis: Governo do Estado, 2002.

3.1 ASPECTOS FÍSICOS

A Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca localiza-se na porção noroeste do município de Joinville, com uma área de 408,42km², abrangendo as bacias hidrográficas dos rios Cubatão e Piraí e correspondendo a 34,52% da área total do município⁶².

Os rios da bacia do Cubatão são comandados pelo regime pluviométrico caracterizado pelas chuvas distribuídas por todo o ano. Como em toda a região circundante, o tipo climático na área de estudo é o mesotérmico, variando de superúmido a úmido com um elevado índice de precipitação anual, em torno de 1800 a 2000 mm, e conseqüentemente uma alta taxa de umidade relativa anual, em torno de 85%.

O relevo da região, formado por um conjunto de picos e cristas pertencentes a Serra do Mar, com vertentes de forte declividade a dinâmica atmosférica (massas de ar que atuam na região) contribui significativamente para as variações no total pluviométrico, frequência de chuvas, umidade e temperatura, esta última com média anual em torno de 20 a 22°C.

A Serra do Mar ocupa aproximadamente 1.193 km² do nordeste catarinense, apresentando-se como uma serra propriamente dita, ou seja, com vertentes voltadas para leste e oeste, sendo que a vertente leste (Atlântica) apresenta-se mais íngreme, isolando o planalto de São Bento do Sul do litoral. Forma um conjunto de cristas e picos, separados por vales profundos em V e com encostas íngremes. Apresentam as maiores cotas altimétricas do mapeamento catarinense, chegando alguns picos a atingir 1.500 m, tendo grande amplitude altimétrica devido à profundidade dos vales, chegando em alguns pontos a atingir 400 m. É classificada como Suíte Intrusiva da Serra do Mar, sendo que esses maciços surgiram há cerca de 580 milhões de anos, no final do período proterozóico superior^{63,64}.

A vegetação predominante na região é a Mata Atlântica, tecnicamente denominada Floresta Ombrófila Densa. O termo ombrófila é de origem grega e

⁶² ZONEMANENTO ECONÔMICO ECOLÓGICO DAS APAS.

⁶³ ATLAS AMBIENTAL DE JOINVILLE: complexo hídrico da Baía da Babitonga. Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

⁶⁴ ATLAS DE SANTA CATARINA. Gabinete de planejamento e coordenação geral, subchefia de estatística. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

significa amiga das chuvas, ou seja, este tipo de floresta ocorre em regiões sujeitas a alto índice pluviométrico e temperaturas médias elevadas. O termo densa refere-se a grande concentração de espécies vegetais que se encontram por unidade de área. Assim sendo esta floresta caracteriza-se pela presença de muitas espécies e indivíduos, sombreada e com bastante umidade. Possui uma enorme diversidade em espécies vegetais, aproximadamente 20.000, que se distribuem em diferentes densidades populacionais conforme a região. A fauna também é muito rica, com cerca de aproximadamente 1.360 espécies de vertebrados, além de inúmeras espécies de insetos. A região de Joinville tem como árvore característica o Jacatirão-de-Joinville (*Tibouchina mutabilis*) que floresce na primavera e verão, cobrindo as encostas dos morros com sua floração lilás⁶⁵.



FIGURA 02- Vista da Serra do Mar do Mirante da SC-301
Fonte: Natália Azevedo

A cobertura vegetal da região encontra-se conservada, conforme se pode comprovar com a visualização dos mapas referentes ao uso do solo, apresentando diferentes estágios de regeneração, com alterações mais significativas no fundo do vale, devido as atividades agropecuárias que se realizam preferencialmente nestes terrenos, por serem planos, suave ondulados e ondulados com declividades que variam de até 8% a 20 %. Os sistemas produtivos, pode-se depreender, restringem-

⁶⁵ ATLAS AMBIENTAL DE JOINVILLE: complexo hídrico da Baía da Babitonga. Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

se às antigas áreas já cultivadas e, apesar do manejo florestal (com espécies nativas ou exóticas, quando ocorrem é comumente feito com exóticas) sob regime de licença ser possível e proporcionar uma renda extra para a agricultura local, o incentivo para que os colonos implementem tal prática, como será possível observar, não vem acontecendo. Entretanto, no alto da Serra, na região das nascentes do rio Cubatão existe uma extensa área de exploração de silvicultura, realizada principalmente por duas empresas, que de acordo com os dados de Gonçalves⁶⁶ ocupam uma área de 3.035,84ha e 861,44ha, com áreas efetivamente plantadas de 2.630,54 ha e 861,44ha.

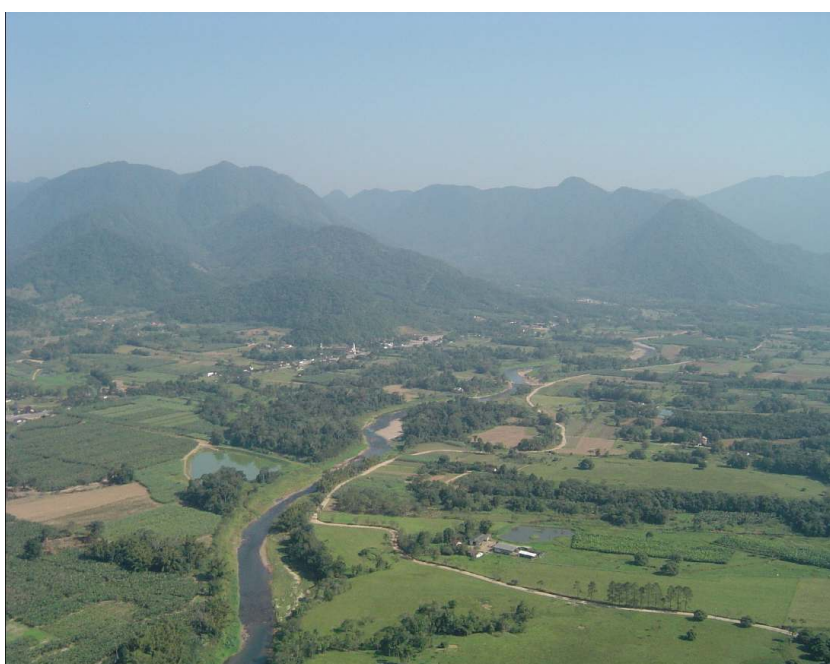


FIGURA 03 – Vista do vale do Cubatão com seu uso agropecuário.
Fonte: Zoneamento das Econômico-ecológico das APA's

Devido às características do relevo, as áreas são frágeis e inaptas para algumas atividades humanas. Este fator, aliado à intensa fiscalização que ocorre na região, vem resultando prioritariamente na destinação das áreas para a preservação permanente e contribuindo para a boa conservação da vegetação. A ocupação do solo na APA está configurada conforme a quadro abaixo.

⁶⁶ GONÇALVES, *op.cit.*

COBERTURA / USO	HECTARES	%
Floresta Atlântica	40.433,42	80,14
Campos de Altitude	1.170,06	2,31
Reflorestamentos	588,54	1,16
Agropecuária	7.825,87	15,51
Solo Exposto	379,22	0,75
Uso urbano	20,59	0,04
Água	32,41	0,06
Total	50.450	100,00

QUADRO 01 – Uso e cobertura do solo
 Fonte: Zoneamento Econômico-ecológico das APA's

Estes dados, na verdade, entram em conflito com os dados apresentados Gonçalves, Zanotelli e Oliveira⁶⁷, membros do Programa de Assessoria Técnica e Científica ao Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte - CCJ, ligado a Universidade da Região de Joinville – UNIVLLE. De acordo com os dados apresentados por estes autores em recente estudo, a silvicultura (ou reflorestamento) ocupava, em 2000, uma área de 974,2 ha, sendo que ocupavam em 1988 uma área de 2.431,17 ha, e que a diferença entre estes valores representam as áreas nas quais houve o corte da árvore adultas, nas quais já foram replantadas novas árvores. Portanto, as áreas que aparecem no alto da Serra adjacentes as áreas de reflorestamento categorizadas pela empresa de consultoria como uso agropecuário/vegetação pioneira são, na verdade, áreas de reflorestamento em que foram plantadas novas árvores. Assim sendo, os dados apresentados no Diagnóstico indicam que as áreas destinadas ao uso agropecuário são inferiores aos apresentados no Zoneamento, já que neste somam-se estas áreas no alto da Serra. Para corroborar tais dados, é interessante comparar os três mapas: o apresentado no Zoneamento Econômico-ecológico e os dois apresentados no Diagnóstico.

⁶⁷ Ibidem.



FIGURA 04 - Solo exposto após corte raso do *Pinus sp* no alto da serra.
Fonte: Zoneamento Econômico-ecológico das APA's

3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO HUMANA NA REGIÃO

Os primeiros habitantes da região, do litoral às encostas da serra da região nordeste catarinense, foram os índios – bugres, como eram conhecidos nesta região. Esta ocupação indígena possuiu diversas fases e grupos distintos, mas três são especialmente referenciados pelo Museu Arqueológico do Sambaqui, instituição ligada a Fundação Cultural de Joinville responsável pelos vestígios arqueológicos: os sambaquianos, de origem desconhecida, com vestígios de ocupação de mais de 5.000 anos, povos que eram pescadores-coletores-caçadores e que viviam principalmente na região litorânea, onde são encontrados os sambaquis; os Itararés, que teriam chegado na região há 1.150 anos e que possuíam características alimentares semelhantes a dos sambaquianos, mas que possuíam tecnologia diversa, pois utilizavam-se de técnicas de cozimento do barro para a confecção de artefatos; e os da Tradição Tupi-guarani que chegaram a região há cerca de 450 anos⁶⁸.

⁶⁸ ATLAS AMBIENTAL DE JOINVILLE: complexo hídrico da Baía da Babitonga. Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

Os Tupi-guaranis foram encontrados pelos colonizadores da região, em especial os Carijós, que viviam nas encostas da Serra do Mar, bem como os Xokleng e os Kaingangs, que viviam mais na região do planalto. Esses povos possuíam técnicas de domesticação de algumas plantas, como milho, aipim, o fumo e o algodão, até hoje utilizadas por nós, bem como produziam farinha de mandioca, herança alimentar difundida em todo o país.

De acordo com os dados do Zoneamento ecológico-econômico das APA's⁶⁹, produzido pela OAP Consultores Associados por solicitação da FUNDEMA, existem sítios arqueológicos dentro da APA, caracterizados como aterros, estruturas subterrâneas, abrigos sob rochas e abertos. São identificados neste documento 6 sítios, dos quais 5 ficam localizados na região do Quiriri.

Estes índios foram praticamente dizimados, submetidos à perseguição desde o século XVII, como ressaltam Fraga e Goulart⁷⁰, pelos bandeirantes vicentistas, sendo que existem na região alguns aldeamentos e áreas indígenas demarcadas, como o Corveta, no município de Araquari, e outros em São Francisco do Sul e Garuva.

O segundo tipo de ocupação, e que vai marcar definitivamente as características da região se inicia com o período de colonização, que começa em 1849 com a venda das terras dotais da Princesa Dona Francisca para a Sociedade Colonizadora Hamburguesa. Cabe ressaltar, contudo, que devido à relação com São Francisco do Sul, mediada pela Baía da Babitonga, existiam nas margens direitas do Rio Cachoeira uma série de fazendas que possuíam, inclusive, muitos escravos negros⁷¹.

Devido à revolução que ocorria na França à época (1848), o Rei Luis Felipe, pai de François Ferdinand Philipe – o príncipe de Joinville, é destronado e exilado na Bélgica. Por conta disso, a família passava por sérios problemas financeiros, o que levou a venda das terras à Sociedade Colonizadora. A situação dos Estados alemães, por outro lado, também era bastante agitada, existindo um movimento que exigia das nobrezas saxônicas a formação de um Estado unificado. A região ainda possuía uma economia baseada no modo de produção feudal, com exceção da Prússia e da Silésia, estando as populações rurais submetidas ao poder dos

⁶⁹ JOINVILLE. Zoneamento Econômico-Ecológico das APA's. OAP Consultores Associados, 2004.

⁷⁰ FRAGA, N. C. & GOULART, M. C.. *Vale dos Índios – Vale dos imigrantes*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000.

⁷¹ FICKER, C. *História de Joinville*. Joinville: Ipiranga, 1965.

grandes proprietários, que compravam vastas extensões de terra provocando a migração de grandes contingentes para os centros urbanos, onde encontravam condições ainda piores de trabalho e remuneração, gerando assim as condições necessárias para a emigração, que ainda era estimulada, pois constituía-se em um excelente negócio, existindo à época diversas companhias na França e Inglaterra que levavam emigrantes para as Américas do Norte e do Sul.

Apesar das ocupações anteriores, portanto, são estes imigrantes que vão ocupar e caracterizar a área rural de Joinville. É interessante destacar que a historiografia regional dá pouca atenção ao mundo rural joinvilense, em virtude principalmente do desenvolvimento das forças industriais do município, que acabaram se tornando a principal atividade da região.

A Sociedade Colonizadora Hamburguesa, entre 1851 e 1897, enviou para a cidade cerca de 28 mil imigrantes europeus, entre eles intelectuais, operários, profissionais liberais e agricultores, sendo que estes se estabeleceram dando nova forma de ocupação ao espaço, caracterizando a formação sócio-espacial que hoje ainda predomina no local de estudo⁷².



FIGURA 05 - Estrada Dona Francisca no início do século XX e o transporte com carroções. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

⁷² Ibidem.

A Colônia, que foi povoada a partir do Rio Cachoeira, no centro da cidade, foi se expandindo nas direções sul-oeste, com os alemães, na direção este os suíços e na direção norte os noruegueses, o que foi feito, pois as estradas ainda precisavam ser abertas –já que ao chegarem aqui as condições eram precárias - e era necessário agrupar os homens que falavam os mesmos dialetos para efetivar este serviço. Na continuidade do processo de colonização houve uma predominância dos colonos de origem alemã. Deste modo, foram se estabelecendo lotes coloniais, pois o objetivo da Sociedade Colonizadora Hamburguesa era transformar a região em uma colônia agrícola. Imigraram para a Colônia, contudo, não apenas agricultores, mas engenheiros, advogados, médicos, professores, economistas, entre outros, que logo estabeleceram o comércio local, o que era facilitado pela proximidade do porto de São Francisco do Sul⁷³.

Esta proximidade com o porto vai contribuir para o desenvolvimento da Colônia para norte e oeste, tendo em vista que os administradores desejavam construir estradas para dar acesso ao planalto catarinense e paranaense, de modo a poder realizar comércio com a região, que em pontos como os atuais municípios de São Bento e Mafra também possuíam colônias alemãs. É devido a este objetivo que se deu o processo de criação da Estrada Dona Francisca e possibilitou a criação de vilas e povoados na região, como destacam Ternes e Vicenzi⁷⁴, fomentando a agricultura naquelas localidades, o que era estimulado à medida que o centro comercial ia crescendo com as trocas comerciais que começaram a ser realizadas com a abertura da estrada. Será com a criação da Estrada Dona Francisca que se instalará um dos importantes ciclos econômicos da região, movido pelo comércio da erva-mate que vinha do planalto pela Estrada Dona Francisca transportada em carroções.

Os lotes que foram se estabelecendo nestas novas áreas de ocupação seguiam os padrões impostos pela administração da colônia, tendo comumente 200 metros de frente, geralmente demarcada pelos rios, e se estendo no sentido da serra, muitas vezes chegando até o divisor de águas, podendo ser adquirido metade do lote, o que pode ser comprovado pelas primeiras escrituras que muitos agricultores possuem até o dia de hoje. Destaca-se que algumas destas terras não

⁷³ *ibid.*

⁷⁴ TERNES, A. e VICENZI, H. *Dona Francisca: Imperial estrada da serra*. Joinville: Letradágua, 2002.

faziam parte das terras vendidas a Sociedade Colonizadora, já que não faziam parte do dote da Princesa Dona Francisca, tendo sido vendidas por outros especuladores que havia no município, como destaca Ternes⁷⁵. Apesar disso, era seguido o mesmo padrão.

Configurava-se assim o modo de ocupação das terras da porção rural de Joinville localizada na Estrada Dona Francisca e laterais, na região que fica a montante da captação e que faz fundos para a Serra do Mar. É interessante destacar que no vale que fica a jusante da captação de água, para a margem esquerda da BR-101 no sentido N –S, as características da ocupação são um pouco distintas, já que as terras são mais planas e tem confluência com áreas que já eram ocupadas antes da imigração germânica na região. Na região da bacia do Piraí, também dentro da APA Dona Francisca, as características da ocupação são bastante similares, pois fazem fundos também a Serra do Mar, em que pese algumas diferenças nas culturas e formas de produção.

Os colonos da região da Dona Francisca logo estabeleceram uma forma de produção altamente dependente da exploração dos recursos naturais, pois era das matas da região que vinham as madeiras que fizeram crescer Joinville, para a construção das casas e da infra-estrutura da cidade. Já em 1859 havia no distrito de Pirabeiraba, na época chamado de Pedreira, uma serraria movida à roda d'água, produzindo material para a colônia. O distrito de Pirabeiraba tornou-se a vila mais próxima, possibilitando a interação entre os colonos da região da Estrada da Ilha (baixo curso do rio Cubatão) do Rio Bonito (localizado mais ao norte do município, em direção a Curitiba) e os da Dona Francisca, tornando-se um centro para compra dos equipamentos, utensílios e tudo aquilo que não se produzia na propriedade.

As primeiras plantações, como destaca Ternes⁷⁶, ainda no início da colônia, não foram bem sucedidas, pois os colonos não conheciam adequadamente o clima e o solo da região. Com o tempo, principalmente nas localidades próximas a serra, desenvolveu-se uma agricultura mista entre o modo indígena e o modo camponês trazidos pelos imigrantes. Passaram assim a dedicar-se a cultura do aipim e a fazer farinha, caracteristicamente indígena, ao cultivo da cana-de-açúcar que era

⁷⁵ TERNES, A.. *História de Joinville: uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1981.

⁷⁶ *ibidem*.

destinada à produção do melado, da cachaça e do açúcar, o café, batata-doce, uma diversidade de produtos que marcam a propriedade policultora.

Seyferth⁷⁷ aponta para a caracterização do lote rural pela policultura e pelo uso de técnicas agrícolas não européias, resultado justamente desta adaptação entre as práticas européias e indígenas. Desenvolveram-se também inúmeros engenhos de farinha e de açúcar, alambiques, produção de queijos e pães, tudo levado ao centro da colônia para abastecer o mercado local, geralmente de carroças, como narram os agricultores. Como nem todos possuíam os engenhos e os tachos, era comum as atividades serem realizadas coletivamente, pois a ajuda mútua entre os colonos nos processos produtivos era comum. Estes elementos faziam parte da ruralidade tradicional do colono joinvilense, o que vem se extinguindo com a diminuição da mão-de-obra familiar disponível na propriedade e pela entrada de pessoas “de fora” nas comunidades, resultados do processo de modernização e urbanização.

As roças, como também destaca Seyferth, eram feitas em locais de vales estreitos e formato alongado, e por isso plantadas no sentido várzea-encosta. De modo geral, as encostas nunca eram totalmente desmatadas, já que eram nelas que estavam as reservas de madeira e lenha necessárias para a propriedade.

Deste modo configurou-se no município de Joinville uma agricultura de planície, ocupando as áreas de várzeas, utilizando as encostas para o cultivo de banana, áreas nas quais se aproveitava para fazer a retirada do material lenhoso para uso na propriedade e venda para as serrarias.

A partir principalmente da década de 70, com o processo de modernização alavancado no país, passando de uma política pautada na agricultura para o modelo urbano-industrial, e que no meio rural vai impulsionar o processo de modernização conservadora da agropecuária, como destaca Silva⁷⁸, vão iniciar-se modificações significativas na vida dos agricultores da região, tanto pela necessidade de aumento na produtividade para concorrer com os grandes produtores que começam a abastecer também os mercados da região, quanto pela busca dos jovens por empregos nas indústrias recém-instaladas na região, em busca de melhores condições de vida, o que vai formar uma categoria que até os dias atuais é comum na localidade, o colono-operário, fato também percebido em outras regiões do

⁷⁷ SEYFERTH, G.. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: UNB, 1990.

⁷⁸ SILVA, J.G.. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1996.

Estado em que as indústrias se desenvolveram nas proximidades de regiões rurais, como a destacada por Seyferth, na região de Brusque e Guabiruba⁷⁹.

Na década de 70, contudo, parece ter ocorrido o auge da agricultura da região, de acordo com os agricultores. Nesta época, a cana-de-açúcar era vendida para a usina que existia na região, e o leite era vendido para as fábricas de laticínios, que o buscavam pela manhã. Assim, como dizem os agricultores, de manhã cedo o agricultor já estava com o “dia ganho”, pois o dinheiro vindo da venda do leite e da cana já era o suficiente para arcar com os custos das atividades produtivas desenvolvidas na propriedade, e tudo aquilo que ele vendesse a mais era para melhorar sua produção e para comprar os bens necessários para sua família. Com o declínio destas atividades, o fechamento das cooperativas que existiam na região e o aumento de vagas no setor industrial no meio urbano, a agricultura joinvilense experimentou um forte declínio, que persiste até os dias atuais, como se pode comprovar por meio dos dados dos censos agropecuários.



FIGURAS 6 E 7 – Duas residências da região das APA's com seus estilos característicos da ocupação colonial que se estabeleceu na região.
Fonte: Natália Azevedo.

3.3 O ESPAÇO RURAL JOINVILENSE E AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES

Os dados da caracterização regional feita pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR mostram que no período entre 1975 e 1995, no município de Joinville, houve um aumento nas propriedades rurais de até 10 ha, nas entre 100 e 500 ha e nas de mais de 500 ha, enquanto nas propriedades entre 10 e

⁷⁹ SEYFERTH, G.. *Herança e estrutura familiar camponesa*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1985.

20 e 20 e 50 houve uma diminuição significativa, passando de 462 em 1975 para 303 em 1995, para as propriedades entre 10 e 20 ha e de 417 para 327 para as entre 20 e 50 ha. Já as grandes propriedades passaram de 19 para 28 para as propriedades entre 100 e 500 ha e de 1 para 6 de mais de 500 ha.

Até 10 ha		De 10 a menos de 20 ha		De 20 a menos e 50 ha		50 a menos de 100 ha		100 a menos de 500 ha		Mais de 500 ha		TOTAL	
1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995
434	444	462	333	417	327	41	51	19	28	1	6	1374	1159

Quadro 02 – Estrutura fundiária – número de estabelecimentos por tamanho – 1975 -1995
Fonte: a autora

Apesar de uma lacuna de 10 anos entre os dados apresentados e a atualidade, somando-se estes dados as informações coletadas por meio das entrevistas e observação, pode-se dizer que estes dados são reveladores de 3 movimentos que têm ocorrido na região nas últimas décadas: 1) *a venda de terras por parte dos agricultores para loteamento*, pois durante parte da década de 80 grande parte da área onde hoje é APA Dona Francisca tinha sido transformada em perímetro urbano, o que impulsionou o loteamento das terras por parte de agricultores que estavam descapitalizados e encontrando dificuldades para permanecer na terra, o que acontece até os dias de hoje por meio de contratos, apesar de toda a região ter voltado a ser configurada como zona rural; 2) *a venda de terras para criação de sítios de lazer* ou para pessoas que têm se mudado para região, trabalhando na cidade e morando na zona rural, já que são relativamente próximas; 3) *e a compra de grandes extensões de terras, por parte de industriais e empresários* altamente capitalizados da região, que possuem nascentes ou recursos hídricos abundantes, com vistas a exploração comercial futura deste recursos, bem como para a exploração da silvicultura, em especial do pinus e eucalipto, que foram fortemente apoiados e subsidiados, como aponta Fantin⁸⁰, ainda na década de 70 pelo governo federal, por meio da Lei de Incentivos Fiscais ao Reflorestamento, de 1966, pela qual permitiu-se aos produtores aplicar 50% do imposto de renda em reflorestamento, dando-se preferência as espécies exóticas como eucalipto e pinus, por terem retorno econômico mais rápido em detrimento das espécies nativas.

⁸⁰ FANTIN, M.. *O princípio da livre iniciativa frente à função social da propriedade*: conflito entre as florestas plantadas e a produção de alimentos básicos no Brasil – comentários ao artigo 46 do Código Florestal. IN: *Revista de Direitos Difusos*. São Paulo: IBAP, ano VI, vol. 33, set-out/2005.

Como foi observado em campo, as propriedades dos agricultores familiares têm entre 15 e 25 ha, com exceção dos que mais capitalizados conseguiram comprar um segundo terreno. Por isso, pode-se sustentar a hipótese que são justamente as propriedades com esta extensão que têm diminuído, o que foi confirmado por muitos agricultores, que afirmaram que alguns colonos tiveram “cabeça fraca” na década de 90 e venderam seus terrenos, muitos a preços muito baixos, o que gerou também o descontentamento por parte daqueles que permaneceram, pois se abriu espaço para a migração e assim se estabeleceram vários agrupamentos subnormais, pessoas que têm casas sem qualquer infraestrutura e que lançam seus efluentes direto no rio, muitos migrantes oriundos do Paraná, especialmente na Estrada Quiriri, criando uma cisão entre “os de fora” e os colonos. Foram estes movimentos que trouxeram à tona um processo de degradação acelerada na qualidade ambiental da região, e que com sua politização veio à arena pública tematizado pela ONG’s e pela própria comunidade local, gerando movimentos como a criação do Programa SOS Nascentes, que tinha como principal objetivo a proteção aos mananciais, em 1993, e a criação da APA Dona Francisca em 1997.

As transformações recentes pelas quais tem passado o meio rural joinvilense não são distintas daquelas que tem ocorrido de modo geral no rural brasileiro, ou seja, um processo crescente que levou ao questionamento do modelo até então vigente, que privilegia a agricultura altamente mecanizada com fins de exportação, com alta utilização de insumos industriais, tais como fertilizantes e defensivos e seleção de sementes e animais. Modelo este que levou a um grande êxodo rural e conseqüente inchaço dos centros urbanos, bem como a uma pauperização dos pequenos produtores⁸¹. Nessa medida, a busca por atividades complementares a produção agropecuária tem se configurado como uma das estratégias desses agricultores para garantirem sua reprodução social. Estas atividades, chamadas de atividades não-agrícolas, vão desde o beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários até atividades de prestação de serviços, entre eles o turismo, e estão no bojo de uma discussão sobre o mundo rural brasileiro hoje. Entretanto, como afirma Carneiro⁸²:

⁸¹ DELGADO, G.C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. São Paulo: Ícone, 1985.

⁸² CARNEIRO, M.J.. *Ruralidades: novas identidades em construção* IN: Estudos sociedade e agricultura. Rio de Janeiro: UFRRJ, nº 11, novembro/1998, p.53.

(...) o campo não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções diferentes categorias de produtores.

No município de Joinville, a proximidade com o centro urbano, o maior pólo industrial de Santa Catarina, abre aos agricultores a possibilidade de se empregar na indústria, onde é comum o turno iniciar às cinco horas da manhã e terminar às 14:00, possibilitando assim ao agricultor desenvolver atividades agrícolas em tempo parcial, o que é apontado pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Joinville como uma tendência da agricultura no município, informação apresentada em documento⁸³ encaminhado a FETAESC, por ocasião do Grito da Terra.

A academia tem produzido visões diferentes sobre a temática, e destacam-se aqui as compreensões de pesquisadores ligados ao projeto que se intitula “Rurbano”, entre eles Silva, e outra, sobre outro viés, da qual se destaca neste trabalho Wanderley. Para Silva⁸⁴ vive-se um processo de urbanização do rural, que já não pode ser caracterizado como espaço eminentemente agropecuário, já que a tendência seria a uma certa “homogeneização” entre os espaços, impulsionados principalmente pelo processo de tecnificação e industrialização da atividade agropecuária.

Para Wanderley, apesar da integração entre rural e urbano, o rural ainda é específico e diferenciado, não mais em relação ao acesso aos bens materiais, que seriam de certo modo igualmente distribuídos, mas sim em relação à “identificações e das reivindicações da vida cotidiana, de forma que o rural se torna um ator coletivo, constituído a partir de uma referência espacial e inserido num campo ampliado de trocas sociais”.⁸⁵

Levando-se em conta o espaço rural joinvilense, pode-se observar, por um lado, um fenômeno apontado por Silva - a perda relativa de importância das atividades propriamente agrícolas, porém por outro lado, identifica-se o que foi

⁸³ STRJ. Carta a FETAESC. 10/05/2005.

⁸⁴ SILVA, J.G.. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1996.

⁸⁵ WANDERLEY, M.N.B.. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N.. *Un nueva ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires: CLACSO, p.33

proposto por Wanderley, ou seja, que “as relações entre campo e cidade não destroem as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o continuum se desenha entre um pólo urbano e um pólo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações”⁸⁶.

Para uma caracterização mais específica da questão da importância das práticas agrícolas no município de Joinville seria necessário um levantamento do número de famílias envolvidas e da produtividade no decorrer dos anos, dados estes que não foram disponibilizados para essa pesquisa. Entretanto, por meio das entrevistas e da observação em campo, é possível afirmar que a agricultura representa cada vez menos a principal fonte de renda das comunidades da região, o que não significa, e aí reporta-se novamente a Wanderley, a urbanização ou a adoção de valores e representações urbanos pelos rurais.

Vale ressaltar também a concepção de Brandenburg e Ferreira⁸⁷ no que tange ao processo de “reconstrução do rural”, onde destacam o papel das formas alternativas de organização social e de gestão de recursos naturais, com projetos diversos ao da modernidade homogeneizadora. Nessa reconstrução do rural deve ser levada em conta a procura de novas estratégias em busca da valorização do território e da reprodução de seus habitantes enquanto agricultores e rurais. As questões ambientais tornam-se crescentemente relevantes nessa reconstrução, e é justamente neste sentido que as transformações vêm ocorrendo no meio rural joinvilense, pois devido à necessidade de conservação dos recursos naturais para a manutenção do centro urbano, novos pactos entre o urbano e o rural no município devem ser construídos.

Nesta perspectiva, pode-se citar ainda o proposto por Carneiro⁸⁸, ou seja, é necessário romper com a referência urbano-industrial para analisar as transformações que pelas quais está passando a agricultura familiar, de modo que isto resulte numa forma de pensar a integração da cultura camponesa com a sociedade industrial moderna sem que isto resulte num processo simples de aculturação.

Esta pesquisa integra-se a perspectiva de compreender as transformações recentes pelas quais vêm passando o meio rural joinvilense, apesar de não o ter

⁸⁶ Ibidem, p.33.

⁸⁷ BRANDENBURG, A.; FERREIRA, Â. D.D.. Agricultura e políticas socioambientais rurais. In: RUSCHEINSKY, A.. *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

⁸⁸ CARNEIRO, M. J.. *op.cit.*

como objetivo principal, em especial aquelas resultantes da inserção da problemática ambiental no meio rural, por meio de políticas voltadas a conservação dos recursos naturais e que tem sido, de acordo com os próprios agricultores, um dos principais pontos de tensões e dificuldades para a reprodução do agricultor familiar.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA

Como dito na metodologia, foram entrevistados 21 agricultores familiares em toda a região da Bacia do Rio Cubatão que residem dentro da APA. Como está bastante claro que o principal objetivo da APA é a proteção aos mananciais, deu-se preferência por aqueles que estão à montante da captação de água, o que foi motivado também pelo fato de que a captação encontra-se quase no início da SC-301, ou seja, praticamente todas as Estradas da APA que estão na Bacia do Cubatão encontram-se acima da captação. Este fato, aliás, é motivo de muitas críticas por parte dos agricultores, que não compreendem porque a estação não foi feita mais acima. Entretanto, como mostra o mapa da localização da ETA, se esta tivesse sido construída mais acima não captaria a água provinda do Rio da Prata, um dos principais contribuintes do Rio Cubatão. As Estradas que ficam abaixo da captação são aquelas também que mais sofrem com o processo de urbanização, e que tem os rios com as águas menos adequadas ao consumo.

Dos 21 agricultores entrevistados, portanto, 4 têm suas propriedades a jusante da captação e 17 a montante; 8 dos agricultores residem na Estrada Quiriri, 6 na Estrada do Pico, 2 na Estrada Rio da Prata, 1 na Estrada Mildau e 4 na Estrada Dona Francisca (SC-301). As propriedades que estão à jusante localizam-se na Estrada do Pico e na Estrada Mildau. A predominância das Estradas Quiriri e do Pico deve-se ao fato de estas serem as estradas maiores da região, bem como ao fato de sua localização, sendo que a primeira é a que mais tem sofrido ações e intervenções do poder público, já que é uma das localidades mais conservadas da região do ponto de vista do ambiente natural, e onde há um maior número de afluentes do

Cubatão, sendo que este também passa pela localidade; já a Estrada do Pico acompanha longitudinalmente o rio Cubatão e é nela que está situada a ETA.



FIGURA 08- Vista aérea da Estação de Tratamento de Água da Companhia Águas de Joinville. Fonte: Zoneamento Econômico Ecológico das APA's

Os agricultores entrevistados são descendentes dos colonos alemães que ocuparam a região na época da colonização, com exceção de 2 que residem na região do Quiriri, um proveniente do município de Toledo e outro do município de Massaranduba. Entretanto, os dois têm origem de famílias de agricultores, um de descendência italiana e cuja esposa é de origem alemã e outro de origem alemã, sendo que os dois mudaram para a região na década de 70, um com os pais ainda na infância e outro após casado em busca de terras maiores e mais baratas. Essa predominância de descendentes de colonos não foi induzida, mas resultado da forma de ocupação da região, já que os que ainda desenvolvem atividades agrícolas são em grande maioria descendentes dos colonos, como pode ser visto na lista dos associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Isto faz com que, em relação ao tempo de residência na propriedade, apenas dois dos que são descendentes dos colonos não tenham herdado a propriedade na qual nasceram. Estes que não

herdaram a propriedade compraram-na na região depois de casados, mas permanecendo na mesma localidade onde moravam com os pais. Isto destaca a problemática apresentada por Paulilo⁸⁹, no que diz respeito à transmissão da propriedade. De modo geral, as terras eram dos pais do homem, sendo que as mulheres não herdaram terras, indo morar na propriedade herdada pelo marido. Nas famílias grandes, porém, nem sempre há terras para todos os filhos, já que as propriedades são pequenas, o que faz com que alguns tenham que adquirir suas próprias terras depois de casados, mas comumente com a ajuda dos pais de ambas as famílias.

3.4.1 Aspectos da propriedade

A estrutura fundiária rural em Joinville é caracterizada pela pequena propriedade, em geral marcada pela posse escriturada e registrada, já que a maior parte das terras são dotais e os primeiros colonos já ganhavam seu registro, muitos ainda (o 1º registro da terra) em posse das famílias agricultoras, redigido em dois idiomas: o alemão e o português. As características de tamanho das propriedades na área rural de Joinville já foram apontadas no quadro 02.

Dentre os 21 agricultores entrevistados, 4 têm propriedade com menos de 10 ha, 8 entre 10 e 20 ha, 7 entre 20 e 50 ha, 1 com a propriedade entre 50 e 100 ha e 1 com propriedade maior que 100 ha. O que possui a propriedade maior que 100 ha na verdade possui duas propriedades, uma de 18ha e outra de 90 ha, sendo que as duas ficam na Estrada Quiriri, próximas uma a outra. Dos que possuem terras menores que 10 ha, dois arrendam mais terras para realizar suas atividades. A menor propriedade dentre os entrevistados é de 1,2 ha, mas o proprietário produz também em conjunto com o pai, utilizando suas terras exclusivamente para o cultivo da banana, e na propriedade do pai, que fica em frente à do filho, é cultivado aquilo que é utilizado para a alimentação da família e criados os animais. Este agricultor, um dos mais jovens dentre os entrevistados ia herdar da família da esposa um pedaço de terra maior, mas devido aos rios que passam pela propriedade ele não

⁸⁹ PAULILO, M. I.. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. IN: PAULILO, M.I e SCHMIDT, W.. *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

pode construir a residência, que foi embargada pela Fundema, o que o motivou a adquirir esta propriedade menor.

Até 10 ha	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a menos e 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 500 ha	Mais de 500 ha	TOTAL
4	8	7	1	1	0	21

QUADRO 03 - TAMANHO DAS PROPRIEDADES DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS
FONTE: A autora



FIGURAS 09 E 10– A região possui rios em abundância. Rio Quiriri e Rio Seco, de cima para baixo. Fonte: Natália Tavares de Azevedo

Todas os agricultores possuem pelo menos 1 recurso hídrico aflorante em sua propriedade, sendo que apenas 3 possuem somente 1. Quatro propriedades possuem apenas 2, sendo que 13 das propriedades dos agricultores possuem nascentes, uma delas com dez nascentes e 5 rios em uma propriedade de 25 ha. Outra propriedade conta com 10 cachoeiras, passíveis inclusive de exploração turística. O que se pretende demonstrar é que todas estas propriedades, por conta das características da região, são abundantemente irrigadas, o que sob o aspecto legal pode chegar a inviabilizar sua função de produtora em nome de sua função de proteção ambiental.

No que diz respeito à proteção das APP's e da Reserva Legal, das propriedades visitadas apenas 2 possuem a Reserva Legal averbada, e uma delas

estava realizando o processo. De modo geral, os agricultores têm pouca informação a respeito das implicações de realizar a averbação da Reserva, e não o fazem por medo de que possa vir aumentar ainda mais as restrições de uso da propriedade. Outro fator limitante é que para aqueles que possuem áreas acima de 30ha o processo não é gratuito, sendo necessário fazer levantamentos planialtimétricos, para o quê é preciso contratar um agrimensor. As APP's, quase em sua totalidade não são totalmente respeitadas. Nas áreas planas, existe uma forte tendência a não se respeitar as faixas de mata ciliar – quando deixam alguma distância entre o rio e a produção geralmente ela não é superior aos 10 metros. Entretanto, nas áreas com declive de suave a acentuado as APP's são respeitadas e a vegetação encontra-se já em estágio avançado de regeneração em vários locais, ocupando áreas que muitas vezes eram ocupadas pelo gado, que teve uma forte redução nas últimas décadas.

Em 1991, de acordo com dados do IBGE, eram 19.939 cabeças, e em 2003 apenas 13.285, uma redução de cerca de 34%, mas os dados não demonstram o que na pesquisa empírica se constatou por meio da observação – que a redução foi muito maior na área da APA, enquanto as áreas rurais que se encontram fora da APA viram uma certa expansão na atividade pecuária, principalmente no baixo curso do rio Cubatão.

O fato de as propriedades não estarem adequadas à legislação ambiental vigente não quer dizer que estejam degradadas. O que se percebe nas propriedades da região, e mesmo com a visualização do mapa de uso e ocupação do solo, e que as áreas de encostas, que apenas algumas propriedades que estão no vale do Rio Cubatão não possuem, estão bastante conservadas, e nas propriedades encontram-se áreas extensas de vegetação nativa regenerando. De acordo com os agricultores, as propriedades possuem em média 30% de sua extensão com vegetação nativa. Este percentual varia para mais nas propriedades maiores e para menos nas menores. As regiões de planície encontram-se mais degradadas, já que é nelas que os agricultores realizam suas práticas produtivas.

3.4.2 Aspectos da produção e comercialização

Como dito no início deste capítulo, as principais culturas de Joinville são o arroz irrigado, a banana e o aipim. Na área de estudo, como não há arroz irrigado devido às características do relevo, *a principal atividade é a bananicultura*. Dos 21 entrevistados, 16 cultivam banana, sendo que destes 7 têm na bananicultura sua atividade principal, dois dedicando-se exclusivamente a bananicultura. Um dos entrevistados mudou de atividade e agora dedica-se exclusivamente ao *cultivo de palmáceas*, e está em fase de implantação da agroindústria própria. Outro ainda mudou de atividade passando a *produzir flores*, além de hortaliças, banana e aipim. Os demais entrevistados caracterizam-se por propriedades policultoras, nas quais produzem-se milho, cará, cana, feijão, hortaliças das mais diversas, taiá, japão e frutas que se produzem na região, em especial a tangerina. Associada as culturas está a atividade de criação de animais, como bois, vacas, porcos e aves, variando entre 2 e 10 bovinos e 2 e 10 suínos, com presença de um número maior de animais para aqueles que ainda vendem o leite para as usinas. As aves têm uma grande variabilidade, mas pode-se estimar uma média de 50 aves por propriedade, entre galinhas, patos, gansos e marrecos.



FIGURA 11: Estrada Quiriri, com cultivo de cana e banana beirando a estrada.
Fonte: Natália Tavares de Azevedo

Apenas 3 dos entrevistados não se dedicam conjuntamente a criação de animais para suprir as necessidades da propriedade, mas destes 2 moram na proximidade da propriedade dos pais, que criam animais, utilizando-se portanto da produção que de certa forma também é feita pela família. Apenas um agricultor dos entrevistados não cria animais e não possui também horta ou hortaliças, afirmando que aquilo que necessita compra dos outros agricultores que produzem hortaliças e animais na vizinhança. A prática da indústria doméstica é bastante difundida, com confecção de pães, cucas, musses (espécies de geléia), melado, conservas, queijos, manteiga, iogurtes, cachaça entre outros, mas vem perdendo força na comercialização devido as exigências de adequação feitas pela vigilância sanitária, para as quais o agricultor se encontra pouco capitalizado para efetuar-las.

A mão-de-obra empregada na produção é majoritariamente familiar. 14 dos 21 entrevistados afirmaram que a agricultura é desenvolvida apenas pelo casal, ou seja, 66% dos entrevistados contam apenas com a força de trabalho do casal. Dos entrevistados, 6 afirmam contratar mão-de-obra temporária esporadicamente, nos períodos de safra. Outra forma de mão-de-obra empregada citada pelos agricultores é a troca de dias entre os colonos, ou a ajuda mútua. Dos entrevistados, 13 possuem filhos jovens que residem na propriedade, sendo que destes 9 trabalham na agricultura, seja em tempo parcial ou integral, o que demonstra uma continuidade no trabalho familiar. Apenas 4 dos que têm filhos jovens residindo na propriedade não contam com a mão-de-obra dos filhos nem em tempo parcial. A esta dinâmica pode-se aproximar as reflexões de Chayanov⁹⁰ sobre o ciclo de vida e evolução da família e seu papel na diferenciação demográfica, pois a medida que os filhos se casam e vão construir uma nova unidade o casal se encontra novamente sozinho, diminuindo as necessidades de consumo e a mão-de-obra disponível. É interessante destacar que dentro os 21 entrevistados, 8 são aposentados, 7 como trabalhadores rurais e 1 em outras funções.

⁹⁰ CHONCHOL, J.. *Sistemas agrários em América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. México: Fonde de cultura económica, 1994.



FIGURA 12 – Casal praticando agricultura com tração animal na Estrada Rio da Prata Fonte: Zoneamento das APA's

Com relação a tecnificação, grande parte dos agricultores tem ou emprestam pequeno maquinário, como as “tobatas” utilizadas para puxar o arado e pequenos tratores. É ainda bastante comum o uso de tração animal, não apenas na região de estudo, mas em toda a área rural de Joinville, o que é facilmente comprovado pela observação em campo. Os bananicultores em geral utilizam-se de canhões para o lançamento dos óleos e fungicidas sobre a plantação, mas é comum o empréstimo entre os bananicultores e a utilização de equipamentos da EPAGRI para esta categoria de produtores. O uso de insumos industriais é bastante comum, mas ele é adicionado como uma técnica a mais no modelo de produção utilizado tradicionalmente pelos agricultores, ou seja, as transformações ocorridas na agricultura familiar joinvilense no sentido da industrialização do processo produtivo significaram o emprego de um pequeno maquinário e alguns insumos visando diminuir a penosidade do trabalho, muito mais do que um processo de transformação radical das práticas produtivas. Isto se deve em grande parte ao modelo de agricultura estabelecido na região desde a colonização, diferente de práticas rústicas.



FIGURA 13 – Bananicultura desrespeitando as APP's. Fonte: Zoneamento das APA's

A comercialização dos produtos é feita para intermediários por 14 dos agricultores, sendo que destes 4 vendem também direto para o mercado e 4 vendem também na propriedade, para os vizinhos e para os visitantes que costumam circular na região principalmente aos finais de semana, prática bastante comum na região. 1 dos agricultores, que produz de forma orgânica, vende os produtos na feira realizada pela Associação dos Agricultores da Região de Joinville, e 1 dos entrevistados vende em feira itinerante feita com Kombi por todo o Distrito de Pirabeiraba, mantendo uma prática que era feita por seus pais, ainda de carroça. 2 dos entrevistados tem caminhão e entregam seu produto no CEASA de Curitiba, ambos bananicultores, e 2 vendem seus produtos no CEASA de Joinville. O ressurgimento de pequenos mercados nos bairros de Joinville tem contribuído na comercialização direta por parte dos agricultores.

Têm-se, portanto, um quadro de trabalho predominantemente familiar e de produção diversificada, apontando para uma exploração caracteristicamente familiar

sentido colocado por Lamarche, ou seja, no qual a “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família”⁹¹.

Lamarche propõe um enfoque tipológico que tem como extremos de um lado a unidade em que a lógica familiar é determinante, e de outro unidades que operam segundo uma racionalidade empresarial capitalista. As unidades pesquisadas neste trabalho, como já foi apontado, operam sob a lógica familiar, o que não quer dizer, como aponta Brandenburg⁹², que não estejam sob imperativos da racionalidade econômica, mas que pode racionalizar sua produção para mais, como uma empresa ou para menos como uma unidade de produção de subsistência.

No município de Joinville, os agricultores familiares enquanto pequeno produtores, preservam uma certa “condição camponesa”, identificando-se como colonos e reproduzindo seu universo simbólico próprio da vida rural joinvilense. Mesmo os entrevistados que vieram de outros municípios identificam-se também como colonos, pois suas famílias também emigraram de países europeus para colonizar o sul do Brasil. Predomina na região um baixo índice de miscigenação, com a predominância do colono alemão, em sua maioria de religião protestante luterana, com uma minoria de católicos.

Todas as propriedades visitadas operam sob a lógica familiar, mesmo as que se encontram mais tecnificadas, que são as propriedades dos bananicultores e as daqueles que vêm aderindo ao cultivo de flores e de palmáceas, sendo que nessas propriedades há um processo de racionalização maior do processo produtivo no sentido econômico, ou seja, há um controle maior de custos e entradas. É pertinente apontar que nestas propriedades, na quase totalidade, os filhos trabalham junto com os pais no processo produtivo, e vários deles foram para Alemanha por intermédio da Igreja Luterana para realizar cursos na área de gestão da propriedade e de processos produtivos. São estas unidades que apresentam uma renda maior, variando de R\$2.000 a R\$ 8.000,00 por mês, sendo que na propriedade que gera esta renda trabalham os pais e mais 4 filhos com suas famílias, é a propriedade onde foi encontrada o maior número de filhos trabalhando, em uma área de 22,5 ha. As demais propriedades geram uma renda de cerca de R\$ 600,00, mas há uma certa dificuldade dos agricultores em quantificarem sua renda, pois no seu cálculo

⁹¹ LAMARCHE, H.(coord). *A agricultura familiar I: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

⁹² BRANDENBURG, A.. *Agricultura familiar, ONG's e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora UFPR, 1999.

geralmente não diferenciam aquilo que é reinvestido na produção e o que é sobra daquilo que foi investido.



FIGURA 14 – Cultivo de pupunha vem se difundindo na região, com o estabelecimento de viveiro de mudas na região do Quiriri. Fonte: Zoneamento econômico-ecológico das APA's.

Isso se dá pelo próprio caráter da agricultura familiar, como aponta Wanderley⁹³ ao refletir sobre a obra de Chayanov. Isto porque na unidade familiar de produção o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra. De acordo com Chayanov, o produtor efetua um balanço entre trabalho e consumo, ou seja, entre o esforço exigido para realização do trabalho (penosidade) e o grau de satisfação das necessidades da família, o que vai variar de acordo com a etapa de evolução da família, como se citou anteriormente. Como

⁹³ WANDERLEY, M. N. B.. *Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander Chayanov*. IN: FERREIRA, A. D. e BRANDENBURG, A.. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

Wanderley faz notar, na atual situação do mundo rural, certamente houve uma mudança naquilo que é considerado necessidade da família, mas houve ao mesmo tempo também um processo de mecanização que reduz a penosidade do trabalho, ou seja, não se trata mais de garantir o mínimo vital, mas do direito a um modo de vida moderno, incluindo acesso a uma série de bens materiais e culturais. Isso inclui, por exemplo, o estudo universitário dos filhos, o acesso a computador e telefone entre outros elementos que são considerados necessários à medida que os valores modernos vão penetrando no mundo rural. Isso não significa, por outro lado, como destaca Mendras⁹⁴, uma adesão total aos valores urbanos, já que um televisor, por exemplo, é um objeto que pode ser apropriado de maneiras diversas pelas pessoas.

A agricultura familiar joinvilense preserva uma certa condição camponesa à medida que guarda em sua estrutura determinados elementos, como esta questão da lógica familiar de produção. Outros valores que estão relacionados ao campesinato são o amor a terra, ou seja, uma ligação sentimental com o lugar onde se vive e se planta, a valorização da família e a distinção entre o “nós” e “eles”, o que no meio rural joinvilense é bastante característico, incluindo uma certa desconfiança constante com os de “fora”, o que foi bastante percebido durante a pesquisa, tanto em relação a minha presença na localidade, quanto a fala dos agricultores com relação aos novos moradores da região, resultado do processo de loteamento citado anteriormente.

À medida que é tensionado pelos valores modernos e pelo processo de modernização em si, o rural se redefine, e aponta-se aqui para a redefinição do rural no sentido sócio-ambiental colocado por Brandenburg⁹⁵, ou seja, ele não é simplesmente substituído pelo moderno, como vêem os autores que apontam para a urbanização do rural, mas ressignificado, assim como a natureza é revalorizada e juntamente com as questões ambientais passa a ser tratado como uma política pública.

⁹⁴ MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

⁹⁵ BRANDENBURG, A.. *Do rural tradicional ao rural socioambiental*. Artigo apresentado no XII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, no município de Belo Horizonte, em junho de 2005 e disponível em <http://www.sbsociologia.com.br/congresso/gt11a>.

4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E OS ASPECTOS RESTRITIVOS DO USO DOS RECURSOS NATURAIS NO MEIO RURAL

4.1 DO MUNDO SELVAGEM AO MEIO AMBIENTE – ORIGENS DA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS

A preocupação com a conservação dos recursos naturais surgiu em diferentes lugares e muitas vezes impulsionado por motivações distintas e específicas. Contudo, seu ponto de partida, de modo geral, foi o crescente interesse para com as florestas e ambientes selvagens, ainda nos séculos XVIII e XIX, resultado de um conjunto de circunstâncias como o avanço da pesquisa científica, em especial da história natural, e a expansão do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, com sua demanda sempre crescente de recursos naturais.

Esse interesse pelos ambientes naturais surgia em contraposição ao pensamento dominante no início do período moderno, que advinha da compreensão medieval, na qual segundo Munford *apud* gonçalves⁹⁶, se separava a alma do homem da vida material. A interpretação bíblica realizada à época colocava o homem num patamar acima dos animais, não apenas como animais superiores, mas como seres entre animais e anjos, já que feitos à imagem e semelhança de Deus. O predomínio humano tinha, portanto⁹⁷:

(...) lugar central no plano divino. O homem era o fim de toda as obras de Deus, declarava Jeremiah Burroughes, em 1657; 'Ele fez os outros para o homem e o homem para si próprio'. 'Todas as coisas', concordava Richard Bentley em 1692, foram criadas 'principalmente para o benefício e prazer do homem'. 'Se procurarmos as causas finais, o homem pode ser visto como o centro do mundo' ponderava Francis Bacon, 'de tal forma que, se o homem fosse retirado do mundo, todo o resto pareceria extraviado, sem objetivo ou propósito'. Alguns clérigos pensavam que após o Juízo Final o mundo seria aniquilado; ele tinha sido feito somente para acomodar a humanidade, sendo este seu único uso.

⁹⁶ GONÇALVES, C. W.. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 7 ed., 2000.

⁹⁷ THOMAS, K.. *O homem e o mundo natural: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das letras, 1988, p.23.

A justificativa para este tipo de pensamento, segundo Thomas⁹⁸ encontrava-se com facilidade tanto na Bíblia quanto em alguns filósofos clássicos como Platão e Aristóteles, que buscavam identificar a característica determinante da singularidade humana, como tantos outros fizeram já na Idade Moderna. Três características, no entanto, recebiam ênfase: a fala, a razão e a religião. Segundo alguns pensadores, são estas que dão aos seres humanos a capacidade de memória, registro, criatividade e razão especulativa. Somava-se a isto almas imortais, que os animais não possuíam.

Descartes será considerado o celebrizador dessa posição, a partir de 1630, com sua proposição de que os animais eram autômatos (ou máquinas), tal qual relógios, incapazes de raciocinar ou falar. Os seres humanos, para Descartes, também eram autômatos, mas com uma diferença: tinham uma mente, “uma alma separada”. Só o homem combinaria, ao mesmo tempo, matéria e intelecto⁹⁹.

Entende-se, no entanto, que muito mais do que convincente, a teoria de Descartes era piedosa. O comportamento humano tinha de ser justificado, e aceitar que os animais poderiam ter uma alma imortal, ter sensações, implicaria em sentimento de culpa. Distinguindo completamente o ser humano do restante da natureza, o homem livrava-se de qualquer remorso e ficava livre para a dominação ilimitada da natureza.

No entanto, a concepção cartesiana não era consenso geral entre os estudiosos, tendo sido inclusive considerada assassina por Henry More, fisiólogo inglês; mas era ela que permeava o senso comum – a distinção entre homens e animais fundamentava o comportamento de todos. A religião e a moral assumiam, então, um papel fundamental na distinção entre seres humanos e animais, pois tinham a função de restringir aspectos considerados animais da natureza humana. As normas de etiqueta ao comer, ao falar, eram consideradas como passos da civilidade. Aqueles que não controlassem alguns impulsos, em especial a luxúria, eram considerados animais¹⁰⁰.

Essa desvalorização do mundo selvagem começa a mudar, conforme

⁹⁸ ibidem.

⁹⁹ ibid.

¹⁰⁰ THOMAS, op.cit.

Diegues¹⁰¹:

A partir do século XIX, e para isso contribuíram o avanço da História Natural, o respeito que os naturalistas tinham por áreas selvagens não-transformadas pelo homem. Como exemplo, os pântanos que antes eram drenados para dar lugar aos campos de cultivo passaram a ser valorizados como habitats de espécies selvagens. Por outro lado, no começo da revolução industrial, a vida nas cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade da vida no campo, passou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável. A vida no campo passou a ser idealizada, sobretudo pelas classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola.

O crescimento populacional, segundo Thomas *apud* Diegues¹⁰², das cidades teria originado um sentimento anti-social, estimulando uma atitude contemplativa da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual.

Os viajantes pitorescos e os escritores românticos também tiveram, conforme ressalta Diegues, papel importante nessa mudança de comportamento, pois os primeiros buscavam em ambientes selvagens espaços de apreciação e estes tratavam do meio natural como o local de descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da beleza e do sublime.

Foram essas idéias que influenciaram a criação de áreas protegidas, tidas como “ilhas de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada”¹⁰³. Do surgimento do primeiro parque do mundo, Yellowstone, nos Estados Unidos em 1872, pode-se destacar o fato de neste ter sido proibida a ocupação ou a venda das terras, que passavam a ser reservadas para fins de recreação e desfrute do povo, apesar de a área ser território indígena sendo estes expulsos para a criação do parque.

Ainda de acordo com Diegues¹⁰⁴, as origens do entendimento de parques como áreas selvagens e desabitadas podem estar ligadas aos mitos do “paraíso terrestre” próprios do Cristianismo.

¹⁰¹ DIEGUES, A.C.. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.23-24.

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ ibid., p.24.

¹⁰⁴ ibid., p.27

A concepção Cristã de paraíso, existente no final da Idade Média e no período anterior ao descobrimento da América, era de uma região natural, de grande beleza e rigorosamente desabitada, de onde o homem havia sido expulso após o pecado original. No imaginário ocidental, ela poderia estar numa ilha ou em terras desabitadas além das Colunas de Hércules. (...) Dessa forma, os primeiros conservacionistas pareciam recriar e reinterpretar o mito do paraíso terrestre mediante a criação dos parques nacionais desabitados, onde o homem poderia contemplar as belezas da natureza.

Esta, entretanto, não era a única corrente na que influenciavam na criação das áreas protegidas. Duas correntes teóricas norte-americanas influenciavam-nas, tendo como expoentes Gifford Pinchot à frente do *conservacionismo dos recursos naturais* e John Muir do *preservacionismo*..

Gifford Pinchot era engenheiro florestal e apregoava o uso racional dos recursos, agindo dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria. Para ele, a natureza é lenta e o processo de manejo pode torná-la eficiente; a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos. Essas idéias foram precursoras do que se chama hoje de desenvolvimento sustentável, tendo sido importante também para enfoques como o ecodesenvolvimento, na década de 70.

Já a corrente preservacionista de John Muir tinha como essência a reverência à natureza, a apreciação estética e espiritual da vida selvagem, com intuito de protegê-la do desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Foi muito influenciado pela obra de Henry Thoreau, que se baseava na existência de um Ser Universal, transcendente no interior da natureza. Para Muir, os seres humanos faziam parte de uma comunidade, juntamente com animais, plantas e rochas – todos fagulhas da Alma Divina que permeava a natureza; portanto, os humanos não poderiam ter direitos superiores aos animais¹⁰⁵.

Segundo Diegues, mesmo com os conflitos entre preservacionistas, conservacionistas e desenvolvimentistas, as áreas dos parques e outras unidades de proteção aumentaram consideravelmente nos Estados Unidos entre os anos de 1933 e 1946. Os conflitos entre os três setores continuaram no pós-guerra, com avanços significativos dos que propugnavam eficiência no uso de recursos naturais e dos desenvolvimentistas, por meio da construção de inúmeras hidrelétricas. A escola

¹⁰⁵ ibid.

preservacionista também conseguiu vitórias significativas, assegurando a inviolabilidade dos parques nacionais, construindo uma base importante para o movimento ambientalista emergente nos anos 60 e 70 do século XX.

Os movimentos ambientalistas surgiram juntamente com uma série de outros movimentos sociais. Até então, de acordo com Gonçalves¹⁰⁶, os movimentos que se reivindicavam socialistas eram os responsáveis pelo questionamento da ordem sócio-política e cultural, apontando o capitalismo como a causa de todos os males com que os homens se defrontavam. Os movimentos das mulheres, dos negros e os ecológicos tinham suas especificidades subordinadas ao movimento operário na sua busca da libertação do proletariado. A revolução dos costumes que se inicia na década de 50 terá seu auge na década de 60, passando da crítica exclusiva ao capitalismo e do entendimento de missão histórica do proletariado para um movimento baseado nas condições de vida concretas de jovens, crianças e minorias – negros, homossexuais, mulheres - exigindo mudanças dessas condições.

De acordo com Diegues¹⁰⁷, as agitações estudantis de 1968 na Europa e Estados Unidos tiveram papel fundamental no surgimento do novo ecologismo, passando as questões ecológicas a serem uma bandeira de luta. Esta posição é corroborada por Ferreira¹⁰⁸, que também situa no período entre as décadas de 60 e 70 a construção de um patamar suficiente das preocupações ambientalistas de forma a criar visibilidade junto à opinião pública americana e europeia, sendo incorporada por outros movimentos sociais e civis, “contaminados pela inquietação generalizada diante dos problemas gerados por uma sociedade altamente industrializada, urbanizada e discriminatória, criando uma clientela receptiva junto às camadas médias e intelectualizadas dos grandes centros urbanos em todo o mundo”¹⁰⁹.

Segundo Simonet (*apud* DIEGUES¹¹⁰):

(...) maio de 1968 foi um sobressalto na história e um movimento pela vida 'contra um mundo senil e triste'. A crítica da vida quotidiana nas sociedades industriais, opulentas e consumistas formulada pela revolta de 68 foi retomada pelos ecologistas contestatários.

¹⁰⁶ GONÇALVES, op.cit.

¹⁰⁷ DIEGUES, op.cit.

¹⁰⁸ FERREIRA, L. C.. *A mata intransitiva*, 1996a.

¹⁰⁹ Ibid, p.19.

¹¹⁰ DIEGUES, op.cit, p.29.

É na década de 70 que a questão toma fôlego, com a realização pelo Clube de Roma (formado por um grupo de cientistas das mais diversas áreas) do Relatório Limites do Crescimento, o qual alertava que o crescente consumo mundial levaria a um limite de crescimento e a um possível colapso. Apesar das diversas críticas feitas ao relatório, principalmente aquelas referentes à proposição de um *neomalthusianismo*, ele trouxe à tona definitivamente o eixo de debate sobre as relações entre crescimento econômico, modelo de desenvolvimento e qualidade ambiental. A discussão da problemática ambiental, deste modo, deslocava-se de uma visão essencialmente filantrópica – proposta pelo preservacionismo, ou predominantemente técnico-científica – defendida pelo conservacionismo, para se tornar um tema da esfera política, com os novos movimentos ambientalistas¹¹¹.

Alguns meses depois, realizava-se, em Estocolmo, na Suécia, a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na qual a questão ambiental vai ser debatida pela primeira vez sob um ponto de vista social, político e econômico em um fórum intergovernamental¹¹², consolidando a questão dos estilos de desenvolvimento como um dos argumentos mais plausíveis no que tange a etiologia dos problemas ambientais¹¹³. Contribui significativamente, de acordo com Ferreira, para o reconhecimento da necessidade de institucionalização da proteção ao meio ambiente, inclusive no Brasil, que teve uma atuação importante nesta Conferência, liderando os países pobres na negação de propostas como a de crescimento econômico zero para todos os países, que não considerava a disparidades no desenvolvimento entre os países ricos e pobres.

No Brasil, o movimento ecológico emerge na década de 70, em pleno regime militar, que exercia forte repressão sobre os movimentos estudantis e sindicais. Estes lutavam por uma revolução antiimperialista, pois acreditavam que as alianças entre imperialistas e a oligarquia latifundiária eram a principal razão do subdesenvolvimento do país. Entendiam que somente com uma aliança entre a burguesia nacional e as classes populares poderia ocorrer o processo de modernização do Brasil, etapa necessária para a consolidação da classe operária e conseqüentemente uma revolução socialista, tal qual o exemplo cubano.

¹¹¹ MACCORMICK *apud* FERREIRA, L.C. op.cit., p.19.

¹¹² FERREIRA, op.cit, p.23.

¹¹³ VIEIRA, P. F. e WEBER, J.. Sociedade, natureza e desenvolvimento viável.IN:_____. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*.

A burguesia nacional, entretanto, optou por se aliar à burguesia internacional. A partir de então, passa-se a abrir as portas do país ao capital estrangeiro, deslocando a consideração da questão nacional das condições sociais para um plano técnico-econômico desenvolvimentista.

As questões ambientais, até aí, eram desconsideradas, tanto pelos industriais quanto pelos latifundiários brasileiros. Um aumento da preocupação ambiental a nível internacional, porém, fez com que instituições financeiras passassem a estabelecer exigências para a realização de investimentos aqui, incluindo as relativas à preocupação com o meio ambiente natural. Um conjunto de novas demandas internas, com a sensibilização de grupos antes refratários à questão ambiental, como sindicatos, associações de bairros, grupos e movimentos de gênero, de etnia, passam também a somar na pressão pela adoção de políticas relativas ao meio ambiente ao término do período ditatorial. A partir de 1981, com a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) por meio da lei 6.938¹¹⁴, o Brasil passa a ter diplomas legais que identificam o mundo natural como meio ambiente, desdobrando-o em duas direções: uma que define sua fisionomia enquanto objeto natural e a outra que estabelece sua dimensão social, o que anteriormente não ocorria, pois o mundo natural era percebido como uma série de atributos independentes, objetos de legislações específicas¹¹⁵.

4.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NO BRASIL

Apesar de a preocupação com os recursos naturais brasileiros existir desde sua colonização pelos portugueses no século XVI, com as *Ordenações Afonsinas*, *Manoelinas* e *Filipinas*, ela possuía nessa época um caráter bastante diverso ao encontrado hoje, pois os pressupostos que legitimavam a necessidade da proteção dos recursos naturais estavam ligados à defesa do patrimônio da Coroa Portuguesa,

¹¹⁴ BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

¹¹⁵ FUKS, M.. Do discurso ao recurso: uma análise da proteção judicial ao meio ambiente do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, L. C. e VIOLA, E. (orgs). *Incertezas da sustentabilidade na globalização*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1996, p.190-1.

o que denota um interesse eminentemente econômico. Como afirma Urban¹¹⁶, devido à exploração excessiva das florestas brasileiras, as “madeiras de lei”, ocorria um aumento dos preços das madeiras utilizadas na construção naval, trazendo preocupação à Coroa Portuguesa, que assim baixa uma série de medidas visando estancar o comércio clandestino,

Mesmo depois da proclamação da independência, esse espírito continuou presente, como destaca TRENTINI¹¹⁷, com os Códigos das Águas, da Caça, da Mineração e o antigo Código Florestal, que tinham como premissa básica proteger recursos naturais de interesse econômico, como no caso das águas, que tinha seu foco voltado para a exploração de energia elétrica. Esses documentos estavam vinculados a posição que se iniciava à época, com um forte interesse no desenvolvimento econômico e industrial brasileiro. Uma mensagem de Epiácio Pessoa reproduzida por Urban¹¹⁸ evidencia esta concepção que estimulava a criação de leis e normas para a conservação dos recursos:

A economia florestal aponta-nos uma riqueza imensa a explorar. A indústria de papel, das resinas, das tinturarias, dos curtumes, dos móveis, das construções civis, do fornecimento de postes, lenha, dormentes, etc., sem falar nas exportações de madeiras finas ou de lei, são fontes de comércio a desenvolver e coordenar. É, pois, urgente a decretação de leis que protejam todos esses tesouros, regulando não só a arborização das terras e a sua conservação, como a exploração do comércio de madeiras, a extração de ervas e da própria seringueira.

É este interesse econômico que vai caracterizar as leis que surgiram durante este período, apesar do pouco avanço no sentido de sua real implementação, que só vai ter início efetivamente em 1929, com a movimentação para a criação do Código Florestal de 1930. Começava a surgir o entendimento de que o direito de propriedade deveria ser limitado em nome do interesse coletivo, ainda representado pelo viés utilitarista da conservação em nome da sustentabilidade ao longo do tempo da exploração econômica dos recursos.

Apesar destes avanços, será na década de 60, durante o regime militar, que

¹¹⁶ URBAN, T.. *Saudades do matão*: relembando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

¹¹⁷ TRENTINI, E.C.. *Agricultura “criminoso”*: atividades agrícolas avaliadas á luz do Código Florestal de 1965. Florianópolis: UFSC, dissertação de mestrado, 2004.

¹¹⁸ URBAN, op.cit, p.73.

a utilização dos recursos naturais vai ser submetida de modo mais efetivo a uma legislação que impunha a necessidade de uma lógica racional em seu uso, considerando que os recursos naturais só poderiam se transformar em riquezas se explorados racionalmente, e que a ocupação destes recursos para um determinado fim não deveria impedir sua utilização para outros - garantindo usos múltiplos - bem como não se fizesse em detrimento da saúde da população e da qualidade de vida. Esse movimento, como citado anteriormente, está inscrito na discussão que se fazia globalmente sobre a questão ambiental à época.

É por meio desse movimento que foi criada, em 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente, como já citado. Por meio dessa lei institui-se todo um aparato institucional para a proteção do meio ambiente nacional, constituindo-se o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, composto pelos “órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental”¹¹⁹. Assim, todos os órgãos que regulam o meio ambiente no Brasil passam a fazer parte de um mesmo sistema, devendo fazer cumprir a legislação ambiental federal e as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, criado pela mesma lei, que tem como finalidade assessorar o conselho de governo, propor diretrizes para as políticas governamentais para o meio ambiente e recursos naturais e deliberar sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Os governos municipais e estaduais podem, supletivamente, legislar sobre a questão ambiental, desde que não formulem leis que contradigam ou sejam menos restritivas que as leis federais.

Pode-se destacar, portanto, a criação da PNMA como um momento fundamental na institucionalização da proteção ambiental no Brasil, mas que encontrará sua expressão máxima na Constituição Federal de 1988 – é por meio dela que o meio ambiente encontrará acolhida plena no universo jurídico. De acordo com FUKS, “ali, o conceito de meio ambiente, assim como a atribuição de responsabilidades e definição de meios legais para sua proteção, encontra abrigo da ‘lei maior’ e, com isso, alcança grau máximo de universalidade enquanto norma”¹²⁰. Assim, o SISNAMA e o CONAMA vão ter seu período de real efetivação a partir

¹¹⁹ BRASIL. Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

¹²⁰ FUKS, M. op.cit, p.191.

deste momento.

Na Constituição de 1988 o meio ambiente deixa de ser um bem da União para tornar-se um “bem de uso comum e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”¹²¹. Note-se que na PNMA o meio ambiente era considerado como um “patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o seu uso coletivo”¹²². A partir da definição dada ao meio ambiente pela Constituição, como ressaltam FERREIRA¹²³ e FUKS¹²⁴ ele se torna objeto de um novo contrato social, tornando proeminente a importância de rever os usos que se faz do meio ambiente, e conseqüentemente, as relações entre os próprios agentes sociais.

Essa nova categorização que o meio ambiente recebe a partir da Constituição eleva-o a uma nova classe de interesses, distintos daqueles do quadro do individualismo característico da modernidade. Eles excluem os direitos individuais e os do Estado como pessoa jurídica, pois pertencem à coletividade – são os interesses difusos, do qual também fazem parte os do consumidor e o patrimônio cultural. São caracterizados, de acordo com a lei 8.078, como aqueles de “transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”¹²⁵.

O direito ao meio ambiente, enquanto direito difuso, é, portanto, diverso aos direitos liberais – tidos como garantias do indivíduo diante do poder do Estado, bem como dos direitos sociais – considerados como prestações que Estado deve ao indivíduo¹²⁶, pois é um direito-dever, sendo o indivíduo ao mesmo tempo titular do direito ao meio ambiente equilibrado e responsável pela sua preservação, o que se faz notar mais diretamente no caso do proprietário rural, tendo em vista o alto grau de limitações administrativas imposta pela legislação em vigor (não sem sua razão de ser).

É um direito baseado numa posição notadamente antropocêntrica, pois tem

¹²¹ Artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

¹²² Artigo 2º da lei 6.938/81.

¹²³ FERREIRA, L. C.. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. In: FERREIRA, L. C. e VIOLA, E. (orgs). *Op.cit*, 1996b, p. 241.

¹²⁴ FUKS, M. *op.cit*.

¹²⁵ BRASIL. Lei

¹²⁶ BOBBIO, N.. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p.72.

como principal objetivo “preservar a vida e a dignidade das pessoas”. Por isso mesmo se trata de um novo contrato social, pois o meio ambiente não aparece como um novo sujeito de uma nova modalidade de contrato, um contrato natural. Cabe ressaltar, entretanto, como destaca FERREIRA¹²⁷, que a busca por um novo contrato natural faz parte da pauta de reivindicações de alguns movimentos ambientalistas, que buscam expandir a esfera da cidadania de modo a “abarcara todo o mundo da vida” onde a esfera da cidadania “coincidiria com um campo de relacionamentos alargado entre todos os seres vivos”. Seria uma nova subjetivação da natureza.

Como esta temática não é central neste momento, parte-se a partir daqui para a análise dos aspectos restritivos do uso dos recursos naturais no meio rural imposto pela legislação ambiental.

4.3 ASPECTOS RESTRITIVOS DO USO DOS RECURSOS NATURAIS NO MEIO RURAL

A legislação ambiental brasileira e os dispositivos institucionais para a proteção ao meio ambiente no Brasil é muito diversa, contando com um arcabouço jurídico-institucional bastante extenso, formado por leis, resoluções, portarias, decretos e medidas provisórias, que tiveram início ainda na década de 30. Para efeito desta pesquisa, serão levantados os aspectos mais relevantes para o uso da propriedade no meio rural.

4.3.1 O Código Florestal de 1965

A lei 4.771¹²⁸ de 1965 institui o “Novo” Código Florestal, em substituição ao código de 1934. É nesta lei que se encontram os principais aspectos restritivos do

¹²⁷ FERREIRA, op.cit, 1996b, p.242.

¹²⁸ BRASIL. Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal.

uso da propriedade rural, por meio de dois dispositivos fundamentais: as Áreas de Preservação Permanente e a Reserva Legal Florestal.

Estes dois dispositivos são considerados limitações administrativas, que de acordo com Meirelles são definidas como “toda imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública condicionadora do exercício de direitos ou atividades particulares às exigências do bem-estar social”¹²⁹.

Deste modo, a limitação administrativa é a intervenção do Poder Público nas atividades e propriedades particulares em nome do bem-estar da sociedade, e sendo as florestas e o meio ambiente bem de uso comum, protegido pela Constituição e pelo próprio Código Florestal, devem ser as limitações impostas pela lei consideradas como um ônus que o proprietário deve suportar, já que é ele próprio também beneficiário do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, propagado pela Constituição. Ressalte-se ainda que a lei, já no *caput* do seu artigo 1º define:

Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes dos países, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação geral e especialmente esta Lei estabelecem.

As Áreas de Preservação Permanente (APP's) são a primeira limitação a aparecer no Código Florestal, nos artigos 2º e 3º. No artigo 1º a lei define estas áreas como sendo:

II – Área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Assim sendo, o artigo 2º cria as Áreas de preservação permanente, sendo aquelas:

¹²⁹ MEIRELLES apud MAGALHÃES, J. P.. *Comentários ao Código Florestal: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001, p.29.

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo efeito só desta lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

1) de 30m (trinta metros) para os cursos d'água de menos de 10m (dez metros) de largura;

2) de 50m (cinquenta metros) para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 m (cinquenta metros) de largura;

3) de 100 m (cem metros) para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 m (duzentos metros) de largura;

4) de 200 m (duzentos metros) para os cursos d'água que tenham de 200 a 600 m (seiscentos metros) de largura;

5) de 500 m (quinhentos metros) para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 m (seiscentos metros).

b) ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio de 50 m (cinquenta metros) de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 m (cem metros) em projeções horizontais;

h) em altitude superior a 1.800 m (mil e oitocentos metros), qualquer que seja a vegetação.

O artigo 3º dispõe que o Poder Público pode ainda criar outras APP's, quando for de relevante interesse, e em seu § 1º impõe a forma da restrição

§ 1º A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

Deste modo, as áreas de entorno dos rios e nascentes, e as áreas de encostas tornam-se áreas de utilidade pública, portanto não indenizáveis, que devem ser protegidas pelo proprietário em nome do bem comum, pois tratam-se de áreas essenciais para a manutenção da normalidade dos recursos hídricos e a proteção do solo. Ao adotar o termo de preservação para essas áreas, a lei quis enfatizar o seu uso limitado, como medida de *proteção integral* – o objetivo é manter a área intacta, com suas características originais. Vale ressaltar que este artigo foi alterado pela lei 7.803 de 1989, sendo que já havia sido alterada em momento anterior, pela lei 7.511 de 1986, tornando-a mais restritiva, aumentando as áreas de

APP's na nova redação.

A segunda figura limitante que aparece no Código Florestal é a Reserva Legal, regulamentada pelos artigos 16 e 44. No artigo 1º, § 2º, encontra-se sua definição:

III – Reserva legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

Assim, o artigo 16 determina, e em especial o item III, que se aplica para a região em estudo:

Art 16. As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo:

III – vinte por cento, na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do país.

Portanto, para poder fazer uso dos recursos florestais existentes na propriedade, é necessário anteriormente fazer a averbação da Reserva Legal junto ao Registro do Imóvel, em cartório. A localização dessa reserva deve ser aprovada pelo órgão ambiental estadual competente. A vegetação da reserva legal não pode ser suprimida, mas pode ser explorada economicamente por meio de manejo florestal sustentável.

É interessante notar que no § 4º deste artigo aparece já uma medida compensatória para o pequeno proprietário rural, definido por esta mesma lei, em seu artigo 1º, como sendo aquela de tamanho de até 30 hectares. Diz o parágrafo:

§4º Para cumprimento da manutenção ou compensação da área de reserva legal em pequena propriedade ou posse rural familiar, pode ser computados os plantios de árvores frutíferas ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.

Isto quer dizer que o pequeno agricultor, se possuir reserva legal averbada, pode utilizá-la para realizar um manejo florestal, sem a necessidade do plano de manejo florestal sustentável, exigido para as outras propriedades.

No §6º do artigo 16 encontra-se ainda uma proposição que merece consideração, pois permite o cômputo das áreas de vegetação nativa das APP's no cálculo da reserva legal, desde que não implique em conversão de novas áreas para uso alternativo do solo, se a soma da vegetação nativa em APP e da reserva legal exceder a 50% no caso da propriedade rural acima de 30ha para a região em estudo, ou ainda 25% da pequena propriedade rural. Este dado pode abrir um precedente que, se por um lado pode ser perigoso do ponto de vista da proteção dos recursos florísticos, pode ser bem-vindo aos pequenos proprietários que se encontram em áreas como a em análise, que possui uma hidrografia abundante, que faz com que se tenha muitas áreas de APP's.

O artigo 44 impõe a necessidade de recomposição ou regeneração da vegetação para reserva florestal caso a propriedade não possua a área adequada, de acordo com o artigo 16, ou ainda tornar outra propriedade na mesma microbacia em reserva legal. Para o pequeno proprietário rural, a lei determina que o órgão estadual competente forneça apoio técnico.

Com esta lei, portanto, percebe-se que para a utilização dos recursos florestais o proprietário deve adequar-se a lei, averbando a reserva legal e protegendo as APP's. Entretanto, não se torna livre a exploração dos recursos florestais que não estão compreendidos nesta lei. O proprietário deve ainda observar, para o caso do Estado de Santa Catarina, as disposições do Decreto nº 750 de 1993, a Portaria Interinstitucional nº 01 de 1996 e a Lei Estadual nº 10.472 de, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado.

4.3.2 Decreto Federal nº 750/93

Este é, possivelmente, um dos principais instrumentos de controle da degradação da Mata Atlântica no país. Criado para substituir o Decreto 99.547 de

1990, inicia da seguinte maneira¹³⁰:

Art1º: ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.

Parágrafo Único – Excepcionalmente, a supressão da vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica poderá ser autorizada, mediante decisão motivada do órgão estadual competente, com a anuência prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, informando-se o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, mediante aprovação de estudo e relatório de impacto ambiental.

Deste modo, a supressão de vegetação nos domínios da Mata Atlântica, do qual fazem parte 16 Estados da Federação¹³¹, fica proibida definitivamente, salvo em casos de utilidade pública, como exposto no parágrafo único. Entretanto, a Mata Atlântica é passível de manejo seletivo, ou seja, é possível a exploração de recursos florestais, desde que obedecidos os critérios expostos no artigo 2º:

Art. 2º - A exploração seletiva de determinadas espécies nativas nas áreas cobertas por vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica poderá ser efetuada desde que observados os seguintes requisitos:

I – não promova a supressão de espécies distintas das autorizadas através de práticas de roçadas, bosqueamento e similares;

II – elaboração de projetos, fundamentados, entre outros aspectos, em estudos prévios técnico-científicos de estoques e de garantia de capacidade de manutenção da espécies;

III – estabelecimento de área e de retiradas máximas anuais;

IV – prévia autorização do órgão estadual competente, de acordo com as diretrizes e critérios técnicos por ele estabelecidos.

Parágrafo único – Os requisitos deste artigo não se aplicam à exploração eventual de espécies da flora, utilizadas para consumo nas propriedades ou posses de populações tradicionais, mas ficará sujeita à autorização pelo órgão estadual competente.

Fica estabelecida, portanto, a necessidade de estudos técnicos, análises de capacidade de regeneração das espécies a serem submetidas ao regime de manejo, autorização do órgão competente e conseqüente pagamentos das taxas destes para

¹³⁰ BRASIL. Decreto 750 de 10 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica e dá outras providências.

¹³¹ ATLAS AMBIENTAL DE JOINVILLE: complexo hídrico da Baía da Babitonga. Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

que seja realizada a exploração dos recursos florestais nos domínios da Mata Atlântica. As populações tradicionais, de acordo com o decreto, não ficam sujeitas a esse regime para a utilização dos recursos florestais na propriedade, mas o Decreto não define quem são tais populações e deixa a critério dos Estados definirem a forma de regulação do uso por parte dessas populações, sendo que o Estado de Santa Catarina adotou seus dispositivos na Política Florestal, bem como na Portaria Interinstitucional. Diversas resoluções CONAMA se seguiram de modo a regulamentar o Decreto, identificando os estágios de sucessão da Mata Atlântica e definindo parâmetros para o manejo.

Ferreira¹³² faz uma análise pertinente das movimentações que ocorreram para a aprovação deste Decreto. Aponta para uma vitória dos ambientalistas, bem como descreve uma inesperada visibilidade da sociedade civil nesse processo. De acordo com a autora, a aprovação do Decreto gerou muitas polêmicas, tendo como principal grupo contrário representantes de madeireiras e especuladores imobiliários do Estado de Santa Catarina. Um dos principais pontos de impasse referia-se a questão de quais formações florestais pertencem ao domínio da Mata Atlântica. Serão analisados os impactos da legislação para os grupos que atuam na área de pesquisa mais adiante.

4.3.3 A Portaria Interinstitucional nº 01 de 1996

Com o objetivo de regulamentar e disciplinar a exploração das espécies nativas no Estado de Santa Catarina, a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA e o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA elaboraram portaria conjunta, determinando que as florestas nativas cobertas por vegetação primária ou secundária em estágio médio ou avançado de regeneração só podem ser exploradas sob a forma de corte seletivo mediante manejo florestal sustentável, entendido de acordo com o parágrafo único do artigo 1º como “a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos e sociais,

¹³² FERREIRA, L.C. *op.cit.*, 1996a.

respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto de manejo”¹³³.

Para tanto, deve o proprietário do imóvel apresentar ao IBAMA um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), que deve obedecer aos seguintes princípios:

Art 2º (...)

I – princípios gerais:

- a) conservação dos recursos naturais;
- b) conservação da estrutura da floresta e de suas funções;
- c) manutenção da diversidade biológica; e
- d) desenvolvimento sócio-econômico da região.

II – fundamentos técnicos

- a) levantamento criterioso dos recursos disponíveis a fim de assegurar a confiabilidade das informações pertinentes;
- b) caracterização da estrutura e do sítio florestal;
- c) identificação, análise e controle dos impactos ambientais, atendendo a legislação pertinente;
- d) viabilidade técnico-econômica e análise das consequências sociais;
- e) procedimentos de exploração florestal que minimizem os danos sobre o ecossistema;
- f) existência de estoque remanescente do recurso florestal que garanta sua produção sustentada;
- g) manutenção de níveis populacionais do recurso florestal de forma a assegurar a função protetora à flora e a fauna ameaçadas de extinção;
- h) estabelecimento de áreas e de retiradas máximas anuais, observando-se o ciclo de corte das espécies manejadas;
- i) adoção de sistema silvicultural adequado; e
- j) uso de técnicas apropriadas ao plantio, sempre que necessário.

Nota-se que as condições para o uso dos recursos florestais em estágio avançado e médio de regeneração são bastante rigorosos e dependem diretamente de análises de cunho técnico-científico, o que de certo modo é legitimado pelo alto grau de degradação deste ecossistema, não só em Santa Catarina mas como em todo o país.

A Portaria segue em seu artigo 3º estipulando critérios para a exploração florestal, como o diâmetro a altura do peito (DAP) da árvore, o percentual e o número de espécies que podem ser retirados e um projeto de recomposição para espécies de baixo índice de regeneração natural, entre outras. Estabelece diretrizes específicas para o caso do Xaxim (*Dicksonia sellowiana*) e do palmitero juçara (*euterpe edulis*).

¹³³ SANTA CATARINA. Portaria Interinstitucional nº 1 de 4 de junho de 1996. Dispõe sobre a exploração de florestas nativas, nas áreas cobertas por vegetação primária ou secundária nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

No artigo 6º a Portaria prevê menos rigor para as pequenas propriedades rurais:

Art. 6º - Excepcionalmente, nas propriedades com área inferior a 30 há (trinta hectares), o manejo florestal sustentável é permitido mediante a apresentação ao IBAMA, pelo proprietário do imóvel, de requerimento para Corte Seletivo – RCS, dispensando-se a obrigatoriedade de apresentação de PMFS, observando-se os critérios estabelecidos nos artigos 2º, 3º, 4º e 5º, com seus respectivos parágrafos, de acordo com as espécies a serem manejadas.

Desta forma, o pequeno proprietário rural fica dispensado de fazer o PMFS, devendo apenas fazer o Requerimento de Corte Seletivo - RCS. Entretanto, mesmo este requerimento necessita de um profissional responsável e de um levantamento florístico das espécies a serem exploradas, com dados sobre estoque de indivíduos de cada espécie por hectare, estoque das plantas matrizes e método de condução da regeneração. Desta forma, apesar do estudo necessário ser mais simplificado, continua o agricultor dependendo de assistência técnica, que geralmente não é fornecida pelo poder público.

Note-se ainda que anteriormente a apresentação do PMFS ou RCS o proprietário do imóvel deve requerer a FATMA a licença ambiental prévia – LAP, para apresentá-la juntamente com a documentação ao IBAMA. Para a realização do corte seletivo ou do manejo florestal é necessário que a propriedade tenha a reserva legal averbada, como prevê a lei 4.447/65.

No artigo 22 desta Portaria encontra-se medida que visa beneficiar as populações tradicionais, no espírito do Decreto 750/93:

Art. 22 – o corte eventual de árvores, bem como o aproveitamento de árvores mortas ou caídas em função de causas naturais, para benfeitorias nas propriedades ou posses das populações tradicionais, limitadas a 20 (vinte) unidades e cujo volume não exceda a 15m³ (quinze metros cúbicos), pode ser autorizado mediante requerimento contendo o levantamento de dados de altura, DAP e volume individual e total, por espécie, além da relação das árvores selecionadas, previamente identificadas com plaquetas numeradas, acompanhado de justificativa, ambos dirigidos ao órgão ambiental estadual competente.

Parágrafo único – Considera-se população tradicional tanto as famílias que residem, isolada ou comunitariamente, na mesma região há várias gerações e que dependem total ou parcialmente do extrativismo para sua manutenção, quanto a família rural, descendentes dos primeiros colonizadores da região, que reside na pequena propriedade e depende da mesma para seu sustento, utilizando basicamente mão-de-obra familiar.

Este artigo abre uma importante oportunidade para o pequeno agricultor familiar de exploração de recursos florestais para o uso dentro da propriedade, para aqueles que são descendentes dos primeiros colonizadores da região. Entretanto, excluem-se deste artigo os pequenos agricultores familiares que não tem a descendência na região. É possível ainda para essas populações consideradas tradicionais por esta portaria extrair volume maior que quinze metros cúbicos, necessitando porém de ART de profissional habilitado e aprovação da FATMA.

4.3.4 Política Florestal de Santa Catarina

A Política Florestal do Estado de Santa Catarina foi implementada por meio da lei 10.472 de 1997¹³⁴, com objetivo de regular a preservação, conservação e utilização dos recursos florestais do Estado. Esta lei, tal qual o Código Florestal, considera as florestas e demais forma de vegetação nativa bens de interesse comum de todos os cidadãos, tendo como princípios, de acordo com seu artigo 4º, proteger a biodiversidade por meio de implantação de unidades de conservação, incrementar a conservação e a utilização sustentável de florestas.

Tem como objetivos a proteção dos recursos naturais, desenvolver o potencial florestal do Estado de modo a produzir matéria-prima florestal, produzir produtos industrializados de origem florestal competitivos, viabilizar o uso racional da propriedade rural; gerar novas oportunidades de trabalho no meio rural e urbano; incentivar o plantio e manejo de espécies nativas, em especial o palmitero *euterpe edulis*; bem como, de modo geral, aumentar as áreas cobertas por vegetação nativa e incentivar a pesquisa sobre uso múltiplo das florestas, incluindo as espécies exóticas.

Esta política incentiva o plantio de espécies exóticas, como se pode observar com o que é proposto no artigo 10:

¹³⁴ SANTA CATARINA. Lei nº 10.472 de 12 de agosto de 1997. Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art.10 – É livre a exploração e transporte de produtos provenientes de espécies florestais exóticas, plantadas nas áreas não consideradas de preservação permanente, para consumo, beneficiamento ou para a produção de carvão.

Parágrafo único – Compreende-se por espécies exóticas todas aquelas não existentes nos ecossistemas naturais originais localizados em território catarinense.

Estas florestas homogêneas plantadas com espécies exóticas, de acordo com esta lei, tem corte livre, não ficando isento porém de documentação fiscal. Ainda de acordo com esta lei a venda de pequenas quantidades de produtos de florestas nativas por parte do pequeno proprietário será regulamentada por meio de normas simplificadas. No tocante a exploração da vegetação nativa em estágios avançado e médio de regeneração esta lei é imprecisa, pois estas práticas já são regulamentadas pela Portaria Interinstitucional citada anteriormente.

Na seção II, destinada ao Interesse Social, encontra-se a seguinte redação:

Art. 16 – A extração eventual de produtos florestais nativos, e quando necessário o seu transporte, beneficiamento, uso e consumo exclusivo nas propriedades ou posses das populações tradicionais, está isenta de projeto técnico, devendo porém ser previamente autorizada pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, após a constatação da sustentabilidade das espécies a serem extraídas, mediante inventário simplificado de estoque elaborado por profissional habilitado.

Parágrafo Único – Considera-se como população tradicional as famílias que residem, isolada ou comunitariamente, na mesma região e pratiquem agricultura familiar.

Art. 17 – Será admitida a extração de lenha para fins de consumo exclusivamente doméstico, dentro da propriedade, desde que não provoque o corte raso da floresta natural, vedado o consumo para a secagem ou outro processo de beneficiamento para fins comerciais.

§ 1º - Poderá ser autorizada a remoção e aproveitamento de árvores caídas por causa comprovadamente natural, ressalvadas as ocorrências em áreas com vegetação de preservação permanente, mediante inventário previamente aprovado pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, ouvido, quando houver, o respectivo Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Nota-se que a definição dada a populações tradicionais nesta lei é diferente daquela proposta pela Portaria Interinstitucional, incluindo aqui todos os agricultores familiares, sem distinção pela descendência e período de ocupação da mesma propriedade por parte da família. Aqui é aberta a possibilidade de uso de madeira para lenha, sem especificar qualquer necessidade de prévia autorização dos órgãos

ambientais. Com relação a utilização de árvores nativas caídas, é necessária aprovação da FATMA, por meio da apresentação de inventário, sem haver, entretanto, definição de quem deve fazer este inventário, e ainda apontando a necessidade ser ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente, o que de certa forma inviabiliza o uso por parte do agricultor, tendo em vista que as reuniões do CONDEMA são feitas durante os dias úteis em horário comercial, no qual o agricultor se encontra ocupado com as atividades produtivas.

Com a exceção destes dispositivos, o restante da política florestal apenas reapresenta dados já existentes nas Portarias Interinstitucional e no Código Florestal.

4.3.5 A Política Estadual dos Recursos Hídricos

A Política Estadual dos Recursos Hídricos foi criada por meio da lei nº 9.748 de 1994¹³⁵, com princípios como a gestão descentralizada e participativa, considerando as bacias hidrográficas como unidades básicas de planejamento. Esta lei, em consonância com o estabelecido na lei nº 9.433 de 1997, e dentro dos limites estabelecidos pela Constituição, que em seu artigo 21, inciso XIX, já previa o estabelecimento da outorga, considera a água, em seu artigo 1º, inciso I, alínea c, como “bem público dotado de valor econômico, cuja utilização deve ser cobrada, com a finalidade de gerar recursos para financiar a realização de intervenções necessárias à utilização e à proteção dos recursos hídricos”.

Deste modo, iniciou-se o processo que levará a cobrança dos recursos hídricos para casos onde se aplique a outorga. Esta decisão, contudo, ainda carece de regulamentação, tramitando a lei que definirá a questão na Assembléia Legislativa do Estado. Prevê-se, da mesma forma, a cobrança pelo lançamento dos efluentes nos corpos receptores, variando a taxação de acordo com o grau de eficiência nos sistemas de tratamento.

Outro ponto estabelecido pela lei é a criação dos Comitês como órgão responsável pelo gerenciamento de cada bacia, o que já se encontra efetivado no

¹³⁵ SANTA CATARINA. Lei nº 9.748 de 30 de novembro de 1994. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.

município de Joinville desde 1998, com a criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte – CCJ, como será visto no decorrer deste trabalho. Os comitês devem ser compostos por representantes dos usuários dos recursos hídricos, para consumo, no processo produtivo ou para lançamento de efluentes; representantes da população da bacia, por meio de órgãos do poder executivo e legislativo municipal e organizações da sociedade civil e representantes dos órgãos da administração federal e estadual relacionados com recursos hídricos. Cabe aos comitês elaborar o plano de gerenciamento das bacias.

A lei prevê a formação de um Plano Estadual dos Recursos Hídricos, o qual deve ser elaborado com base nas propostas dos Comitês das bacias, a ser aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, instituído em 1985, e então encaminhado para a Assembléia Legislativa do Estado.

4.3.6 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC

Até 2000, as unidades de conservação eram regulamentadas por um conjunto diversificado de dispositivos, como a Lei 6.902/81, a Lei 4.771/65 e as Resoluções CONAMA 004/85, 010/88 e 013/90. Entretanto, em julho de 2000 foi aprovada a lei que instituiu o SNUC¹³⁶, após longo período de discussão e tramitação, como aponta FERREIRA¹³⁷.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, de acordo com esta lei, têm como objetivos:

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

¹³⁶ BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;

¹³⁷ FERREIRA, L. C.. *Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONG's no vale do Ribeira e litoral sul*, SP. In: *Idéias*. Campinas: Editora Unicamp, nº 8, 2001.

- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Fazem parte do SNUC as unidades de conservação federais, estaduais ou municipais, as quais podem se enquadrar nas categorias de Proteção Integral ou de Uso Sustentável. Estas unidades de proteção integral parte do princípio da preservação, que de acordo com o SNUC é:

- V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

Já as do grupo de Uso Sustentável, que podem ser no que tange a dominialidade públicas ou privadas, têm como objetivo a *conservação da natureza*, que é caracterizada pelo SNUC, em seu artigo 1º como:

- II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

As categorias de UC's previstas pelo SNUC seguem no quadro abaixo

UC's de Proteção Integral	UC's de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional	Reserva Extrativista
Monumento Natural	Reserva de Fauna
Refúgio da Vida Silvestre	Floresta Nacional
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

QUADRO 4 – Categorias de UC's

FONTE: A autora

Para efeito desta pesquisa, interessa-nos especificamente as APA's. Elas aparecem no artigo 15, caracterizadas como:

Art. 15- A Área de Proteção Ambiental é uma área geralmente extensa, com um certo grau de ocupação humana, dota de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade da vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

§ 1º - A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º - Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3º - As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º - Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para a pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5º - A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável pela sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta lei.

Deste modo, caracterizam-se as APA's como unidades de conservação de uso sustentável, que visam compatibilizar a presença humana e o desenvolvimento de atividades produtivas com a proteção ao meio ambiente; são consideradas como laboratórios de uma nova relação homem x natureza, e é da dificuldade da

construção destas novas modalidades de desenvolvimento que emanam os conflitos constantes que envolvem os indivíduos e as instituições que atuam na área.

As UC's devem ser criadas por ato do poder público, porém, como aponta MACHADO¹³⁸, nada impede que ela seja criada por força de lei. De acordo com o que institui o SNUC, para que as APA's sejam criadas deve ocorrer um processo de consulta pública, para que o poder público esclareça a população local sobre a localização, a dimensão e os limites da unidade baseadas em estudos técnicos, bem como, conforme estabelece o artigo 5º, § 2º do Decreto 4.340 de agosto de 2002, que regulamenta artigos do SNUC, tornar claro e em linguagem acessível a população residente as implicações da criação da unidade para estes. Esta obrigatoriedade, entretanto, não estava prevista na lei 6.902/81, que estava em vigência e regulamentava a criação das APA's na época da criação da APA Dona Francisca.

No que tange a implantação e gestão das UC's, a lei prevê por meio de seu artigo 27 que estas possuam um Plano de Manejo, que no caso das APA's devem ter assegurada a ampla participação da população residente em sua construção. Este plano deve ser elaborado no prazo máximo de cinco anos após a sua criação. Até que o Plano seja criado, as atividades desenvolvidas no interior da UC devem limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade visa proteger, garantindo-se as populações tradicionais residentes na área os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

O SNUC é extenso e prevê várias medidas para cada categoria de UC existente, que não nos interessam por hora. Cabe ressaltar ainda, das disposições do SNUC e dos Decretos que o regulamentam, que a gestão da unidade pode ser compartilhada com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. As OSCIP's, como ensina MACHADO¹³⁹, devem ser declaradas por ato do Ministério da Justiça, ou seja, devem ser constituídas primeiramente como associações dentro dos limites legais impostos pela lei 6.015/73, com registro em cartório, para num segundo momento solicitarem o título de OSCIP. MACHADO alerta ainda para a insuficiência de regulamentação da lei, pois o Decreto não prevê juntada de da informação sobre a composição da OSCIP e de sua qualificação para o exercício da

¹³⁸ MACHADO, P.A.L. *Direito ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores, 13º ed, 2005, p.784.

¹³⁹ MACHADO, *op.cit*, p.812

gestão, bem como deixa a critério do termo de parceria a definição das atribuições dos poder público e da OSCIP.

Vale ainda citar as restrições impostas as APA's pela lei 6.902/81, que apesar da entrada em vigor da lei 9.885/00 continua regulamentando, conjuntamente, a criação e gestão desta categoria de UC. De acordo com esta lei o Poder Público deve estabelecer normas limitando ou proibindo a implantação de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar a água, a abertura de terraplanagem e a abertura de canais que possam afetar as condições ecológicas locais, o exercício de atividades que possam causar erosão ou assoreamento dos rios e aquelas que possam extinguir as espécies da biota regional.

Finalmente, encontra-se a Resolução CONAMA 010/88, que regulamenta também e exclusivamente as APA's. Nela se encontra a obrigatoriedade da realização do zoneamento econômico-ecológico da área, o qual deve estabelecer normas de uso, de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agropastoris, extrativistas, culturais entre outras. Zonas de vida silvestre são previstas, nas quais deve ser proibido ou limitado o uso dos sistemas naturais.

Artigo interessante e relevante para esta pesquisa é o 5º:

Art. 5º - Nas APA's onde existam ou possam existir atividades agrícolas ou pecuárias, haverá Zona de Uso Agropecuário, nas quais serão proibidos ou regulados os usos ou práticas capazes de causar sensível degradação ao meio ambiente.

§ 1º - Para os efeitos desta Resolução, não é admitida nessas Zonas a utilização de agrotóxicos e outros biocidas que ofereçam riscos sérios na sua utilização, inclusive no que se refere ao seu poder residual. O IBAMA relacionará as classes de agrotóxicos de uso permitido nas APA's.

§ 2º - O cultivo da terra será feito de acordo com as práticas de conservação do solo recomendadas pelos órgãos oficiais de extensão agrícola;

§ 3º - Não será admitido o pastoreio excessivo, considerando-se como tal aquele capaz de acelerar sensivelmente os processos de erosão.

Nas APA's, portanto, deve haver uma lista redigida pelo IBAMA dos agrotóxicos de uso permitido, o que entretanto não ocorre para o caso da APA em estudo. Tampouco existe orientação exclusiva para a produção agrícola por parte do órgão de extensão rural. Na região encontram-se inúmeros orizicultores e bananicultores, práticas que utilizam uma alta carga de agrotóxicos.

Finalmente, as atividades de terraplanagem, mineração, dragagem e escavação também devem ser restritas nas APA's, bem como implantação de atividade industrial capaz de causar poluição, dependendo em alguns casos além do licenciamento do órgão competente de licenciamento especial a ser realizado pela entidade administradora da APA.

5 A CRIAÇÃO DA APA DONA FRANCISCA E A FORMAÇÃO DA ARENA PÚBLICA DE CONFLITOS

5.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM ÂMBITO MUNICIPAL

A Área de Proteção Ambiental Dona Francisca foi criada pelo Decreto Municipal 8.055/97¹⁴⁰, tendo como objetivo principal a conservação dos recursos hídricos que abastecem o município de Joinville, baseada em um processo impositivo, à medida que não foi previamente discutida e negociada com as populações residentes, como hoje prevê o SNUC, o qual entretanto não estava em vigor na época.

A criação da APA se insere dentro do contexto de institucionalização da proteção ao meio ambiente no Brasil, como exposto no capítulo anterior, envolvido no processo de criação de diversas instituições de proteção ambiental, e que teve como face local a criação do órgão municipal de proteção ao meio ambiente em Joinville, a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, constituída em 1990, bem como a instituição do Código Municipal do Meio Ambiente, por meio da Lei Municipal Complementar nº29/1996. É nesta lei que está contida a prerrogativa de que o município deve criar unidades de conservação com a finalidade, conforme previsto em seu capítulo III – que define as competências, art. 5º, inciso VI, de “proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens e interesses ecológicos”¹⁴¹.

Este artigo apresenta ainda outras competências do poder local no que se refere ao meio ambiente, tais como:

¹⁴⁰ JOINVILLE. Decreto lei nº 8.055 de 1997. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca e dá outras providências.

¹⁴¹ JOINVILLE. *Lei Complementar nº 29 de 14 de junho de 1996*. Institui o Código Municipal do Meio Ambiente.

VII – estabelecer diretrizes específicas para a proteção de mananciais hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas;

(...)

IX – estabelecer normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

Note-se, portanto, que a preocupação com a proteção aos mananciais locais já está contida no Código de 1996, sendo uma das preocupações principais no que tange o meio ambiente local.

No artigo 7º da mesma lei encontram-se as competências da FUNDEMA, entre as quais se inclui a identificação, implantação e administração de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção dos mananciais, dos ecossistemas, da flora e da fauna e dos recursos genéticos, bem como o estabelecimento de medidas para a proteção dos mananciais. Já em seu artigo 35, é previsto que a FUNDEMA atue em parceria com a Fundação Municipal para o Desenvolvimento Rural 25 de Julho na criação de projetos de extensão rural e conscientização específicos para o controle dos danos ambientais de natureza rural.

Vê-se, portanto, que a criação da APA Dona Francisca se dá num momento em que a conservação do meio ambiente do município está em processo de institucionalização, com a criação da FUNDEMA, do Programa SOS Nascentes, do Código Municipal do Meio Ambiente e posteriormente do Comitê para o Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte – CCJ.

A APA, como explicitado, foi criada num momento onde se politizava em âmbito local a problemática ambiental, dentro da lógica colocada pelo próprio Código Municipal do Meio Ambiente, que demonstra uma compreensão das unidades de conservação de um ponto de vista bastante preservacionista, ou seja, como ilhas de grande valor que devem ser protegidas do uso indiscriminado dos recursos naturais característico das sociedades modernas urbanas.

Essa concepção que inspirava a criação das UC's à época foi o ponto de partida para a criação da APA, representa um dos principais componentes no acirramento do debate em torno das áreas protegidas no município de Joinville, pois é a partir desse posicionamento que surgem conflitos em torno do uso de áreas protegidas, tanto na APA Dona Francisca como em outras UC's existentes no município, como o Parque Municipal do Morro do Amaral, que como categoria de

uso indireto não deveria suportar a permanência de populações residentes, apesar de lá existir uma comunidade tradicional de pescadores, em que pese a forte pressão de urbanização que existe na região.

A APA Dona Francisca, portanto, foi criada com o objetivo de:

- I – Proteger os recursos hídricos;
- II – garantir conservação de remanescentes da Floresta Ombrófila Densa;
- III – proteger a fauna silvestre;
- IV – melhorar a qualidade de vida das populações residentes através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
- V – fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental;
- VI – preservar as culturas e as tradições locais.

Como já foi salientado, dentre os objetivos expostos no decreto de criação o elemento preponderante é a proteção dos mananciais, sendo o único dos objetivos citados, associado à proteção da flora e da fauna, que já encontra meios para regulamentação, ou seja, para o qual existe uma fiscalização constante e que dispunha de um projeto específico chamado SOS Nascentes.

Os meios de implantação da APA figuram no artigo 4º decreto, sendo os seguintes:

- I - a elaboração do zoneamento ecológico e econômico a ser regulamentado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente definindo as atividades a serem permitidas ou incentivadas em cada zona e as que deverão ser restringidas e proibidas;
- II - utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais para assegurar a proteção da biota, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais;
- III - aplicação de medidas, nos termos da legislação vigente, destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental;
- IV - divulgação das medidas previstas neste decreto, objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;
- V - incentivo ao reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, ou outra categoria de Unidade de Conservação junto aos proprietários, cujos domínios encontram-se inseridos, no todo ou em parte, nos limites da APA.

Dentre os meios de implantação que figuram no Decreto, tem-se iniciado apenas o primeiro item, o zoneamento econômico-ecológico, que, entretanto, ainda

não foi discutido com a comunidade local e tampouco regulamentado por meio de lei.

Destaca-se ainda que a questão da água já figurava como um “problema ambiental” anteriormente a criação da APA, o que foi configurado institucionalmente em 1993 com a criação do Programa SOS Nascentes. Este programa caracterizava-se pelo repasse de recursos da CASAN ao próprio programa, provenientes das faturas de águas dos prédios públicos da Prefeitura Municipal de Joinville, tendo como principal objetivo “implantar um Programa de Gestão Ambiental para a proteção das microbacias hidrográficas componentes dos mananciais de Joinville, de forma a garantir a boa qualidade das águas para o abastecimento da cidade”⁸. Dentro do Programa SOS Nascentes existiam cinco projetos: Projeto de Saneamento Rural – Prosar, Projeto de fiscalização dos mananciais de Joinville, Projeto de recuperação da cobertura florestal, Projeto de Gestão das Áreas de Proteção Ambiental e Projeto de Educação Ambiental.

Este Programa era o responsável pela gestão da APA anteriormente, mas com a extinção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente em 2005 e com a municipalização da água em 2006 o repasse de verbas para o Programa ficou comprometido, além disso, ele já se encontrava “desmantelado” com a criação do CCJ, que, de acordo com o ex-coordenador do programa, “tem um caráter mais pragmático e atendeu melhor às expectativas do poder público”¹⁴², já que o SOS Nascentes primava por uma visão de longo prazo. Apesar destas dificuldades, este Programa ainda não foi extinto, permanecendo fundamentalmente com as ações que se referem ao reflorestamento, com o viveiro de mudas mantido em parceria com a Fundação 25 de Julho e o programa de saneamento rural, também em parceria com a Fundação 25 de Julho.

É este quadro de politização da proteção ao meio ambiente e de aumento das sanções ambientais na vida regional que vai gerar a formação de uma arena pública de conflitos em torno da problemática ambiental na APA Dona Francisca, e que vai ter seu momento culminante na criação do Conselho Gestor da APA, como era previsto no próprio decreto de criação, e de acordo com o que hoje é imposto pelo SNUC.

⁸ Programa de gestão ambiental das áreas de mananciais de Joinville – SOS Nascentes. Disponível em <http://www.pmjsama.sc.gov.br>. Acessado em 03/03/2003.

¹⁴² N.A.S., entrevista realizada em XXX VER A DATA

5.2 A FORMAÇÃO DE UMA ARENA PÚBLICA DE CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS

A criação da APA Dona Francisca veio a atender, basicamente, a necessidade de preservação dos mananciais que abastecem o município de Joinville, como já afirmado. Nota-se, portanto, que ela reflete um acirramento entre os interesses do meio urbano, preocupado com a demanda crescente de recursos hídricos para fins de abastecimento doméstico e industrial, e os do meio rural, voltados para a subsistência do agricultor frente ao agravamento da sua situação no que tange a relação com o mercado e a capacidade de manter a família na propriedade.

O que subsidia tal afirmação, além dos dados levantados para o trabalho de conclusão de curso realizado na mesma área de pesquisa, em que o ex-coordenador do Programa SOS Nascentes afirma que a APA foi criada com o propósito de proteger os recursos hídricos frente a crescente demanda proveniente do meio urbano, é o Diagnóstico e Prognóstico das disponibilidades e demandas hídricas do Rio Cubatão do Norte, realizado por Mônica Lopes Gonçalves, Cladir Teresinha Zanotelli e Fabiano Antônio de Oliveira¹⁴³, pesquisadores ligados a Univille, que presta assessoria técnica ao CCJ, sendo que os mesmos são membros do comitê. Ressalta-se ainda que em 1997¹⁴⁴ (mesmo ano de criação das APA's) a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM) revelou um estudo no qual atribuiu à região de Joinville, com relação à disponibilidade de água frente à demanda a categoria de preocupante na bacia do Rio Cubatão e crítica na bacia do Rio Piraí, as duas bacias hidrográficas a serem protegidas pela unidade de conservação.

No diagnóstico de GONÇALVES¹⁴⁵ apresenta-se uma previsão de um aumento de consumo doméstico médio de água no município de 161.200 m³/dia em

¹⁴³ GONÇALVES, M.L. et al. *Diagnóstico e prognóstico das disponibilidades e demandas hídricas do Rio Cubatão do Norte – Joinville – Santa Catarina*. Joinville (SC): Univille, 2006.

¹⁴⁴ COMITÊ DE BACIA DO RIO CUBATÃO – CCJ. *Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Norte*. Joinville, 2003.

¹⁴⁵ GONÇALVES, M. et al. *op.cit.*

2005 para 271.115 m³/dia em 2015 e 466.428 m³/dia em 2030. Consta ainda no diagnóstico que o aumento da demanda industrial evolui, entretanto não existem projeções e planos de expansão futura. Sabe-se que atualmente a maior parte das indústrias utiliza água da rede pública de abastecimento, e que algumas possuem captação própria de águas superficiais e subterrâneas. De acordo com os dados do CCJ, o volume captado por meios próprios das indústrias no ano de 2002 foi de 518.400 m³/mês; para uso na agricultura 152.800 m³/mês, em especial para a cultura do arroz irrigado (realizada em grande parte na bacia do Rio Piraí e no baixo curso do Rio Cubatão, fora da APA e a jusante dos pontos de captação para abastecimento público) e 621.693 m³/mês para a pecuária, destacando-se uso para a piscicultura, responsável pela utilização de 596.160 m³/mês. Ressalta-se ainda que não há previsão de aumento da demanda de recursos hídricos para as atividades agropecuárias no interior da APA, pois de acordo com este mesmo diagnóstico a área passível de utilização no meio rural já se encontram ocupadas, não sendo possível a expansão.

Apesar de se inserir em um contexto que não se restringe ao espaço local no que tange ao processo de institucionalização da proteção ao meio ambiente, ou seja, em vários locais do país se criavam UC's à época, impulsionados pelas discussões que se estabeleciam em âmbito internacional, principalmente depois da RIO 92, com a assinatura de Convenções sobre a Biodiversidade, defende-se aqui que a criação da APA Dona Francisca responde muito mais a esta necessidade regional de proteção dos recursos hídricos do que a pressão de grupos de outras esferas, apesar de se perceber que este reconhecimento da "crise" da água só se torna possível à medida em que a problemática ambiental se torna tematizada em âmbito mundial. As constantes secas entre os meses de julho e setembro, que impôs em diversas ocasiões o racionamento de água para alguns bairros do município, foi um dos fatores determinantes no lançamento da problemática ambiental à arena pública em Joinville.

Essa relação entre particular e universal é uma das características intrínsecas da problemática ambiental, ou seja, existe uma universalidade de interesses em relação ao tema ambiental, mas ele se expressa localmente, constituindo-se um padrão dominante de percepção adotado pelo Estado na figura das leis, e gerando diferentes visões que entram em disputa à medida que as

sanções afetam a vida regional e os atores não se sentem contemplados/identificados com a idéia dominante que emana do aparato legal.

O que se pretende afirmar, portanto, é que à diferença de outras regiões identificadas como zonas de grande biodiversidade como determinadas localidades do litoral do Estado de São Paulo e Paraná¹⁴⁶, e que necessitavam de proteção, por meio de pressão de grupos muitas vezes alheios ao local, de esfera nacional e até mesmo internacional, os atores preponderantes na tematização da questão da água no município – os formuladores - foram os próprios agentes da esfera local, em especial o próprio poder público local associado aos dados fornecidos pela universidade. Isto se deve, em grande parte, a proximidade da área dos mananciais ao maior centro urbano do Estado de Santa Catarina, e ao interesse em manutenção das taxas de crescimento econômico, em especial do setor industrial, do município, para o quê é necessário garantir a preservação dos mananciais.

Esta tematização da questão ambiental, em especial dos recursos hídricos (da qual faz parte), configurou uma arena pública de debates e conflitos socioambientais, que é composta por quatro grupos de atores, que formam também arenas específicas. Apesar de haver clivagens dentro das arenas, estas são definidas pelos interesses em comum que os atores que nela figuram possuem, bem como pelas relações em comum que possuem no acesso ou representação sobre os recursos naturais.

5.3 ARENAS DE ATORES E A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Como o modelo apresentado no capítulo 2 destaca, há quatro grupos de atores que formam arenas específicas que atuam na arena pública. Serão apresentados aqui os atores das arenas de instituições públicas, da iniciativa privada e da sociedade civil, haja vista que os agricultores familiares já foram apresentados no capítulo 3.

¹⁴⁶ Regiões como as de Juréia (SP) e Guaraqueçaba (PR).

5.3.1 Arenas de instituições públicas

Atuam dentro da APA diversas instituições públicas, das quais elenca-se aqui as que têm um papel mais determinante no que diz respeito à utilização dos recursos naturais e ao planejamento e inserção de políticas públicas, ambientais ou rurais.

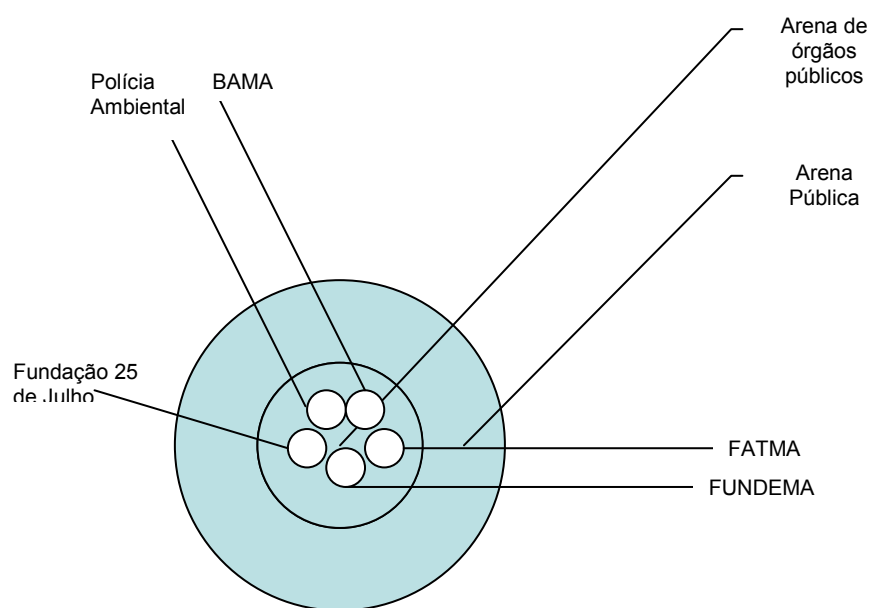


FIGURA 15 – Arena de instituições públicas
Fonte: a autora

Em primeiro lugar, portanto, tem-se os órgãos executores da PNMA, responsáveis pelas políticas de conservação dos recursos naturais, representados pelos órgãos públicos na esfera federal, estadual e municipal, sendo o IBAMA o órgão executor, os estaduais os órgãos seccionais e os municipais os locais, de acordo com o art. 6º da lei 6.938/81, que constitui o SISNAMA, do qual o CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo, que deve estabelecer critérios a serem adotados

no controle das atividades que geram degradação ambiental, seja relativo ao uso rural, como visto no capítulo anterior, como no meio urbano. No município de Joinville, atuam os órgãos das 3 esferas, o que é realidade em poucos municípios no Estado, que ainda não possuem órgãos locais.

1 A Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA - é o órgão responsável pela fiscalização e licenciamento ambiental de empreendimentos de pequeno e médio porte no município, o que foi possibilitado por meio do Convênio de Cooperação Técnica 12.273/00, celebrado entre Governo de Estado e Município, bem como pelas autorizações de corte de vegetação, a Solicitação Simples (SS) no caso dos agricultores familiares. Após a reforma administrativa realizada em 2005, é também o órgão responsável pelas políticas ambientais municipais, tendo em vista a extinção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. O projeto SOS Nascentes, anteriormente responsável pelo gerenciamento da APA, que antes estava vinculado a SAMA está agora ligado a FUNDEMA. É a FUNDEMA o órgão responsável pela gestão da APA Dona Francisca.

2.Fundação Estadual do Meio Ambiente – FATMA - órgão responsável pela fiscalização e licenciamento ambiental de empreendimentos de médio e grande potencial poluidor no município e nas áreas de divisas (a Coordenadoria da Região Norte atua em 13 municípios), bem como pelos procedimentos de manejo florestal sustentável e requerimento de corte seletivo em áreas maiores que 5 ha, para a emissão da licença ambiental prévia – LAP- que deve ser encaminhada ao IBAMA.

3. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, atua supletivamente nos casos de licenciamento ambiental¹⁴⁷, e para o caso específico desta pesquisa, ele é responsável pela aprovação dos PMFS e RCS, que devem possuir LAP emitida pela FATMA ou FUNDEMA, dependendo do tamanho da área a ser manejada.

4.Fundação Municipal 25 de Julho, responsável pelas políticas de desenvolvimento rural e capacitação técnica e assistência ao agricultor familiar, já que Joinville, diferentemente de todos os outros municípios de Santa Catarina, que contam com a atuação da EPAGRI, possui um órgão próprio de assistência técnica ao agricultor. Responsável, portanto, pela assistência técnica e capacitação do agricultor, atua nas áreas de produção animal, produção vegetal, aquicultura e

¹⁴⁷ MACHADO, *op.cit.*

agregação de valor, bem como passou a possuir uma coordenação ambiental a partir da reforma administrativa de 2005, coordenação esta responsável principalmente pela parte de saneamento rural e também pelo contato com a Fundema nas atividades de gestão das APA's.

No que diz respeito a questão ambiental, que é o ponto de maior interesse nesta pesquisa, a Fundação atua principalmente no que diz respeito às ações de saneamento, não permeando contudo as ações voltadas para as práticas produtivas, que continuam sendo estimuladas no sentido da agricultura convencional. Há apenas poucas iniciativas no que diz respeito a uma agricultura alternativa – orgânica, agroecológica – com alguns produtores de aves que estão reunidos na AVENA (ver o que significa), que produzem aves caipiras, mas que não se localizam na área selecionada para estudo.

5. Polícia Ambiental, divisão da Polícia Militar que se encarrega da fiscalização do cumprimento da legislação ambiental, que atua na região, porém com diversas dificuldades devido a extensão da área de responsabilidade da divisão e ao pequeno efetivo e número de veículos que possui.

De um modo geral, encontra-se três diferentes posições dentro das instituições públicas no que se refere à proteção ambiental. Por um lado, têm-se os preservacionistas, que defendem a prioridade da proteção à biodiversidade; os conservacionistas, que apregoam o uso racional dos recursos, legitimando a permanência dos moradores e agricultores dentro da APA e os desenvolvimentistas, que vêem as leis ambientais como um entrave ao desenvolvimento econômico da região, defendendo comumente projetos de turismo e incentivos às atividades agropecuárias comerciais.

A forma de ação destes órgãos tem características político-partidárias bastante evidentes. O grupo desenvolvimentista há muitos anos tem prevalecido dentro da administração pública no município de Joinville, com conseqüências nas formas de atuação dos órgãos de proteção ao meio ambiente, em especial o fraco desempenho e debilidade institucional¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Sobre o assunto, ver: BORINELLI, Benilson. *Um fracasso necessário*: política ambiental em Santa Catarina e debilidade institucional. Florianópolis: Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

5.3.2 Organizações da sociedade civil

Existem dentro da APA Dona Francisca diversas associações de moradores. Nelas os moradores se articulam para discutir os problemas locais, relativos a infra-estrutura, segurança, desenvolvimento entre outros tópicos que vão ganhando relevância no cotidiano. Muitas delas, entretanto, cedem a uma pressão partidária em sua articulação, o que acaba comprometendo a participação de moradores que têm orientação partidária oposta ou mesmo que não se identificam com a forma de atuação da associação. Isso ficou bastante evidente durante a pesquisa, demonstrando que os agricultores têm uma participação pouco expressiva nestas associações, que acabam sendo presididas por moradores que têm a região como área de residência, mas que não são agricultores. Há um grande número de aposentados, que dispõe de tempo para a participação nas reuniões, e ainda pessoas que possuem sítios na região, mas que residem e trabalham na área urbana, alguns que possuem os sítios como herança familiar, que residiram na infância, mas que posteriormente foram para o meio urbano.

O grupo de desenvolvimento da mulher rural é ainda outro grupo que discute alternativas econômicas para as mulheres que não trabalham na atividade agrícola. Os trabalhos manuais têm sido a forma encontrada por estas mulheres para gerarem uma renda adicional à família. A fibra da banana, cultura muito comum na região, tem sido utilizada para a produção de peças decorativas, entretanto, há uma queixa constante por parte das mulheres, que requisitam aos órgãos públicos a construção de uma estufa para a secagem da fibra, pois esta é sujeita a ação da umidade, perdendo assim a qualidade. Algumas agricultoras participam deste grupo, mas como afirmado por uma das entrevistadas, existe uma exigência na produção que aquelas que trabalham na propriedade não têm como acompanhar, já que as que não trabalham na agricultura dispõem de muito mais tempo para dedicar-se aos trabalhos manuais.

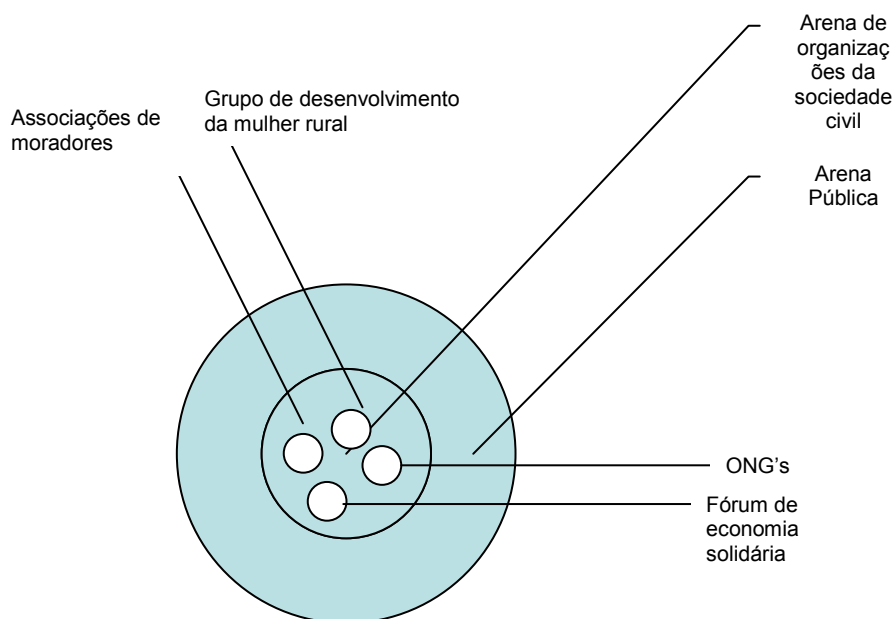


FIGURA 16 – Arena de organizações da sociedade civil
Fonte: a autora

As organizações não-governamentais ambientalistas do município de Joinville têm uma ação relativamente fraca na região da APA. As ONG's existentes são: Associação Ecológica Vida Verde, Associação pró-utilização racional dos recursos naturais – PRONATURA, Jacatirão, Associação Joinvilense de proteção ao meio ambiente – APREMA, SOS Cubatão e Fundação Xancoong. De um modo geral, seguem uma linha preservacionista e não se envolvem em assuntos relativos ao desenvolvimento local e das comunidades rurais. A ONG de maior atividade é a Vida Verde, que propaga a idéia da necessidade de mais parques para o município de Joinville, concepção esta que está notadamente voltada para os interesses da classe média urbana.

A ONG Vida Verde é a única no município que tem participação nos espaços de interação e discussão voltados ao meio ambiente, participando do Conselho Municipal do Meio Ambiente – CONDEMA, do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão, bem como do Conselho Gestor da APA. Ela é composta por membros voluntários, mas é pertinente destacar que seus representantes mais ativos nos fóruns de discussão são pessoas ligadas a algumas indústrias de Joinville, incluindo alguns que pertencem as mesmas famílias que têm

comprado terras com recursos hídricos da área da APA. São representantes de interesses originários do mundo urbano.

Outra iniciativa da sociedade civil que ocorre no município de Joinville é o Fórum de Economia Solidária. Criado como espaço privilegiado para se discutir outras formas de relações e trocas baseadas na solidariedade entre os participantes, o fórum contou com um momento inicial de muita participação. Muitos dos agentes que lá figuraram, contudo, possuíam interesses que não se compatibilizavam com a proposta do fórum, e ao perceberem que seus interesses individuais não teriam privilégio naquele espaço, não mais compareceram. Das reuniões do Fórum surgiu a Associação dos Agricultores Orgânicos, que integra agricultores da região de Joinville, sendo que apenas 1 destes está em propriedade localizada dentro da APA.

Atualmente, este Fórum se desfez e surgiu em seu lugar um novo Fórum, este ligado ao programa governamental de Economia Solidária, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Neste fórum participam representantes de algumas entidades governamentais, como da Fundação 25 de Julho, mas suas atividades ainda são incipientes, contando apenas com a participação de algumas mulheres do Grupo de Desenvolvimento da Mulher Rural citado anteriormente.

5.3.3 As organizações da iniciativa privada

Além dos agricultores familiares, existem dentro da APA atores que possuem outros interesses econômicos na localidade. É o caso das mineradoras, que têm atividade intensa na retirada de saibro e seixos rolados da região. É comum a denúncia dos moradores da APA, principalmente na região da Estrada Quiriri de retirada dos seixos rolados além dos limites concedidos pelos órgãos ambientais¹⁴⁹. Segundo alguns moradores, a quantidade retirada é tão grande que cria impactos nos aquíferos subterrâneos, diminuindo o nível da água em seus poços artesianos.

¹⁴⁹ De acordo com os agricultores entrevistados e moradores com os quais conversei durante minha estada na região. Não foi verificado nos órgãos ambientais a procedência destas afirmações. Entretanto, no Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Cubatão realizado pelo CCJ, bem como em entrevista realizada com a sua Presidente, afirmou-se que são necessários estudos mais precisos, mas que existe sim esta possibilidade e que a percepção dos moradores não esteja equivocada. Afirmou ainda que como foram feitas muitas lagoas em áreas onde foi retirado o saibro, o que fez com que a água que antes estava no lençol se tornasse aflorante, fazendo com que o índice de evaporação aumente e com isso ocorra um rebaixamento de água no lençol, diminuindo a água dos poços rasos utilizados pela população local.

A mineração é na região desenvolvida por 3 empresas: Cubatão Dragagens, Rudnick Minérios e Mineração Lauro Müller – MINERPLAM.

Outra questão que tem tido destaque refere-se à compra de grande parte dos terrenos ricos em recursos hídricos por um industrial da região¹⁵⁰. De acordo com material divulgado, em 2002 ele já possuía 60% das nascentes do rio Quiriri, ou seja, 17% da água captada no rio Cubatão. Em reportagem ele afirma que seu interesse é preservar, mas acha justo receber pela água que conserva, e afirma, “precisava que tivéssemos a propriedade da água para que a vendêssemos”¹⁵¹. A extensão de suas propriedades chega a 9,4 mil hectares. Se por um lado conserva em sua propriedade a flora e fauna da Mata Atlântica, contendo de certa forma o avanço de um terceiro tipo de investidor privado – que cultivam o pinus – por outro lado tem um claro interesse em dispor dos recursos hídricos, com interesses financeiros. A privatização da água é um tema que vêm tendo repercussão na mídia, tanto nacional quanto internacional, e o município de Joinville não escapa a esta lógica.

Como citado, portanto, um terceiro tipo de iniciativa privada figura na área, os “reflorestadores” de pinus. Estes ocupam uma área bastante extensa que se situa no alto da Serra Dona Francisca e Quiriri, na região onde estão diversas nascentes que contribuem para os rios Quiriri e Cubatão, o que tem gerado impacto na quantidade e qualidade da água, e queixas dos moradores da região da APA, em especial os agricultores, que utilizam a água para consumo e em suas lavouras. A principal empresa atuante na região é a COMFLORESTA, que como afirmado no capítulo 3 possui uma área de cerca de 3.000 ha.

O turismo rural desponta como a quarta atividade econômica existente dentro da APA, situando-se, contudo, mais no discurso das instituições públicas como alternativa ao agricultor familiar, pois os investimentos são bastante tímidos.

¹⁵⁰ Além deste citado, foi afirmado pela população local, durante as entrevistas e conversas com moradores e lideranças, que existem outros investidores nestas áreas, mas o Sr. Carlos Schneider destaca-se pela extensão de terras que tem adquirido, além de ser o único que manifestou publicamente seu interesse na exploração econômica do recurso.

¹⁵¹ GONÇALVES, Marco Antônio. O colecionador de nascentes: um exemplo de respeito à mata atlântica. In: *Mata Atlântica e você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira*. Brasília: APREMAVI, 2002.

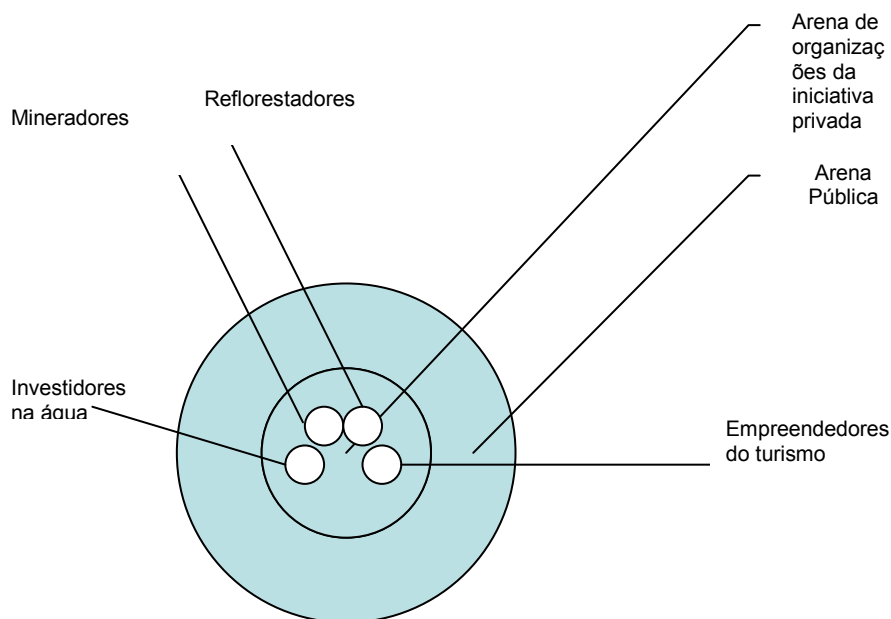


FIGURA 17 – Arena de organizações da iniciativa privada
Fonte: a autora

5.4 OS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO

Dentro da arena pública, há dois espaços institucionais de discussão sobre as políticas ambientais locais: o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte – CCJ e o Conselho Gestor da APA. O tratamento destes espaços como *arenas*, definidas no capítulo 2 a partir de Ostrom e Hannigan, deve-se também à necessidade de diferenciá-los do conceito de *esfera pública* trabalhado por Habermas¹⁵², já que não se aborda aqui o papel dos meios de comunicação de massa, e eles possuem uma certa centralidade, como afirma Teixeira¹⁵³, nas análises de Habermas.

¹⁵² HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural d esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

¹⁵³ TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *Sociedade civil e participação cidadã no poder local*. Salvador: Pró-reitoria de Extensão da UFBA, 2000, p.78.

Também não se trata de um espaço público, pois estes teriam um caráter menos institucionalizado, voltados à discussão e formulação de propostas, como Fóruns e Conferências, enquanto as arenas, como espaços criados e atrelados ao Estado, possuem um poder decisório, ou seja, têm caráter deliberativo e não apenas consultivo.

Neste sentido, os Conselhos são espaços de interação entre os diferentes grupos de atores onde são formuladas políticas e ações, e que contam com a participação de organizações da sociedade civil. Apesar de no modelo de trabalho apresentado nesta pesquisa haver uma separação entre organizações da sociedade civil e agricultores familiares, ela serve apenas como *tipo ideal*, para possibilitar a diferenciação entre os grupos de pressão de origem urbana, ou mesmo de origem rural, mas não ligados à agricultura, e os de origem da agricultura familiar, pois isto abre a possibilidade de compreender melhor a inserção (ou não) dos agricultores neste espaço, ou mesmo para identificar as reais possibilidades do surgimento do grupo de agricultores enquanto um ator coletivo.

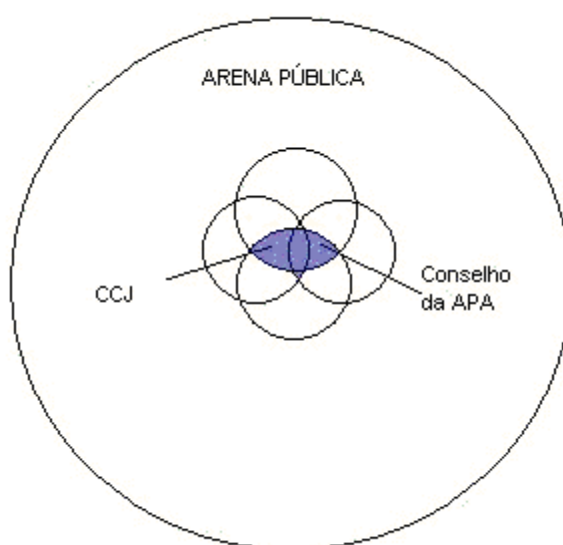


FIGURA 18– Espaços de interação
Fonte: a autora

5.4.1 O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte – CCJ

O CCJ foi criado em 1998, por meio do Decreto nº 3.391/98, sendo um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo de nível regional, vinculado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que abrange a Bacia Hidrográfica do Cubatão e seus tributários, e efetivamente lançado em março de 2000, após um longo período de mobilização para definição das atribuições e membros do Comitê e sua diretoria. Sua criação está diretamente relacionada à Agenda 21 Municipal lançada em 1998, que previa a adoção das bacias hidrográficas como unidades físico-territoriais de planejamento de qualquer atividade humana, modelo este que vem sendo adotado pela Prefeitura de Joinville em órgãos como a Fundema, bem como pelo próprio Estado de Santa Catarina em programas como o Microbacias.

O CCJ é composto por representantes dos usuários de água – 40% dos membros, da população residente na bacia e organizações da sociedade civil – 40% dos membros, e representantes de órgãos da administração federal e estadual relacionados com recursos hídricos – 20% dos membros. O CCJ tem como órgãos, de acordo com seu regimento, a Assembléia Geral, a Presidência, o Conselho de Administração e a Secretaria Executiva. Na Assembléia Geral participam todos os membros do Comitê, e estas são realizadas quatro vezes ao ano, duas por semestre, com o objetivo de debater e deliberar sobre as ações do Comitê e homologar as diretrizes propostas pelo Conselho de Administração. Sua composição atual está no quadro abaixo:

USUÁRIOS DE ÁGUA	
Nº de representantes	Organização
2	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
1	MINERPLAN - Mineração e Pesquisa Lauro Müller Ltda.
1	Cubatão Dragagens Ltda.
2	Associação Comercial e Industrial de Joinville – ACIJ
1	Associação de Joinville e Região das Pequenas, Micro e Médias Empresas – AJORPEME
2	Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC
3	Companhia Catarinense da Águas e Saneamento - CASAN
2	Sindicato Rural
1	Associação dos Apicultores de Joinville - APIVILLE
1	AMAE – Agência Municipal de Regulamentação dos Serviços de Água e Esgotos
1	Associação Catarinense dos Reflorestadores - ACR
1	Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL
1	Associação Joinville de Aquicultores - AJAQ
POPULAÇÃO, ORGANIZAÇÕES E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL	
1	Associação de Moradores Jardim Paraíso
1	Associação de Moradores Estrada Mildau
1	Associação de Moradores Dona Francisca
1	Associação Ecológica Joinvilense Vida Verde
1	Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente de Santa Catarina - APREMA-SC
1	Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina - Faculdade de Engenharia de Joinville - FEJ
1	Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE
1	Coordenadoria de Defesa Civil
1	Câmara de Vereadores de Joinville
1	AMOQUIRIRI – Associação de Moradores do Quiriri
1	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA
1	Rotary Club - Pirabeiraba
1	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar, Indústrias de Compressores Herméticos para Refrigeração e Indústrias de Artigos e Equipamentos Odontológicos, Médicos e Hospitalares de Joinville - SINDITHERME
1	Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento de Joinville - IPPUJ
1	Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA
1	Prefeitura Municipal de Garuva
1	Secretaria Distrital de Pirabeiraba
1	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
ÓRGÃOS DO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL	
1	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - IBAMA
1	Fundação do Meio Ambiente – FATMA
1	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
1	Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM
1	Ministério Público Federal – Procuradoria da República
1	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC
1	8º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina - 4º Pelotão de Polícia Militar de Proteção Ambiental
1	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI
1	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – Gerência de Recursos Hídricos

QUADRO 5 – MEMBROS DO CCJ

FONTE: CCJ

Nota-se na composição do CCJ a prevalência de representantes do poder público, que possui 19 entidades representadas num universo de 40, ou seja, quase metade das entidades membro do CCJ são representantes do mundo sistêmico, com sua racionalidade técnico-instrumental. É pertinente destacar que nos representantes da população, organizações e entidades da sociedade civil figuram entidades do poder público. O conceito que se utiliza nesta pesquisa de sociedade civil vai ao encontro do proposto por Habermas¹⁵⁴, entendida como “constituída de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política”¹⁵⁵.

Assim, diferenciam-se sociedade civil e esfera política na concepção habermasiana, inserindo-se dentro da idéia de reação do mundo da vida à colonização sistêmica. O conceito implícito na proposição do CCJ, ao considerar órgão da esfera política como entidades da sociedade civil se aproxima mais do que Teixeira chama de concepção liberal da sociedade civil, que incluiria “um conjunto de instituições (governo limitado por lei), economia de mercado, tecido associativo plural e esfera pública”¹⁵⁶. Apesar das cisões e clivagens existentes dentro do próprio universo dos órgãos públicos, qualquer articulação destes para aprovar alguma ação em Assembléia seria muito dificilmente derrubada pelos representantes das outras esferas.

Tem-se como representantes da área rural as Associações de Moradores da Estrada Quiriri, da Estrada Mildau e da Dona Francisca, e ainda o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Apicultores e dos Aqüicultores. Os aqüicultores, apesar de possuir alguns membros que são efetivamente agricultores familiares, têm como lideranças as empresas que desenvolvem a atividade na região de Joinville. Das Associações de Moradores, a única que possui um agricultor familiar na liderança é a da Estrada Quiriri, sendo que os outros são apenas moradores da região, o que não significa dizer que não estejam mais sensibilizados

¹⁵⁴ Reconhece-se, entretanto, que este autor a princípio não tratava da categoria sociedade civil, e que mesmo definindo-a tal qual apresentado, questiona em que medida a esfera pública, dominada pela mídia e pelo poder econômico, oferece possibilidades de membros da sociedade civil mudarem valores e tópicos ao apresentarem uma visão crítica dos temas e razões canalizados no exterior.

¹⁵⁵ HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre a factividade e a validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p.99.

¹⁵⁶ TEIXEIRA, op.cit, p.66.

às causas dos agricultores familiares, mas que possuem também interesses diversos, com uma visão mais preservacionista, já que não dependem diretamente dos recursos naturais para sobreviver, como os agricultores.

Já o Conselho de Administração é formado por nove titulares e nove suplentes, grupo composto pelo presidente do Comitê, por três representantes do grupo de usuários de água, três representantes do grupo da população e das organizações da sociedade civil e um representante dos órgãos do governo estadual e federal. Atualmente, o Conselho de Administração tem como representantes dos usuários de água membros da Agência Municipal de Água e Esgoto – AMAE, da Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa – AJORPEME, e da Companhia Águas de Joinville – CAJ. A população é representada por membros da Defesa Civil, Associação Ecológica Vida Verde e Associação de Moradores Dona Francisca, e os órgãos públicos por representante da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FATMA.

Neste grupo, apesar de haver um representante da Associação de Moradores Dona Francisca, não há agricultores, pois este morador, que é presidente desta Associação, apesar de ser membro ativo de várias associações que discutem as questões ambientais da região não é representante dos agricultores familiares, pois é professor aposentado que há alguns anos reside na região, desenvolvendo algumas atividades produtivas.

São objetivos do CCJ, de acordo com seu regimento interno:

- I - promover o gerenciamento descentralizado, participativo e integrado, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos hídricos em sua área de atuação;
- II - promover a integração das ações na defesa contra eventos hidrológicos críticos, que ofereçam riscos à saúde e à segurança pública, assim como prejuízos econômicos e sociais;
- III - adotar a bacia hidrográfica como unidade físico territorial de planejamento e gerenciamento;
- IV - reconhecer o recurso hídrico como um bem público, de valor econômico, cuja utilização deve ser cobrada, observados os aspectos de quantidade, qualidade e as peculiaridades da bacia hidrográfica;
- V - propor o rateio do custo das obras de aproveitamento múltiplo da água, de interesse comum ou coletivo, entre os beneficiados;
- VI - combater e prevenir as causas e efeitos adversos da poluição, das inundações, das estiagens, da erosão do solo e do assoreamento dos corpos d'água nas áreas urbanas e rurais;
- VII - compatibilizar o gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente;
- VIII - promover a maximização dos benefícios econômicos e sociais, resultantes do aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos superficiais e

subterrâneos, assegurando o uso prioritário para o abastecimento das populações;
 IX - estimular a proteção das águas contra ações que possam comprometer o uso múltiplo atual e futuro.

Dentre seus objetivos, destacam-se o gerenciamento participativo e descentralizado, e principalmente a diretriz que implica na dotação de valor econômico ao recurso hídrico, apesar de ser considerado um bem público, no espírito de Constituição. Esta é talvez uma das questões mais polêmicas em torno do uso múltiplo das águas na atualidade no Estado de Santa Catarina, e como destaca a presidente do Comitê, para a qual ainda não há respaldo legal no Estado, ou seja, nossa legislação estadual até o presente momento não permite a cobrança pelo uso da água. Deste modo, a água, na concepção do Comitê, pode e deve ser cobrada, entretanto a apropriação dos recursos gerados por essa cobrança não deve ser individual, já que é bem público, devendo, portanto ser revertido ao próprio CCJ para investimento na conservação dos recursos.

Nas atas analisadas, verificou-se a presença de agricultores familiares apenas na 4ª Consulta Pública realizada no dia 10 de junho de 2006, que tinha como objetivo a análise, discussão, votação e aprovação do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Cubatão do Norte, porém só houve manifestação na reunião do Presidente de Associação de Moradores Dona Francisca, que como já afirmado anteriormente é uma liderança comunitária, porém não é agricultor familiar. Em todas as outras atas não se registrou a presença de representantes dos agricultores familiares, nem mesmo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Uma das dificuldades apontadas pelos agricultores para participação nestas reuniões é o horário, já que estas ocorrem geralmente no período da tarde nos dias de semana, horário no qual os agricultores encontram-se ocupados com as atividades produtivas.

É interessante destacar que para a criação deste Plano Diretor foram realizadas anteriormente várias reuniões divididas em Grupos de Trabalho que visavam discutir as situações conflitantes no uso dos recursos hídricos da região, sendo: : 1) extração mineral e abastecimento público; 2) florestamento / reflorestamento e abastecimento público; 3) agricultura, preservação ambiental, irrigação e abastecimento público; 4) preservação ambiental e geração de energia; 5) recreação, pesca, agricultura e lançamento de efluentes.

Vê-se que a agricultura é tematizada em dois GT's, colocada como conflitante com a preservação ambiental e abastecimento público e com as atividades de lazer, por conta dos efluentes que pode lançar nos rios da região, muito utilizados por visitantes no período de verão. Entretanto, na reunião realizada para a discussão dos resultados dos GT's, em 22 de abril de 2004, nenhum agricultor participou com falas e problematizações na discussão, sendo que apenas representantes de ONG's e órgãos públicos se posicionaram nos temas relativos à agricultura e preservação ambiental, fazendo emissões sobre a questão da preservação, não houve nenhuma fala relativa à agricultura familiar.

De modo geral, todas as discussões realizadas são de caráter eminentemente técnico, o que também limita a participação dos agricultores, que não dominam a linguagem técnico-científica utilizada nestas reuniões. Como afirma Dagnino¹⁵⁷, dificulta uma participação mais igualitária a exigência de qualificação técnica e política que a participação coloca aos representantes da sociedade civil. De acordo com autora, nos espaços voltados a definição de políticas públicas, seja para sua formulação, discussão, deliberação ou execução, exige-se um domínio de um saber técnico especializado do qual os representantes da sociedade civil, em especial o dos setores subalternos, não dispõem. Além disso, exige-se um conhecimento sobre o funcionamento da máquina administrativa do Estado também de difícil acesso a essas parcelas da população.

As ONG's alcançam uma boa participação justamente por disporem desta competência técnica, já que são formadas basicamente por indivíduos da área urbana, quase na totalidade com nível superior de escolaridade, muitos destes com formação em áreas afetas a temática ambiental, como biologia, engenharia ambiental, geografia entre outras.

A principal ação do CCJ realizada é a construção do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Cubatão, que foi aprovado neste ano e que está tendo como primeira ação a outorga da água para captações acima de 1m³/h. Pesque-pague, parques aquáticos, clubes com piscinas também deverão passar pelo processo da outorga independente do volume captado.

¹⁵⁷ DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: _____. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.283-4.

Dos Planos Setoriais que constam no Plano Diretor, destacam-se as seguintes ações:

- Plantio e corte em mosaicos e delimitação do tamanho das Unidades de Produção, evitando focos erosão gerados quando do corte do *Pinus spp.*
- Estudos dos efluentes das atividades do setor primário.
- Análise da viabilidade do uso do lodo proveniente dos tanques de peixe na agricultura.
- Avaliação da quantidade e qualidade da água utilizada nos processos de irrigação em áreas de cultivo de arroz na bacia.
- Cadastramento Rural.
- Monitoramento dos processos de irrigação do cultivo de arroz.
- Avaliação da manutenção da silvicultura.
- Estudo da viabilidade de exploração do potencial turístico ecológico (alternativo) nas propriedades rurais Corte de exóticas em pequenas propriedades.
- Manejo do *Euterpe edulis*.
- Impedimento da negociação das áreas de reserva legal e obrigatoriedade de sua compensação ambiental, quando houver, dentro da área da BHRC.
- Plano de zoneamento agroecológico da bacia.
- Impedir o incremento dos perímetros do distrito industrial (norte) e urbano para as áreas agrícolas da bacia.
- Controlar a expansão da rede de infra-estrutura urbana especialmente as linhas de ônibus nas áreas da bacia do rio Quiriri.
- Fiscalização da ocupação irregular das áreas rurais.
- Capacitar o agricultor em técnicas de produção agro-ecológica, pastoreio rotativo, eliminação da capina química de pastagens, piscicultura, entre outros.
- Capacitação dos proprietários rurais para implantar atividades de turismo rural e ecológico.
- Capacitar agricultores em associativismo; implantação de agroindústrias familiares e administração rural.

Cada uma destas ações tem uma descrição detalhada, com definição de responsáveis e custos operacionais, mas não há previsão de quando estas ações serão realizadas, e como muitas destas ações são atribuídas aos órgãos públicos, não há nenhuma menção a como serão acomodados dentro de um quadro já de saturação dos técnicos, já que os órgãos demandariam mais pessoal para poder realizar estas ações.

5.4.2 O Conselho Gestor da APA

O Conselho Gestor da APA Dona Francisca foi criado por meio do Decreto Municipal 12.423 de 1º de Junho de 2005, possuindo caráter consultivo e deliberativo e tendo por finalidade acompanhar a elaboração, deliberar a respeito de sua administração, bem como a implementação e a revisão de seu plano de manejo. Tem como objetivos, de acordo com seu artigo 4º:

- I- Articular apoio político e institucional visando a consolidação da APA Serra Dona Francisca;
- II – Buscar a equidade entre o desenvolvimento humano e a conservação da natureza;
- III – Fomentar ações que visem a melhoria sócio – econômica dos moradores que vivem na APA Serra Dona Francisca;
- IV - Promover a integração institucional, coordenando ações desenvolvidas nas unidades de conservação da região, estimulando a participação efetiva dos diferentes setores.

É composto por 22 entidades governamentais e 22 entidades não governamentais, como especificado abaixo.

MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DA APA	
ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS	ENTIDADES GOVERNAMENTAIS
Associação de Moradores Dona Francisca	4º - Pelotão de Polícia de Proteção Ambiental
Associação de Moradores Estrada do Pico	Agência Municipal de Regulação dos Serviços de Água e Esgotos - AMAE
Associação de Moradores Estrada dos Morros	Centrais elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC
Associação de Moradores Lot. Rio Lindo	Águas de Joinville - Cia de Saneamento Básico
Associação de Moradores Mildau	Defesa Civil- Gabinete do Vice-Prefeito
Associação de Moradores Quiriri	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural- EPAGRI
Britador Hubner	Fundação do Meio Ambiente - FATMA
Centro de Engenheiros e Arquitetos de Joinville;. CEAJ	Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho
Conselho de Desenvolvimento de Pirabeiraba - COPEPI	Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA
Conselho de Agricultura e Abastecimento de Joinville – CONAAJ	Gerência Regional de Educação e Inovação - GEREI
Comitê Bacia do Cubatão Norte	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Comitê Estadual da Reservada Biosfera da Mata Atlântica	Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville – IPPUJ
Companhia Catarinense de Reflorestamento – COMFLORESTA	Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville –PROMOTUR
Cubatão Dragagens	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional Joinville
Mineração Lauro Mueller SA – MINERPLAM	Secretaria de Educação
Vida Verde Associação Ecológica Joinvilense	Secretaria de Habitação
Rotary Clube Pirabeiraba	Secretaria da Saúde
Rudnick Minérios	Secretaria Regional da Vila Nova
Sind. dos Trab. Rurais de Joinville	Secretaria Distrital de Pirabeiraba
Sindicato Rural de Joinville	Secretaria de Infra Estrutura Urbana - SEINFRA;
Universidade do Desenvolvimento de Santa Catarina UDESC/JOINVILLE	Secretaria de Integração e Desenvolvimento Econômico
Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE	Fundação Cultural de Joinville

QUADRO 06 – MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DA APA**Fonte: FUNDEMA**

Como dito anteriormente, houve apenas duas reuniões do Conselho Gestor da APA, pois de acordo com um dos técnicos da FUNDEMA responsável da por este Conselho, não dispunham de técnicos suficiente, devido ao acúmulo de funções do pessoal, motivo pelo qual, de acordo com este técnico, vem-se pensando em contratar uma consultoria para construir o plano de manejo. Não soube me informar, entretanto, como ficaria a questão do Conselho, já que este é obrigatório de acordo com a lei 9.985/2000, e deve ser presidido pelo órgão responsável pela gestão.

Das duas reuniões realizadas, pode-se observar que na primeira, realizada em setembro de 2005, houve uma grande participação da comunidade da região, mas como foram discutidas questões de organização do próprio Conselho, como regimento interno, termo de referência, formação da Comissão Técnica, acabou gerando um desinteresse por parte da população, que praticamente não compareceu a segunda reunião, com exceção dos presidentes das Associações de Moradores. Enquanto na primeira reunião havia mais de 100 pessoas, na segunda estavam apenas os representantes das entidades, nem todas presentes.

6 ATORES, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA APA DONA FRANCISCA

Como destacado no capítulo anterior, a arena pública de conflitos socioambientais resultante do processo de institucionalização da conservação do meio ambiente na APA Dona Francisca é composta de quatro arenas diferentes de atores, nas quais ainda há diferentes clivagens no que tange a compreensão deste processo. Nesta pesquisa, deu-se preferência para as diferentes posições adotadas a partir da perspectiva dos agricultores, identificando-se três grupos temáticos principais que geram conflitos dentro da arena pública entre os agricultores e os outros três grupos de atores atuantes: 1) *práticas produtivas, gestão da propriedade e recursos florestais*; 2) *usos conflitantes e recursos hídricos*. Estes temas são tratados a partir da perspectiva dos agricultores, em confronto com as ações dos atores das outras arenas. Note-se que as duas temáticas são impulsionadas pela questão da conservação dos recursos, que as permeia.

A partir destas temáticas identificam-se os conflitos socioambientais gerados pela aplicação dos instrumentos de conservação dos recursos naturais, que são do tipo *legal, institucional e de interesses/usos/representações*. Este último tipo de conflito configura-se como o mais evidenciado, à medida que se refere aos tipos de ação de cada grupo de atores. A noção de conflito que se apresenta aqui se aproxima da concepção de Touraine, inscrita na idéia de que as relações sociais são sempre relações conflituosas, já que a modernidade traz como característica o duplo movimento de racionalização e subjetivação. À medida em que os indivíduos se afirmam enquanto atores no processo de resistência e interação com o mundo sistêmico, ou seja, afirmam sua liberdade diante do processo de racionalização, constitui-se, de acordo com Touraine¹⁵⁸, um sistema de relações sociais complexas no qual o conflito é o mecanismo social central.

¹⁵⁸ TOURAINE, Alain. *O retorno do actor*: ensaio sobre sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

6.1 PRÁTICAS PRODUTIVAS, GESTÃO DA PROPRIEDADE E RECURSOS FLORESTAIS

O primeiro aspecto levantado na pesquisa diz respeito à própria criação da APA e seus impactos para o cotidiano e as atividades produtivas dos agricultores familiares. Neste ponto a posição dos agricultores é bastante homogênea, à medida que compartilham a visão de que a criação da APA, apesar de ainda não estar regulamentada, trouxe várias restrições e dificuldades. Estas restrições e dificuldades representam, na verdade, o início de um processo de maior fiscalização por parte dos órgãos públicos no que tange a legislação ambiental que já estava em vigor, e um ponto decisivo neste processo foi a própria criação da Fundema, com o processo de municipalização da proteção por via institucional do meio ambiente, no ano de 1990. Com a criação da APA em 1997, esta fiscalização se intensifica, o que gerou um período inicial de grandes conflitos. Os conflitos relativos a este tema são do tipo legal e de interesse, e se configuram mais especificamente entre órgãos públicos e agricultores familiares.

Apesar do reconhecimento das dificuldades geradas pelas restrições engendradas pela criação da APA, muitos reconhecem que havia necessidade de se tomar medidas que contivessem a degradação ambiental na região, mas se sentem penalizados já que a maior parte das limitações recaem apenas sobre os agricultores familiares. A visão corrente entre os agricultores é de que, se há mata atlântica, vegetação nativa para ser preservada, é porque as práticas que os agricultores historicamente utilizavam na sua propriedade não eram predatórias, já que a floresta era considerada como uma “poupança verde” a qual recorriam quando a situação da agricultura ficava dificultada.

Entretanto, um primeiro ponto de cisão e clivagem entre os agricultores se refere a esta forma de utilização da vegetação nativa. Se por um lado a maioria afirma que sempre preservaram, que nunca desmataram toda a propriedade para a produção, pois reconheciam nestas reservas de vegetação uma reserva econômica, há outros que afirmam que muitos agricultores preferiam trabalhar com o extrativismo da madeira à fazer cultivo, pois era mais fácil tirar da natureza do que produzir. Esta percepção é minoritária, e emana principalmente daqueles que estão mudando as atividades produtivas para se adequar à nova realidade da APA, com

plantações de palmáceas e flores, mas revela um primeiro conflito interno dentro da arena dos agricultores familiares, e que é significativa, à medida que grande parte das infrações aplicadas pelos órgãos ambientais tem origem em denúncias que comumente são feitas pela própria comunidade.

Como apontado no capítulo 3, há uma série de leis e normas para a utilização da propriedade no meio rural. Duas, entretanto, são principais: o Código Florestal e o Decreto 750, com suas normatizações específicas para o Estado de Santa Catarina por meio da Portaria Interinstitucional 01/96.

O Código Florestal, de modo geral, impõe restrição de utilização das margens dos rios para qualquer tipo de atividade, devendo ser preservada a mata ciliar. Entretanto, como as áreas ribeirinhas são mais planas e muitas vezes possuem maior fertilidade do solo, convencionalmente os agricultores da região buscam estas áreas para realizar o cultivo, ressaltando-se ainda que, como a região é abundantemente irrigada, grande parte da propriedade fica com sua utilização inviabilizada de acordo com esta lei. A esse respeito, a fala de um dos agricultores sintetiza a percepção:

Na verdade, no que diz respeito à mata ciliar, essa lei sacrifica o agricultor. A mata ciliar é para o bem de todos, mas o prejudicado é o agricultor. Com a APA, o agricultor ficou prejudicado, primeiro, que nós não podemos mexer na mata nativa; e ainda nós temos que averbar áreas que já são mata nativa e que a gente não pode mexer¹⁵⁹.

A averbação da reserva legal é outro ponto bastante controverso na percepção dos agricultores, que se sentem na obrigação de dar uma parte de sua propriedade sem nenhuma compensação, além de já terem várias restrições no uso e de afirmarem possuir muito mais de 20% da sua propriedade coberta de vegetação nativa. Há muita falta de informação sobre a averbação da reserva legal, grande parte dos agricultores não sabem como proceder para fazê-la, nem as implicações que traz.

Isto dificulta para que possam fazer o manejo seletivo dentro da propriedade, como prevê a Portaria Interinstitucional 01/96, já que é obrigatória a

¹⁵⁹ C.B. agricultor. Entrevista concedida a Azevedo, N. T., em 18/12/2005.

averbação da reserva, bem como traz dificuldades para a extração dos 15m³, já que, apesar de não estar presente no conteúdo da portaria a obrigatoriedade, constatou-se por meio da pesquisa que os agricultores que conseguiram esta autorização possuem a reserva legal averbada.

Quem nem eu, to correndo atrás pra tirar uns quinze cúbicos né, na fundação 25, mas eu já to cansado de correr atrás, já to correndo três meses atrás, até agora não veio ninguém. Pra eles virem, porque tem que medir a área, porque tem que fazer a averbação da área dos 20%, da reserva legal, que eu não tenho, mas isso é uma burocracia e eles querem cobrar o mundo e o fundo, e no fim eu vou acabar e não vou fazer né, não tenho dinheiro pra gastar com isso. Já to dando vinte por cento da minha propriedade, que não posso usar, já to usando menos, já to dando 20% pro município ou pro governo, e o que tem eu vou ter que ficar pagando muito por cima, então não vou fazer mais nada¹⁶⁰.

No que diz respeito à utilização da madeira e palmito por parte da população local, o diretor da Fundema afirma que ela deve cumprir o que está previsto na Portaria Interinstitucional 01/96, e que, portanto, não é possível suprimir vegetação em estágio médio e avançado no meio rural, a não ser os 15m³ ou 20 toras previstas na portaria. Como já salientado anteriormente, os agricultores, para poderem se utilizar deste benefício legal, necessitam estar com a reserva legal averbada, o que, como também já foi destacado, acontece em poucas ocasiões, já que a maioria não possui e tem receio em realizar a averbação. Neste sentido, afirma que um dos primeiros objetivos da FUNDEMA na implementação da APA Dona Francisca é realizar a regularização das áreas, com apoio técnico da FUNDEMA e Fundação 25 de Julho. Entretanto, isto ainda não acontece, o apoio é incipiente, como foi explicitado pelo depoimento de um agricultor apresentado acima.

Dos 21 agricultores entrevistados, 19 afirmaram que a criação da APA trouxe novas dificuldades para a sua reprodução, mas estas dificuldades se referem menos às práticas agrícolas em si do que a forma de gestão da propriedade, ou seja, se referem não tanto a forma como produzem, como preparam o solo, realizam o plantio, fazem a adubação e a alternância de produção do que a determinadas práticas, como a extração da madeira e do palmito juçara.

¹⁶⁰ J.Z, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N. T em 24/10/2005.

De acordo com um dos diretores desta fundação, entretanto, existem confusões entre o que é a APA e o que é a legislação ambiental, já que moradores e agricultores acabam atribuindo os pareceres desfavoráveis à criação da APA que, no entanto:

(...) até aqui ela não produziu nenhum efeito adicional à própria aplicação da legislação ambiental nacional, então as pessoas acham que as dificuldades que existem ali são por causa da APA, mas APA não emanou nenhuma restrição ainda, não é correto dizer que a APA está produzindo dificuldades na área rural, isso não corresponde, porque ela não tem nenhum efeito prático ainda¹⁶¹.

O que ocorre é um conflito entre a legislação ambiental e a noção de gestão dos agricultores com em relação à propriedade, que está mais próximo daquilo que Godard¹⁶² chamou de *conceito original de gestão*, ou seja, a administração dos bens possuídos por um proprietário, numa relação que tem como características se referirem a bens que podem ser apropriados por pessoas e na qual o sujeito titular do direito de propriedade tem a possibilidade de fazer o uso de sua preferência, inclusive destruí-lo – característica da concepção de direito de propriedade. É esta concepção de propriedade que vai entrar em choque com as imposições da legislação ambiental, que vê o meio ambiente como um direito difuso, como já foi explicitado no capítulo 4, e que portanto são transindividuais, não tendo um único titular do direito.

Entretanto, de acordo com os agricultores, eles sempre preservaram a região, utilizando a madeira e o palmito, mas retirando apenas as plantas “maduras”, não fazendo corte raso, que de acordo com eles, veio com a “modernidade”.

Pra quem cuidou, trouxe, pra quem só veio pra destruir, não. Aquele que sempre sabia trabalhar trouxe. Porque, quem quiser usar uma madeira, tem que comprar. E a gente pensava, vamos deixar, se um dia precisar a gente tem. (O.P, agricultor)

¹⁶¹ E.S., diretor da FUNDEMA. Entrevista concedida a AZEVEDO, N. T em 15/01/2006.

¹⁶² GODARD, Olivier. *A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação*. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1996.

Porque eu concordo que não deve de, como, não é certo acabar com tudo, mas o nosso colono aqui não é de destruir. O que acontece é quando vem com máquinas é que vem com tudo. Que nem eu com o meu pai aqui a gente tirava com cavalo, só tirava uma madeirinha lá por uma picada, hoje em dia com máquina eles tiram o que vem pela frente né, o nosso povo aqui não era. Claro que, mas com essa modernidade é claro que ia acontecer. (H.D, agricultor)

Pode-se dizer, portanto, que o maior motivo de descontentamento dos agricultores familiares com relação a APA é a proibição ou o excesso de burocracia que existe para a utilização de madeira e a exploração do palmito nativo. De acordo com os agricultores, no cultivo da banana era comum utilizar um método intercalar, no qual se deixavam espécies nativas entre as bananeiras para serem utilizadas dentro da propriedade ou mesmo para a comercialização para as serrarias que existiam na região.

Antes a gente tinha no meio do bananal o palmito, tinha árvores de nhoçara e garuva e bocuva, o povo daqui todo ele tinha árvore que de tempo o pessoal derrubava, vendia essas madeiras e quando roçava os bananal, que era tudo roçado, já deixava uma árvore que tava crescendo, daquelas madeiras boa, já deixava no lugar daquela que ele ia tirar. E aqui as árvores em torno de quinze anos, doze anos elas já tão boa pra ser vendida, então o pessoal viviam daquilo ali, já tiravam a copa da árvore pra lenha, já tiravam a tora, usavam a madeira pra fazer um galpão, a casa, coisa que hoje não pode nem ser construída mais uma casa com a madeira da propriedade, tem que comprar tudo a madeira do mato grosso, então a madeira da propriedade fica ali madura, morre se perde tudo sendo que ninguém aproveita¹⁶³.

O bananal era mudado de tempos em tempos de solo, pois com o esgotamento do solo era necessário trocar o plantio de local. Grande parte dos bananais eram plantados em encostas, prática que hoje vem sendo cada vez mais coibida por ser considerada pelos técnicos degradadora. Quando o agricultor roçava o terreno para plantar a banana, ele deixava palmitos e árvores nativas de valor comercial entre elas. Quando a árvore atingia a idade de corte, de acordo com os colonos, entre 12 e quinze anos, ela era cortada, os galhos eram utilizados para

¹⁶³ J.A.F, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T. em 25/11/2005.

fazer lenha para a propriedade e o tronco ia para serraria, para ser comercializada ou para fazer tábuas a serem usadas na propriedade.

Quando aquela parcela do solo era abandonada, deixava-se crescer novamente a vegetação:

Porque nós antigamente cada ano fazia uma roça nova de banana, era derrubado um pedacinho de terra, um meio morgo mais ou menos, pra plantar uns 500,600 pés de banana, mas era no morro, na terra de baixo era plantado os legumes, aipim, batata, Japão, cará, amendoim, tudo que tinha né, cana, aqui em baixo nós nunca tinha banana, era tudo lá em cima, mas cada ano era feito uma rocinha nova.

Porque naquela época a gente não usava químico, então o que acontecia, a banana adoece, é que nem uma pessoa, se não tomar uma vitamina uma coisa uma hora adoece. Então eles plantavam lá uma certa época, eles colhiam ela dois três anos, então não tinha aquele tratamento com óleo, produto químico, só que ela chegava uma determinada época ela morria, começava a morrer, então vamos abandonar aqui e fazer uma rocinha pra frente, ali abandonavam de novo, o mato em dois três anos tava de volta, eles nunca derrubavam total, deixavam uma canelinha, uma licurana, guapuruvu, e então era tudo madeira que eles deixavam ali, isso era o futuro, pros filhos e que tinha que fazer casa, vender a madeira, que naquela época era vendida a madeira. No meio da banana sempre tinha madeira. Aquilo ali era o futuro, ou se dava um problema de saúde, no final de ano eles usavam pra fazer o natal das crianças. Eles tiravam a madeira em caso de necessidade, não era assim, vamos acabar com tudo aquilo ali. O pessoal preservou, e preservou muito¹⁶⁴.

É importante destacar que este plantio da banana não era intensivo, até mesmo porque era uma das atividades dentro da propriedade policultora. Portanto, as áreas utilizadas nestas encostas eram pequenas, de acordo com os agricultores, essas áreas em geral possuíam 1 morgo, ou seja, 2.500 m².

Os agricultores utilizavam as terras das encostas para o plantio de banana, que era constantemente mudada de local, intercalada com vegetação nativa, enquanto nas terras planas eram plantados os legumes e verduras e feita a criação dos animais. Como existe a noção de patrimônio familiar, os recursos eram utilizados visando garantir a sua durabilidade e sustentabilidade, para que os filhos pudessem vir a usufruir os recursos futuramente.

Esse ponto revela uma questão fundamental no que diz respeito à relação do agricultor familiar com a natureza e com a propriedade. Apesar de estarem sob a vigência da lógica do capital, ou seja, de produzirem e se reproduzirem dentro do

¹⁶⁴ W.Q, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 09/11/2005.

sistema que é operado pela lógica do capital, como explicitado por Wanderley¹⁶⁵, a lógica interna da organização da produção familiar não tem como fim a acumulação do capital, mas prover as necessidades da família e a construção do patrimônio familiar. Isto quer dizer que apesar de utilizarem cálculos econômicos e de rendimento no processo produtivo, o que é de certa forma vai se impondo à medida que os agricultores se integram numa economia de mercado, ela não é a única levada em consideração no processo produtivo do agricultor familiar. Ela está subordinada a interesses em outras dimensões, como a reprodução do patrimônio sócio-cultural da família, pois a reprodução material e a simbólica não estão totalmente desacopladas no mundo do agricultor familiar. Ao produzir, o agricultor familiar reproduz seu conhecimento empiricamente adquirido de manejar o solo, as culturas e os recursos naturais, conferindo a estas práticas um caráter patrimonial, sendo estas afetadas pelo processo de juridicização da proteção ao meio ambiente.

Na agricultura familiar, como destaca Wanderley¹⁶⁶, o produtor depende, para sua reprodução, da preservação, e mesmo da ampliação, do seu patrimônio produtivo, ou seja, ele deve assegurar os recursos necessários para uma reprodução patrimonial. Neste aspecto, como os agricultores da área estudada estabeleceram desde a colonização uma relação dependente dos recursos naturais, é necessário para sua reprodução a proteção destes recursos, e não sua exploração sem limites baseada apenas no cálculo econômico visando o maior lucro.

Os agricultores que se estabeleceram na região possuem uma relação intensa entre seu modo de produzir e a utilização dos recursos da floresta, relação esta que foi estabelecida desde o início da colonização, já que a cidade de Joinville se expandia e necessitava da madeira que vinha da região, constituindo assim uma importante fonte de renda, que deveria ser mantida patrimonialmente para que os filhos também pudessem se utilizar destes recursos, valores esses de origem camponesa, como exposto por Mendras¹⁶⁷, como o amor a terra e a defesa dos interesses da família. Isto quer dizer que a forma de acessar os recursos naturais e gerir a propriedade fazem também parte do patrimônio sócio-cultural do colono, o

¹⁶⁵ WANDERLEY, M. N. B.. *Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander Chayanov*. IN: FERREIRA, A. D. e BRANDENBURG, A.. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

qual é diretamente atingido pela institucionalização da proteção ao meio ambiente. Isso não significa dizer que as práticas dos agricultores sejam totalmente adequadas, mas sim que a sua lógica, ao não ser considerada na elaboração das leis, acaba por gerar um efeito reverso àquele desejado, de conservação dos recursos.

A medida em que avança a colonização do mundo da vida pelo âmbito do sistema, seja pelas relações com o mercado ou com a juridização nos âmbitos das relações de trabalho ou ambiental, ele vai sendo paulatinamente racionalizada no sentido sistêmico, também pela urbanização, que expande seus valores com os meios de comunicação de massa, bem como pela proximidade entre o meio rural e urbano joinvilense.

Mas essa colonização e racionalização não se dá sem reação¹⁶⁸; ela se confronta justamente com o *saber local* destes agricultores, que de acordo com Leff¹⁶⁹:

(...) no es solamente el arsenal de técnicas e saberes construidos por la práctica. El conocimiento local no suma las condiciones empíricas a estudios abstractos. No es la sumisión de particularidades locales a racionalidades universales dominadoras y hegemónicas. El conocimiento local está construido por significados elaborados a través de procesos simbólicos que configuran estilos étnicos de apropiación del mundo y de la naturaleza.

Este saber local, este conhecimento construído por significados elaborados por meio de processos simbólicos e que caracterizam a forma de apropriação da natureza e que são elementos do mundo da vida do agricultor, é muito próximo daquilo que se tem chamado de saber tradicional, que tem sido comumente atribuído¹⁷⁰ apenas a populações indígenas ou caiçaras. Entretanto, este saber se caracteriza, de acordo Berkes¹⁷¹, como:

¹⁶⁸ Retomaremos a questão da reação ao processo de institucionalização da proteção ao meio ambiente como um novo patamar de colonização do mundo da vida do agricultor familiar mais adiante.

¹⁶⁹ LEFF, Enrique. *Espacio, lugar y tiempo*: la reapropiación cultural de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental. IN: DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: teoria e metodologia em meio ambiente e desenvolvimento. Curitiba: Editora da UFPR, n. 1, 2000, p.62.

¹⁷⁰ Esta definição de um saber tradicional como aquele das comunidades indígenas e caiçaras é compartilhado por autores como Diegues, Berkes, Feeny entre outros.

¹⁷¹ BERKES, Fikret. *Sacred ecology*: traditional ecological knowledge and resource management. Philadelphia: Taylor & Francis, 1999, p.8.

(...) a cumulative body of knowledge, practice, and belief, evolving by adaptative processes and handed down through generations by cultural transmission, about the relationship of living beings (including humans) with another and with their environment¹⁷².

Analisando a partir do conceito proposto pelo autor, o saber tradicional se caracteriza por um saber de origem prática, transmitido culturalmente. O autor ainda aponta que um saber tradicional não é uma adesão inflexível ao passado, mas que significa experiência acumulada ao longo do tempo na relação com o meio. Entretanto, o próprio autor utiliza o termo saber tradicional para designar apenas as populações indígenas, chamando de conhecimento local o que considera saberes mais recentes.

Diegues¹⁷³ também problematiza a questão das populações tradicionais, afirmando que são caracterizadas por:

(...) um modo de vida particular (...) um conhecimento aprofundado dos ciclos naturais que reflete na elaboração de sistemas de manejo, carregados de conhecimentos e tecnologias patrimoniais; pelo pertencer e apropriar-se de um território onde os grupos sociais se reproduzem econômica, social e simbolicamente, por várias gerações (...) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadoria indique a vinculação com o mercado local e regional (...) pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco e compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais, pela importância atribuída às simbologias (...) pela reduzida divisão técnica e social do trabalho; pelo fraco poder político, em mão de classes urbanas, em geral associadas à comercialização da produção local; pela identidade cultural do grupo.

Ao tomar como referência esta posição de Diegues, apesar de em alguns outros momentos a posição de Diegues também caminhar no sentido de identificar populações tradicionais com os caiçaras e indígenas, os agricultores familiares, dependendo de sua relação com a técnica, podem ser considerados populações tradicionais. A legislação, tanto em âmbito federal quanto estadual, como visto no capítulo 3, várias vezes refere-se aos agricultores familiares como populações

¹⁷² (...) um corpo de saber cumulativo, prático, e crenças, evoluindo por processos adaptativos e legado para as gerações por transmissão cultural, sobre a relação dos seres vivos (incluindo humanos) com outros e com seu ambiente.

¹⁷³ DIEGUES, A. *op.cit*, p.

tradicionais, limitando-os a aqueles que tem descendência na região e que tem propriedades até 30ha. É importante destacar, contudo, que o agricultor familiar possui relações muito distintas destas populações que têm sido comumente identificadas como tradicionais. Ou seja, o agricultor se relaciona mais intensamente com o mercado e é mais susceptível a mudanças e inovações que estas comunidades. Novamente aqui pode-se retomar os argumentos de Mendras¹⁷⁴, que propõe que os camponeses (e aqui destaca-se novamente a permanência de determinadas características camponesas no agricultor familiar):

(...) desde que os camponeses observem a lógica e as vantagens de uma nova organização de seu trabalho e de sua vida, e que tenham à sua disposição os meios de realizá-la, eles o fazem e mudam muito rapidamente seu modo de ver e de pensar em função dessa lógica nova. Sua agilidade para compreender e utilizar as regras do novo jogo confunde o observador acostumado a analisar as molas e a racionalidade da rotina camponesa.

A questão que se coloca é que os agricultores familiares podem ter relações diversas com a técnica e com as inovações, muitas vezes adequando-se a elas com muito mais facilidade do que populações indígenas, caiçaras, caboclas, quilombolas e outras que são consideradas tradicionais, e isto pode ser muito menos relativo a uma *destradicionalização*, do que a própria forma de funcionamento da agricultura familiar. Isto porque uma inovação para os agricultores familiares é aceita, de acordo com Mendras, na medida em que não ponha em causa o sistema técnico e o social, seja agregando-se ao sistema sem integrá-lo ou integrando-o de forma a aperfeiçoá-lo. Isto significa dizer que a inovação e a mudança não correspondem necessariamente a uma perda das características tradicionais, mas sim que é característico uma fácil adaptabilidade à mudança. Se o “nós” da comunidade referida não é camponês, pois o próprio Mendras decretou o fim da “sociedade camponesa” pela inserção deste em um “sistema agroalimentar” e uma conseqüente perda de autonomia, ao qual se sucedeu o “agricultor”, ele é o do “colono”, que delimita claramente os “de dentro” da comunidade e os “de fora” da comunidade, que traz em si os valores camponeses e engendra um sentimento de pertencimento.

A questão da tradicionalidade das práticas dos agricultores familiares é, portanto, fundamental, e para tal reconhecimento é necessário compreender que a

¹⁷⁴ MENDRAS, Henri. op. cit, p.198.

tradição não implica em práticas congeladas no tempo, mas sim uma referência ao passado na definição do presente e na elaboração do futuro, como bem aponta Giddens¹⁷⁵:

(...) a tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente. Mas evidentemente, em certo sentido e em qualquer medida, a tradição diz também respeito ao futuro, pois as práticas estabelecidas são utilizadas como uma maneira de se organizar o tempo futuro. O futuro é modelado sem que se tenha a necessidade de esculpi-lo como um território separado.

Entretanto, à medida que a agricultura se modernizou e impeliu os agricultores familiares a se inserirem no mercado, as atividades produtivas rurais também se viram obrigadas a atender determinadas demandas do mercado, como a garantia de quantidades de abastecimento e qualidade, muitas vezes reduzidas à aparência, do produto. Para tanto, os agricultores passaram, a partir da década de 1970, por inúmeros cursos de capacitação oferecidos pelos órgãos de assistência ao agricultor familiar, incentivados a adquirir os pacotes tecnológicos, com sementes, maquinários e insumos. Nesta medida, há o primeiro patamar de colonização do mundo da vida do agricultor, ao qual os agricultores parecem ter aderido, pois um dos pontos questionados aos agricultores dizia respeito aos insumos utilizados na produção, ao qual apenas dois afirmaram não utilizar defensivos e adubos químicos e realizar uma agricultura orgânica.

Segundo os agricultores, os herbicidas e pesticidas auxiliam o agricultor, pois diminuem a penosidade do trabalho, e crêem que sem a utilização não há espaço para o produto no mercado. Esta é uma das principais preocupações dos agricultores no que diz respeito a novos bloqueios que possam vir a ser impostos com a implementação da APA, principalmente por parte dos bananicultores, que os utilizam mais intensivamente.

¹⁷⁵ GIDDENS, Anthony. *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. IN: _____. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p.80.

Que nem se corta, que nem a gente usa, pra passar óleo na banana, se não passar, tu não colhe mais nada né, só que não prejudica minha água, a gente toma essa água direto, a gente pode passar e já tomar a água que não prejudica, que é só pra folha¹⁷⁶.

É, dificuldades surgiram, mas de momento ainda não, mas pelo que a gente escuta vai amarrar um pouco a gente, a gente não vai poder cuidar da nossa plantação como a gente gostaria. Vai ser difícil manter na região, a nossa produção como a gente gostaria, porque dizem que a gente não vai poder usar os óleos¹⁷⁷.

Assim sendo, apesar de aderirem, por exemplo, à capina química – esta talvez seja a principal alteração no processo produtivo dos agricultores da região com o processo de modernização, já que a mecanização é baixa devido às características acidentadas do relevo – muitas características que foram estabelecidas ainda no início da colonização, na formação de uma agricultura mista entre um modelo europeu camponês e um modelo indígena, ainda permanecem.

Todos os agricultores afirmam ter diminuído muito as aplicações destes produtos nos últimos anos, mas o fator fundamental, mais do que a preocupação com o meio ambiente em si e com as limitações impostas pela APA, é o alto custo destes produtos atualmente, somado a descapitalização destes agricultores, que em grande parte não utiliza nenhum tipo de crédito, pois não se sentem seguros com a lógica bancária, apesar das propagadas facilidades para acesso ao crédito pelo Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF. Três dos entrevistados afirmaram terem tentado ter acesso ao crédito, mas não conseguiram devido ao número excessivo de exigências e a falta de apoio para a elaboração do projeto necessário para a linha de custeio, enquanto para a linha de infra-estrutura são necessárias garantias.

(...) você vai no Banco do Brasil fazer um financiamento, tem de monte, você chega lá não consegue fazer um financiamento. Pra fazer tem que hipotecar sua propriedade pra conseguir tirar 15, 18 mil, tem que fazer uma hipoteca.¹⁷⁸

Com relação à forma de produzir, todos afirmaram que de modo geral não a modificaram com a criação da APA, queixaram-se porém de não poderem abrir

¹⁷⁶ M.E, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T. em 21/03/2006.

¹⁷⁷ E.B., agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N. T em 23/03/2006.

¹⁷⁸ J.Z, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N. T em 24/10/2005.

novas áreas de produção na propriedade, pois a medida que a vegetação cresce e atinge um estágio médio de regeneração não é mais permitida a limpeza da área para o plantio.

O palmitero juçara (*euterpe edulis*), nativo da região teve seu corte também regulamentado, como visto no capítulo 4. Apesar de permitido o cultivo, se adequado às normas e possuir o projeto, os agricultores da região, com a exceção de um deles, queixam-se da falta de apoio para a elaboração dos projetos, sendo necessário contratar um agrônomo, devendo o projeto ser encaminhado ao IBAMA ou a FATMA, bem como do alto custo da licença, que inviabiliza a produção do palmitero nativo. Em contrapartida, o palmitero pupunha, que é exótico, pode ser plantado e cortado sem restrições, sendo inclusive incentivado pelos órgãos de assistência, que promoveram Dia de Campo e capacitação para os agricultores iniciarem esta atividade.

A proibição do corte do palmito, de acordo com os agricultores só beneficiou os ladrões. Segundo eles, quando o agricultor podia utilizar o palmito, sempre tinha, pois não era objetivo deles acabar com algo do que tiravam a renda e de que necessitavam. Com a proibição, aumentaram as ocorrências de roubo de palmito, gerando um grande descontentamento por parte dos agricultores, que concebem a lei como injusta.

Palmito a gente tinha, ai saiu a lei que não pode cortar mais daí limparam. Esse que era nosso problema, a gente de família, sempre preservar e deixar. A gente tinha tanto, no meio do pasto, era a coisa mais linda, a gente deixava crescer pra ficar bonito. Mas ai foram lá e limparam tudo. Aquelas cabeças que nós deixava. A lei só prejudica quem tem alguma coisa e tem residência fixa. O bandido pode estar aqui, pode estar em Canoinhas, ta no Paraná, e tu não, tu ta na propriedade, se tu aprontar qualquer uma ele já sabe onde tu ta, te cerca e acabou.¹⁷⁹

O ladrão sempre tem o direito pra cortar, os agricultores não podem nem pra comer. (...) plantar eu não plantei, porque os ladrões roubam, eu tenho umas cabeças ai no mato, mas a gente pra cortar tem que fazer igual a um bandido, porque se alguém vê já denuncia, daí sai mais caro que comprar né.¹⁸⁰

¹⁷⁹ O.P. agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 29/03/2006.

¹⁸⁰ V.P, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 21/03/2006.

Entretanto, há dispositivo legal, a Resolução Conama nº294/01, que permite aos agricultores que possuem propriedades de até 30ha retirar o palmito, necessitando de Requerimento de Corte Seletivo no caso em que ultrapassar duas mil cabeças anuais em área de floresta de 15ha, quantidade para a qual é necessária apenas a Solicitação Simples -SS. Apesar da SS ser mais acessível, pois não necessita de projeto detalhado, nela também há a necessidade de um responsável técnico. Para os três casos, Manejo Florestal Sustentável, Requerimento de Corte Seletivo ou Solicitação Simples há a exigência por parte da FATMA, como se vê na Instrução Normativa 35 que se refere especificamente ao manejo do palmitero, que o proprietário esteja dentro dos padrões que impõe a legislação ambiental no que se refere às APP's e a Averbação da Reserva Legal, o que por si só já é um impedimento a realização da exploração do palmitero, haja vista que grande parte das propriedades não possuem reserva legal averbada e devido as características hidrográficas da região poucas encontram-se totalmente adequadas ao Código Florestal no que diz respeito as APP's, fato que ainda aguarda resolução do ponto de vista legal.

O roubo do palmito, como apontam os agricultores, é feito por estes novos moradores da região, grande parte oriunda de regiões do interior do Paraná, que possuem terras muito pequenas e que não fazem nenhuma atividade produtiva, nem mesmo hortas, sendo comum na região também o roubo da produção – aipim, banana, cana, milho. De acordo com os agricultores da região do Quiriri, muitos dos ladrões vêm pelo “Picadão”, uma trilha muito utilizada por caçadores, que liga a região do Quiriri a áreas no Alto da Serra já no estado do Paraná.

A questão do corte da madeira, como já afirmado, é a principal fonte de queixas, já que o uso era tradicional dentro das propriedades. De modo geral, os agricultores reconhecem que a exploração comercial da madeira, com o atual padrão de degradação do ambiente local não é mais viável, mas têm uma posição fortemente contestadora no que diz respeito às dificuldades de utilizar os recursos da propriedade para reformas de casas e ranchos ou para a construção de casas para os filhos. Entretanto, como citado no capítulo 4, a lei permite a retirada de até 15 m³. Por que então há tanta dificuldade por parte dos agricultores para conseguir esta permissão? Novamente aqui figuram as exigências do cumprimento do imposto no Código Florestal com relação as APP's e Reserva Legal, além da exigência, tanto

para árvores caídas por ação da natureza quanto para corte dos 15m³, de projetos técnicos, incluindo relatório final a ser entregue, bem como de publicação em periódicos dos extratos das autorizações, e somente após a publicação é concedida a licença.

Essas restrições, apesar de trazerem transtornos ao agricultor familiar, não são totalmente arbitrárias, à medida que mesmo os agricultores reconhecem que havia necessidade de se controlar a degradação da região. Entretanto, por ser imposta de forma vertical, sem discussão prévia com os agricultores, até mesmo porque trata-se em grande parte de legislação federal, decidida de forma muito distante da realidade destes agricultores, ela carece de legitimidade. Por outro lado, a distância dos órgãos ambientais para onde devem ser encaminhados os pedidos também é um fator que dificulta a realização, já que o cotidiano da atividade agrícola cria empecilhos para a busca do agricultor por esta permissão.

6.1.1 Reações não-políticas dos agricultores familiares ao processo de juridicização

Um dos fatos que mais se destacou durante a pesquisa foi o efeito contrário que estas leis acabam criando – por um lado, os agricultores não podem deixar a vegetação crescer em áreas que não estão utilizando naquele momento, pois se ela alcançar um estágio médio de regeneração já não poderá mais ser cortada. Em vários lugares dentro da APA há áreas de pastagem que não são mais utilizadas, já que houve um declínio desta atividade na região, mas os agricultores mantêm as terras limpas, pois pensam em dar um outro uso futuro para a terra. Ao não permitir o crescimento da vegetação, a terra fica mais exposta e o solo perde em fertilidade, o que implicará numa posterior necessidade de maior adubação, feita muitas vezes quimicamente. Com as dificuldades geradas, acaba-se criando um ressentimento por parte dos agricultores, e gerando atitudes contrárias ao objetivo de conservação dos recursos naturais. A fala de um dos agricultores exemplifica esta afirmação:

Porque hoje, nossos netos, nós temos que educar diferente. Antigamente, quando era para fazer uma casa pro filho, o sogro, o pai, o que fosse se ajuntava e ia lá no mato para ver que madeira ia tirar, madeira madura,

madeira escolhida para fazer uma casa decente, uma casa de madeira boa, já naquele tempo o pessoal tinha essa mentalidade, para cuidar, sem cortar tudo. E o que aconteceu hoje? Hoje então nós temos que pegar nosso neto, quando tem uma arvorezinha desse tamanho assim, manda ele cortar, porque depois ela bota ele na cadeia, essa árvore vai bota o neto na cadeia, porque depois ele vai cortar quando ela tá maior, a polícia vem ali e vai botar ele na cadeia, porque ele cortou aquela árvore. O que nós preservava, nós tinha educação, hoje mudou. Porque tu não pode mais deixar a arvorezinha, porque ninguém vem te dar apoio pra tu deixar ela, você vai dizer, o senhor pode deixar esse mato lá que alguém vai te dar, como é que se diz, um recurso pra preservar. Agora preservar sem ganhar nada não é possível né, sobreviver numa área¹⁸¹.

Esta pode ser considerada como a *primeira* forma de reação dos agricultores familiares, considerada como estratégia de *resistência*, que se aproxima do que Scott¹⁸² chama de “formas cotidianas de resistência”, ou seja, uma reação que não se dá na esfera política, que não é levada à arena pública, mas que é realizada por cada agricultor individualmente, no âmbito mesmo da lógica familiar. Isto parece bastante pertinente para esta pesquisa, já que apesar de se iniciar um processo de transformação do agricultor em ator, figurando na arena pública, as principais formas de reações se dão muito mais no âmbito das alternativas e formas de manejar sua propriedade. Como os agricultores são proprietários, difere-se um pouco das formas apontadas por Scott, como “fazer corpo mole, saques”, mas têm em comum com estas formas o fato de “requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual, evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite”¹⁸³.

Assim, se a luta contra impostos, os incêndios provocados propositalmente, o saque eram armas de luta de camponeses desprovidos da propriedade da terra, no caso dos agricultores familiares joinvilenses, as formas de resistência cotidianas, que não se processam na arena política são aquelas que dizem respeito a formas de *burlar* a legislação, evitando que a vegetação se regenere, ou ainda plantando espécies que não podem ser livremente cortadas, como o palmiteiro, em áreas mais aos fundos da propriedade para que não seja observada pelos vizinhos. É

¹⁸¹ J.Z, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 24/10/2005.

¹⁸² SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: *Raízes*. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, vol.21, nº 01, jan/jun 2002.

¹⁸³ SCOTT, op.cit, p.12.

importante destacar que não é o *furto* do palmito nativo retirado da floresta, como apresentado por Zanoni¹⁸⁴, mas sim o plantio da espécie em áreas mais escondidas dentro da propriedade para que na hora do corte as autoridades não identifiquem, e para que os vizinhos (em geral moradores e não agricultores) não o denunciem. Este corte é realizado no período noturno, e o palmito levado às agroindústrias existentes em municípios vizinhos por estradas do interior, onde não há fiscalização. Mesmo em casos onde o palmito é plantado e utilizado apenas para auto-consumo, o corte tem que ser realizado no período noturno.

Muitos destes palmiteiros cortados de forma *clandestina* pelos agricultores foram plantados por incentivo do governo estadual, por meio de um projeto chamado Florestar Palmito. De acordo com os agricultores, foram incentivados a plantarem o palmito nativo, para o qual iriam receber um valor de R\$ 600,00 por hectare plantado. Entretanto, muitos não receberam os recursos do palmito plantado, e ao buscarem informações sobre o corte, descobriram que teriam que pagar as licenças exigidas pela legislação ao IBAMA, o que acabou gerando este processo.

Que veio essa ordem do palmito agora né, pra plantar tudo em linha. Isso era pra ter um fundo perdido que veio, o governo do Estado disse que ia dar um fundo perdido pro pequeno agricultor plantar tudo em linha, pra fazer as sementes, fazer uma mão de obra, isso foi implantado, o governo do estado veio em Joinville e falou na nossa frente, o Luiz Henrique. Era um fundo perdido pra ajudar o pequeno agricultor, 600 reais por hectare, todo mundo se infruiu, fez um monte de palmito, eu fui um que fiz, plantei, até hoje não veio dinheiro. E o dinheiro tinha vindo, 35 mil reais, pra Pirabeiraba, onde tá esse dinheiro? Então eu digo, eles não querem ajudar o agricultor. (J.Z, agricultor)

Uma *segunda* ação realizada pelos agricultores foi *lotear* suas propriedades, vendendo partes para pessoas do meio urbano interessadas em sítios na região, ou ainda para estes novos moradores que vieram de regiões do Paraná, ação esta que gerou muitos conflitos entre os próprios agricultores, já que criou situações de *furto* dos palmitos e da produção, aumentou a circulação de ônibus, criando problemas com a conservação das estradas e poeira, alguns casos de violência, invasão de residências e roubo e até mesmo situações de ameaças para aqueles agricultores que não possuem as escrituras das terras, como no caso de alguns que residem na

¹⁸⁴ ZANONI, Magda et al. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. IN: Desenvolvimento e meio ambiente. Curitiba: Editora da UFPR, nº 2, jul/dez 2000, p.39-55.

região do Alto Quiriri, onde as terras ainda precisam ser regularizadas. Essa forma de reação, que também não se inscreve na arena pública teve também várias consequências para a própria conservação dos recursos naturais da região. Esta vinda de pessoas para residirem na região de forma irregular é muito criticada pelos agricultores, gerando um sentimento de “fracasso”, nos dizeres de um dos agricultores.

Sabe, uma coisa muito triste que eles deixaram, morar tanta gente pra cá né, praticamente lotearam. Isso não podia acontecer, é irregular. E ainda vem, continua vindo, tão entrando gente, mudanças, a noite e final de semana, ninguém controla isso. E a gente não conhece as pessoas, a gente agricultor se sente fracassado¹⁸⁵.

Como acontece o parcelamento¹⁸⁶ excessivo do solo, aumenta-se a pressão sobre todos os recursos naturais, em especial sobre a floresta e a água, além da questão do lançamento dos efluentes destas unidades de habitação familiares, que é quase totalmente realizada nos rios da região, em áreas que estão à montante da captação, já que o projeto de saneamento rural realizado pela Prefeitura Municipal por intermédio da Fundação 25 de Julho deu preferência aos agricultores familiares, apesar de outros moradores também terem recebido-a. As ocupações irregulares, entretanto, não receberam, até mesmo porque não há respaldo legal para isso. Mais uma vez, as dificuldades de reprodução do agricultor familiar acabam gerando um efeito reverso à conservação dos recursos naturais.

Uma *terceira* ação realizada pelos agricultores familiares frente às dificuldades de se reproduzirem, somada as dificuldades emanadas de sua inserção no mercado e da produção devido às restrições legais é a busca de emprego no meio urbano em tempo parcial. Se a indústria era a princípio o maior local de emprego, hoje, como o Distrito de Pirabeiraba, núcleo de serviços urbano (bancos, farmácias, mercados e serviços em geral) mais próximo tem crescido, com a busca de moradores do centro de Joinville pela localidade para residência por ainda ser um local mais calmo, como menor criminalidade, têm-se aberto vagas nestes setores, muito procurado pelos jovens. Assim, configura-se uma propriedade onde os pais

¹⁸⁵ A.P.V. agricultora. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 19/11/5005.

¹⁸⁶ No meio rural não é permitido parcelamento, mas como a divisão é irregular e muitas vezes em lotes menores ao módulo rural da região, 2 hectares, optou-se por essa terminologia.

trabalham na agricultura em tempo permanente, enquanto os jovens trabalham nestes setores em tempo parcial, dedicando-se a outra parte do tempo a ajudar os pais nas atividades agropecuárias.

Fato relevante é que na região não há fazendeiros, não há competição ou conflitos entre fazendeiros e agricultores familiares. As propriedades maiores produzem arroz nas áreas planas no baixo curso do Cubatão ou na região do Piraí, não gerando assim situações conflitantes entre pequenos e grandes proprietários. As formas de resistência se dirigem justamente às próprias ações do poder público, às medidas proibitivas da utilização habitual que os agricultores faziam de suas propriedades.

Ao se criar vários entraves para a utilização da madeira da floresta nativa, ou melhor, por não se incentivar um uso sustentável da floresta, os agricultores são estimulados a plantar espécies exóticas como o *pinus sp*, que aparecem como uma *quarta ação*, para poderem ter madeira para utilizar na propriedade quando necessário, o que implica numa disseminação de espécies exóticas onde o objetivo era a conservação da floresta, que pode levar inclusive a contaminação biológica, como afirma a presidente do CCJ¹⁸⁷, já que a dispersão das sementes é feita pelo vento, apesar disto ainda ser um ponto controverso, já que o técnico da FUNDEMA, engenheiro florestal, afirma que não há nenhum problema em relação ao plantio das exóticas, e os estudos do CCJ, apresentados do PDRH indicam uma necessidade de maiores estudos sobre a utilização destas espécies na região.

Pode-se apontar ainda como *quinta ação*, no que diz respeito a formas não políticas de reação dos agricultores, a diversificação da produção, com espécies de palmeiras exóticas como a *pupunha*, *açaí*, e *palmeira real*. Como há um viveirista de pupunha na Estrada Quiriri, que tomou a iniciativa de realizar uma parceria com o Banco do Brasil por intermédio do PRONAF e uma ONG, formulando um projeto intitulado Ouro Branco, os agricultores vêm lentamente aderindo a esta cultura, que apresenta a facilidade por ser uma planta que perfilha, diferentemente do palmito juçara, o que permite que seja utilizada por vários anos sem necessidade de replantio, o que significa dizer que o solo ficará sempre protegido. Entretanto, é uma espécie exótica, e muitos agricultores não aderiram, pois afirmam que seu sabor não possui as mesmas qualidades da espécie nativa.

¹⁸⁷ M.L.G, presidente do CCJ.

A gente tenta mudar sempre, onde tinha banana a gente tenta reflorestar com palmeira, tenta pra ver se recompensa o que foi perdido. Palmeira pupunha, palmeira real, até palmito mesmo, a gente tenta pra depois tentar vender. (J.A.F, agricultor)

A floricultura é também uma prática que vem sendo adotada na região como alternativa as dificuldades de reprodução da agricultura, pois, como afirma um dos agricultores que vem adotando esta prática, não necessita de área muito extensa, reproduz-se muito bem no sistema de plasticultura (plantio realizado sob as lonas plásticas transparentes), e gera um bom retorno financeiro em curto prazo. O estabelecimento de um comércio específico de flores na região, a Mercaflor, tem estimulado os agricultores a se inserirem nesta atividade. Outra atividade que vem se desenvolvendo lentamente na região, mas com bom resultados do ponto de vista econômico, é a apicultura.

Pode-se dizer, de modo geral, que estas questões relativas às culturas, a forma de produzir e a utilização dos recursos florestais realizadas pelos agricultores ainda não foram adequadamente tematizadas na arena pública local, apesar de serem leis federais e estaduais que a regulamentam, já que é no Conselho Gestor da APA que deveriam aparecer com mais força, e pode-se atribuir a isto as formas de reação a esta forma de colonização do mundo vida, que diz respeito a juridicização do acesso aos recursos florestais especificamente, serem mais voltadas às formas cotidianas de resistência, com mudanças e alternativas buscadas individualmente, do que um processo de discussão pública.

Deve-se destacar também que a não-tematização das práticas produtivas dos agricultores na arena pública também encontra respaldo na ação dos próprios órgãos de assistência e capacitação dos agricultores familiares, que continuam atuando num sentido convencional de modernização da agricultura, apesar de poucas e incipientes iniciativas em busca de uma agricultura ecológica que começam a surgir. Estas questões estão sendo discutidas em conjunto com a questão dos recursos hídricos, esta sim com muita visibilidade na arena pública, como será visto a seguir.

6.2 USOS CONFLITANTES E RECURSOS HÍDRICOS

Considerando que a área de estudo é caracterizada pela pequena propriedade, a maior parte das autorizações necessárias devem passar pela FUNDEMA, com exceção dos empreendimentos de grande porte, que são licenciados pela FATMA, e por ser a FUNDEMA a executora da regulamentação da APA Dona Francisca, optou-se por enfatizar seu papel e suas ações e representações sobre os agricultores familiares residentes na região, destacando porém as divergências e clivagens nas concepções e entendimentos entre FUNDEMA e FATMA, que são os órgãos responsáveis pelos processo de licenciamento. Os conflitos relacionados a esta temática são do tipo legal, de interesse e institucional, como se poderá observar.

A Fundema atua na região da APA com a incumbência de ser o órgão que deve alavancar o processo de gestão, bem como nas requisições de corte de vegetação, discutidos no item anterior. Atua ainda dando parecer, que é solicitado pela Secretaria de Infra-estrutura - SEINFRA, nos casos de construção ou reformas, ou ainda nos casos de realização de atividades que necessitem de licença ou alvará. Estas licenças e pareceres são constantemente um grande impulsionador de conflitos entre o órgão e a população local, já que a FUNDEMA, como órgão público, deve atuar dentro do princípio da legalidade.

Muitas vezes o morador quer reformar sua residência de forma legal, e ao procurar a SEINFRA acaba por ter inviabilizada esta reforma, já que a residência ocupa as faixas de APP. Algumas vezes, como afirma o diretor da Fundema, autoriza-se alguma pequena melhoria nos casos em que casa está com risco estrutural, para não deixar as pessoas desabrigadas, mas é intolerável do ponto de vista legal aumentar a vida útil ou ampliar o imóvel.

Outra atividade que a FUNDEMA deve executar é dar parecer nos casos de ligações de luz na região, o que é outra fonte constante de conflitos, já que a FUNDEMA não pode autorizar as ligações em áreas de APP's, e é comum a construção de residência nestas áreas, já que a região é densamente irrigada. Existem os casos nos quais as construções são feitas de forma irregular, sem autorização da SEINFRA, mas também casos em que os moradores decidem fazer melhorias na casa e desligam a ligação antiga de energia para fazerem outra mais adequada, e ao irem solicitar esta religação acabam por não conseguir, sendo que

muitas vezes são residências antigas, anteriores até a determinação dos 30 metros das APP's, o que gera uma situação difícil também para os técnicos, que compreendem a situação dos moradores, mas devem atuar dentro dos limites legais.

Essa é uma questão controversa, pois até 1986, com a nova redação dada pela lei 7.511, o texto da lei 4.771/65 previa as faixas de APP's com apenas 5 metros ou metade da largura do rio, aplicando-se o que resultasse em maior área. De acordo com técnica¹⁸⁸ da FATMA as edificações construídas até esta data podem ser reformadas, melhoradas, e em alguns casos até aumentada a área útil, contanto que seja no sentido vertical e não horizontal. Entretanto, a FUNDEMA parece não seguir o mesmo princípio, pois o diretor afirma que “tornar a edificação de alvenaria, ou ampliá-la, ou ampliar sua vida útil, não é tolerável”. De acordo com a técnica da FATMA, a FUNDEMA aplica o Código Florestal, mas nem sempre atua no mesmo sentido na área urbana, o que também é percebido pelos moradores da área rural que afirmam que no meio urbano existe uma facilidade muito maior para conseguir as autorizações.

Cabe ressaltar que o Código Florestal não diferencia área urbana ou área rural para a aplicação das limitações, ou seja, as APP's das margens dos rios também deveriam ser respeitadas no meio urbano, o que não se verifica, inclusive para muitos prédios públicos, que estão situados em APP's. O Código Florestal possibilita a supressão de APP's no meio urbano, mas define que para tal é necessário o município possuir um Plano Diretor e um Conselho de Meio Ambiente. Joinville possui o Conselho de Meio Ambiente, mas seu Plano Diretor ainda está em elaboração, e como afirma Machado¹⁸⁹, não basta possuir Plano Diretor, é necessário que nele conste procedimentos de supressão, e que o Conselho não seja meramente figurativo, ou seja, possua um papel ativo na decisão da supressão das APP's urbanas.

De acordo com parecer elaborado pela Procuradoria Jurídica da FATMA¹⁹⁰, as edificações que se encontram nas áreas de APP's, mas que foram construídas antes de 1986, têm *direito adquirido* de permanecer no local, contanto que não resulte em maior degradação do meio ambiente. Ou seja, se a edificação no local não significar um impacto contínuo ao meio ambiente, o proprietário tem o direito de

¹⁸⁸ M.B.M, engenheira sanitária da FATMA. Entrevista concedida em 01/10/2006.

¹⁸⁹ MACHADO, *op.cit*, p. 724.

¹⁹⁰ FATMA. Parecer jurídico nº 44/2005. Uso das APP ao longo do tempo. Rode Anélia Martins.

permanecer no local, fazendo ainda o uso que melhor julgar, desde que, repetindo, não implique em maior degradação. Isto porque, na época da construção estavam dentro da legalidade, não incorrendo em crime. Neste sentido, percebe-se claramente que existe um interesse por parte da FUNDEMA, ainda que não declarado, em criar uma certa resistência contra a ocupação destas APP's. Diz o parecer¹⁹¹:

Tem **direito adquirido** a permanecer no local que hoje é considerada APP todo aquele que à época de sua instalação não estava ilegal, exatamente porque não se tratava de APP. (...) Todavia, esta permanência não poderá implicar danos à saúde ou ao meio ambiente, porquanto ninguém tem direito adquirido de continuar a produzir tais danos.

O parecer afirma que ainda tenha sido a construção feita de modo irregular à época, isto não é suficiente para afastar o direito adquirido, ou seja, mesmo que as construções não tenham alvará e licença da prefeitura, ainda assim é possível garantir o direito adquirido, desde que a situação seja passível de regularização. Não há direito adquirido nos casos onde a edificação se instalou na ilegalidade na época, ou seja, dentro das APP's consideradas no momento da construção – 5 metros ou metade da largura do rio. O parecer ainda trata da questão das reformas, afirmando que:

Em havendo o reconhecimento de que a construção se encontra protegida pelo instituto do direito adquirido, tem o proprietário o inextinguível direito de mantê-lo em consonância com seus propósitos, ou seja, de praticar atos de manutenção e reforma, jamais de ampliação.

Percebe-se, portanto, que na concepção emanada da procuradoria jurídica do órgão estadual de proteção ao meio ambiente existe o direito do proprietário de melhorar sua construção, reformá-la e lhe dar o uso mais apropriado, diferentemente do que foi exposto pelo diretor da FUNDEMA, que considera inviável tais atividades. Não cabe ao intérprete da lei criar distinção onde a lei não o faz, portanto, até que a APA emane suas próprias restrições, o que é possível do ponto de vista legal, a FUNDEMA não poderia impedir aos moradores da localidade em realizar melhorias em suas residências, contanto que elas estivessem dentro da legalidade na época da construção. O que não é permitido é dar continuidade às atividades produtivas

¹⁹¹ FATMA. *Parecer jurídico nº44/2005*. Uso das APP's ao longo do tempo. Rode Anélia Martins.

agrícolas nas áreas de APP's, que devem ser substituídas pela vegetação nativa, seja por simplesmente deixar de praticar e permitir a revegetação natural, ou mesmo por processo de restauração da área, já que não são atividades perenes e a propriedade deve cumprir sua função ambiental, como postula a Constituição.

Neste ponto encontra-se um elemento pertinente para esta discussão. De acordo com o diretor da FUNDEMA, deve-se levar em consideração que a maioria da população vive no meio urbano, e que por isso seus interesses, querendo ou não, devem prevalecer, e que eles sofrem muita pressão das ONG's – em especial da ONG Vida Verde, no que diz respeito a preservação do meio ambiente no meio rural.

(...) porque existe toda uma pressão em cima da gente, de quem tá aqui, principalmente de ONG's, as vezes até exagera, mas a gente tem que reconhecer que tem razão, então aquilo ali nós vamos ter que conviver, e aquelas atividades que forem consideradas nocivas mesmo, elas vão acabar, é uma questão de tempo. Existe são limites que podem ter mesmo uma, o que a comunidade quer, é chato a gente falar, mas a maioria tá aqui, não tá lá, mas não se quer, de forma alguma, se quer uma harmonia, mas pra isso ser verdadeiro tem que mudar um pouco modus operandi desse pessoal ao longo do tempo, porque a gente olhando, grosso modo, falta levantamento, é impactante, a própria agricultura, a gente olha de cima não tem mais vegetação nessa bacia naquela área plana, foram ao longo do tempo espremendo. (E.S, diretor da FUNDEMA)

A pressão feita pelas ONG's para a preservação do meio ambiente na área rural é reconhecida também pelos agricultores, que acabam criando uma aversão ao trabalho e um ressentimento contra estas ONG's, que segundo eles só vêem o lado de quem mora na cidade, pois não sabem o modo de funcionamento do mundo rural e também não procuram contribuir com trabalhos e projetos para estas comunidades.

Essas ONG's acho que vieram mais pra atrapalhar do que pra orientar, acho que são umas quarenta aqui em Joinville, uma que eu sei é aquela Vida Verde, essa eu acho que é a mais forte, tudo o que se escuta é ONG, ONG, ONG do meio ambiente, ONG daquilo, mas eles só pensam em preservar, não pensam em ajudar, então esse pessoal que são das ONG's que tão pensando em preservar, eles venham trabalhar na agricultura uma semana pra sobreviver, eu me mantenho uma semana fora daqui, eu deixo tudo aqui, mas eu quero ver os caras colher numa semana, fazer tudo no meio ambiente aqui, será que ele vai sobreviver? (...) Então tem todo esse lado aí, então eles só pensam em dizer, vamos formar uma ONG que lá eles não tão preservando, mas não é bem assim, eles tem que começar a pensar um pouquinho na comida que cai no prato deles ali, eles não sabem, tem pessoas que pensam em preservar o meio ambiente, mas eles não sabem de onde vem a comida deles, eles só vejam aquilo ali em cima da mesa, mas eles não sabem as vezes de onde vem uma fruta, uma banana, um legume, eles não sabem, acham que dá em árvore, nem tudo dá em árvore,

tomara que desse, que daí a gente ia produzir só em árvore, aí ia deixar preservando tudo, até dinheiro daria em árvore e pronto, aí no fim a gente ia plantar só árvore, imagina que coisa linda nós colher uma mandioca num pé de árvore, ia ser lindo. (W.Q, agricultor)

Eles atrapalham. Eles podem até ajudar o meio ambiente, mas eles empurram tudo pra cima de nós, e isso que a gente acha errado e já deu muito bate-boca por causa disso, é que eles empurram tudo pra cima de nós, e se nós temos culpa o pessoal do centro também tem. (M.E, agricultor)

É um atraso de vida, sinceramente. Porque elas vem pra, eles que façam o dever de casa, depois nós fazemos o nosso, pra resumir em poucas palavras. Porque é fácil dizer, podia ser assim, dá pra fazer assim, enquanto que na minha eu não cuido. Tem aqueles ambientalistas que fazem parte dessas ONG's, que usam o meio ambiente para promoção pessoal, não abraçam a causa do meio ambiente¹⁹².

Alguns dos agricultores entrevistados não conhecem as ONG's que atuam na região, mas a grande maioria aponta, como visto acima, que o trabalho das ONG's, por ser essencialmente preservacionista, não visa discutir formas alternativas de manutenção do agricultor na propriedade, o que gera um sentimento de indignação nos agricultores, que percebem que no meio urbano há muito mais degradação do que a causada por eles, mas a qual os ambientalistas não reagem. A fala do agricultor que afirma que eles deveriam ver de onde vem a comida que eles comem explicita bem o sentimento de desvalorização gerado por esta confrontação com os ambientalistas.

ONG' como a Vida Verde, apesar de fazerem algumas ações como o Projeto de Revitalização do Rio do Braço, bem como praticamente a totalidade das ONG's que atuam na região, não possuem projetos que envolvam a discussão da compatibilização da conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento rural. Nas reuniões do CCJ, várias vezes as falas das ONG's confirmam a percepção dos agricultores, que as vêem como rivalizadoras de seus projetos de vida. É pertinente apontar que estas ONG's joinvilenses não têm origem em movimentos de esquerda e não atuam com mobilização e militância, estando mais próximo do tipo de ambientalismo que, de acordo com Ferreira¹⁹³, tem como característica o diálogo preferencial com o Estado e como conteúdo de proposta a eficiência na utilização

¹⁹² L.N. agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 09/11/2005.

¹⁹³ FERREIRA, L. C. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. IN: FERREIRA, L.C e VIOLA, E . (orgs). *Incertezas da sustentabilidade na globalização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

dos recursos, por meio da garantia técnico-científica, compreendendo os movimentos sociais tradicionais como refratários a questões que não sejam aquelas ligadas à esfera do trabalho e da produção.

O que parece ocorrer é que tanto os técnicos dos órgãos ambientais quanto os membros das ONG's têm origem urbana, e para eles o que interessa é proteger os mananciais, tendo uma visão negativa do agricultor familiar.

Para o diretor da FUNDEMA, compreender a lógica dos agricultores familiares da região é difícil para os técnicos, justamente porque moram e tem origem urbana. De acordo com ele, tiveram muita dificuldade em compreender porque os agricultores relutam tanto em pagar taxas que não considera tão elevadas, entre R\$100,00 e R\$ 200,00 para regularizar a situação da propriedade, bem como a resistência do agricultor em respeitar as matas ciliares. Como possuem propriedades que possuem em média 30 ha, com características que variam entre frente e fundos, mas que seguem um padrão geral de frente estreita – 100 ou 200 metros, e fundos extenso – 3000 ou 1500 metros, percebiam os técnicos com algo pouco significativo deixar 30 metros nas margens dos rios para as APP's.

Esse negócio pra nós, a gente trabalha mais na área urbana, foi difícil a gente entender o cara que tem uma propriedade de 300 metros, e 30 m pra um lado e pro outro, o cara talvez tenha uma perda de 10% da propriedade, a gente tinha uma idéia de que isso era um detalhe, mas na realidade não é. Mas isso é uma coisa que nós temos que trabalhar, porque mais uma vez é aquela coisa da legalidade. (E.S, diretor da Fundema)

Tem essa questão do relacionamento com as pessoas, que técnico em geral não é a pessoa ideal pra tratar com a comunidade, tem dificuldade, a gente acha que tudo é fácil, por exemplo aquela noção que eu te falei, trinta metros na área rural, como pode? E o problema realmente é complicado. Outra coisa que ficou clara é a noção de valores, por exemplo, pra você conseguir R\$ 100,00 na área rural, pro cidadão 100 reais é uma fortuna, você vai pagar 100 reais por ano pra ter uma situação assim. O cara não admite, pra nós aqui na área urbana se bobear você vai aqui, vai lá você gasta 100, e a gente tem essa lógica, 100 reais o cara paga pra regularizar a propriedade dele. Não ele não paga, ele não quer pagar, ele luta até o fim pra não pagar. Nisso que às vezes é difícil pra gente como técnico. (E.S, diretor da Fundema)

Esta diferença na compreensão da situação demonstra claramente um conflito entre as representações e lógicas dos agricultores e dos técnicos. Para o agricultor familiar, 10% da propriedade, somado a mais 20% da reserva legal que necessitará ser averbada significa uma perda da capacidade de produção de cerca

de 30%, o que de forma alguma é pouco significativo, seja para um trabalhador rural ou urbano. Entretanto, o olhar dos técnicos sobre a propriedade está mais próximo da compreensão dela como um sítio do que como uma propriedade produtiva. O que é 30 metros para cada lado para quem tem 300? Se colocado no aspecto econômico, entretanto, 60 metros em 300 significa 20% da propriedade do agricultor, para o exemplo de um rio que corte a propriedade em toda a sua extensão. Como foi destacado no capítulo 3, as propriedades da região chegam a possuir mais de 10 recursos hídricos, o que do ponto de vista da produção acarretaria numa perda total do potencial produtivo.

A questão dos impactos gerados pela agricultura na região é um outro fator relevante na concepção da FUNDEMA. De acordo com os representantes do órgão, é necessário levantar mais concretamente quais são os reais impactos do ponto de vista da contaminação por agrotóxicos do solo e dos recursos hídricos, quantos hectares existem de cada cultura e como cada uma delas tem impactado o meio ambiente local. Isto porque, a princípio, uma das diretrizes que vem norteando os planos para a região é a transformação da agricultura convencional para a orgânica ou agroecológica, apesar dos órgãos de capacitação ainda não agirem neste sentido, como será visto mais adiante. Os agricultores, contudo, têm reagido fortemente a esta diretriz, alguns afirmam inclusive que pagariam para os técnicos virem na propriedade e mostrar que é possível sobreviver com a agricultura orgânica na região. Esta reação tem trazido uma maior cautela por parte da FUNDEMA, que agora reconhece a necessidade de se realizarem estudos técnicos que demonstrem este quadro da região.

Primeiro, a ação de reconhecimento da situação do meio ambiente na região, primeiro mensurar os impactos reais que existem da agricultura, porque existe um certo, no ar, um sentimento de que de fato a agricultura lá praticada impacta, mas esse achar e ter, e quanto, o que a gente tá querendo é reconhecer isso de maneira técnica, lógica e irrefutável. (E.S. diretor da Fundema)

Essa posição que vem sendo adotada pela FUNDEMA é reflexo da pressão que os agricultores vêm fazendo sobre o poder público e que tem contribuído para a mudança de postura por parte dos técnicos. Esse é um dado que já foi levantado em

pesquisa¹⁹⁴ realizada anteriormente, no qual alguns líderes comunitários afirmaram que no início das atividades da Polícia Ambiental e da Fundema na região os trabalhos eram feitos de forma bastante impositiva, e que após esse período inicial de grande tensão iniciou-se um processo de mudança, refletindo numa postura mais aberta ao diálogo.

Entretanto, este processo ocorre de forma lenta, e ainda bastante controversa, havendo momentos de maior atividade e busca de entendimento e outros de maior distanciamento, como é verificado para o caso do Conselho Gestor, que foi formado em 2005 e realizadas duas reuniões onde ficou bastante evidente a grande dificuldade e a inexperiência da FUNDEMA em efetivar este processo, e que ficou paralisado durante todo o ano de 2006, no qual ocorreram decisões e avanços decididos de forma mais centralizada pela FUNDEMA.

Isto significa, em termos de categorias, que a postura da FUNDEMA era a princípio muito mais preservacionista¹⁹⁵, e que com as tensões geradas pela pressão da população, ela tem se aproximado de uma posição mais conservacionista, ou seja, de uma concepção baseada numa visão de que as áreas deveriam ser mantidas intactas e que os moradores eram uma ameaça a esta preservação, partindo para um entendimento de que as populações devem ser mantidas e inclusas no processo de conservação dos mananciais e florestas associadas.

Apesar desta abertura da FUNDEMA para uma compreensão mais conservacionista, o que também é de certa forma imposto pela própria legislação, já que o SNUC apresenta a obrigatoriedade da formação dos Conselhos Gestores da APA, a racionalidade dominante na ação do órgão permanece sendo a técnica-instrumental, com pouca abertura para o diálogo com os agentes de outras esferas que não possuam a mesma racionalidade. Apesar da declarada vontade de atender as demandas dos agricultores familiares, as ações realizadas ainda são incipientes de possuem um caráter bastante tecnicista.

Neste sentido, a ação da FUNDEMA tem uma facilidade muito maior de se aproximar do trabalho realizado pelo CCJ, que tem suporte da universidade onde o conhecimento produzido também é eminentemente técnico, do que um diálogo com

¹⁹⁴ Trabalho de conclusão de curso apresentado em julho de 2003 ao curso de Turismo com ênfase em meio ambiente do Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/IELUSC, intitulado *A contribuição da educação ambiental para o ecoturismo: estudo de caso das APA's Dona Francisca e Quiriri*.

¹⁹⁵ Conforme exposto no capítulo 4, como apresentado por DIEGUES, 1996.

os agricultores, que são reconhecidos como os agentes que mais causam degradação na região, como se percebe pela fala de um dos dirigentes da FUNDEMA, quando questionado sobre qual o principal problema ambiental da região:

A agressão de quem vive lá. Por mais surpreendente que possa parecer, por que acontece a agressão de quem vive lá. Na verdade quando a lei foi criada ela impôs restrições de uso a quem já vivia lá¹⁹⁶.

Outro dirigente também identifica a ação dos moradores como o principal fator de impacto:

O principal é da ocupação imprópria, e não irregular, que é clandestina, junto com algumas questões de mineração, isso não está ainda bem esclarecido ainda, tem algumas dificuldades aí, mas grosso modo pode dizer que a montante da captação faz 2 anos que a FUNDEMA não dá nenhuma licença nova, existe alguns ajustes internos de coisas anteriores, regularização, e no leito do rio só em casos críticos. (E.S, diretor da FUNDEMA)

Percebe-se que a questão da mineração também é apontada como um dos grandes fatores de degradação da APA, a qual vem sendo cada vez mais coibida na região, o que, contudo veio de forma lenta, já que até alcançar esta postura de impedimento da atividade aconteceram diversas intervenções que contribuíram significativamente para a degradação da bacia do Cubatão, com casos em que foi realizada a retirada excessiva de seixos rolados nos leitos dos rios, provocando um processo de rebaixamento do lençol freático, reconhecido por Gonçalves¹⁹⁷, em seu estudo sobre a bacia do Rio Cubatão, tendo inclusive causado a queda da ponte João Fleith, na Estrada do Pico, em 1999, ano em que foi paralisada a atividade de extração de seixos nos rios da região, já que, de acordo com dirigente da FUNDEMA, no Código Municipal do Meio Ambiente estipula-se a proibição de mineração à montante da captação.

A presidente do CCJ também aponta a mineração como a principal causadora de degradação do meio ambiente na região, afirmando que traz sérios problemas em sua configuração, passando de um vale estreito e fundo para um vale largo e raso.

¹⁹⁶ N.S, presidente da FUNDEMA. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T. em 04/05/2006.

¹⁹⁷ GONÇALVES, op.cit.

Agora um problema muito sério, que a gente tem um conflito muito sério é a mineração, a mineração a montante da captação de água traz problemas de turbidez na água do rio, traz problemas de configuração na calha do rio, e isso fatalmente em épocas de grandes precipitações pluviométricas interfere na carga de sedimentos, na velocidade da água do rio. Eu quando vim pra Joinville há praticamente vinte anos o rio Cubatão tinha um vale fundo e estreito, hoje o vale do rio tá largo e raso, e isso com certeza foi muita extração de seixo rolado dentro do rio, principalmente depois da cheia de 95, onde o rio ficou muito assoreado, foi tirado material demais, e justamente coincidiu com a época de duplicação da BR-101, que demandou material em grande quantidade e trouxe um problema muito sério. Com certeza, quando você rebaixa a calha do rio, ou mesmo quando você faz cavas de seixo rolado na planície do rio, e a água aflora, essa água taria indo pro leito do rio, e aí ela aflorando naqueles tanques de peixe, que acabam se constituindo depois da retirada do mineral, expõe essa água a evaporação, e antes ela tava guardada dentro do solo, e antes tinha uma floresta em cima, que ajuda a reter a água da chuva. Então tem, por mais que os mineradores digam que não, nós temos dados na literatura que diz que qualquer exposição que se faz no lençol freático você está desviando ele de alimentar o rio¹⁹⁸.

A percepção dos agricultores sobre a mineração é dividida. Aqueles que têm suas propriedades com divisas com os rios maiores, que inundam com certa regularidade, são a favor da realização da mineração, mas apenas para a manutenção do leito, e não para aprofundar demais, como foi feito entre 1995 e 1999.

Isso eu acho errado, porque eu não vou dizer, tirar quando tá sobrando, não como eles fizeram, porque eu to aqui perto do Cubatão desde sempre, eles diz porque tirar uma árvore diminui a água, mas a água diminuiu porque eles, como eu te falei, eles exageraram, chegaram no lençol freático, tem que sumir né, porque pe aquilo que isola a água, eles deviam tirar só que tava sobrando, mas não do jeito que fizeram, pra quem quiser ver eu vou lá mostrar, como o Cubatão era antes e como é agora, porque no meu terreno tem uma baixada, que antigamente sempre parava água lá, o vizinho pra baixo tirou saibro também, fez uma lagoa grande, agora a água tá uns três metros pro fundo no dele lá e o nosso tá tudo seco. (L.S, agricultor)

Algumas vezes, a mineração, com retirada de saibro nas propriedades, acaba por gerar conflito entre os vizinhos, já que a abertura destas cavas e posterior transformação em lagoas e tanques de peixe afeta os poços e nascentes das propriedades vizinhas, como visto neste depoimento, e este não foi o único caso citado, dentro de um universo relativamente pequeno utilizado nesta pesquisa.

¹⁹⁸ M.L.G, presidente do CCJ. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 10/10/2006.

Os vizinhos iam vender seixo pro Rudnick, outro vizinho de intermediário, não sei como, a pessoa que ia vender contou pra nós depois, aí eu corri atrás do Zabotti (*diretor da EPAGRI em Joinville*), porque eles iam abrir da estrada até o Cubatão, muitos metros de profundidade, ao nosso lado, o que ia ser do nosso terreno? Ia secar tudo né! Então nós devemos muito ao Zabotti, ao Bráulio Barbosa (*outro dirigente da EPAGRI*) senão a gente não tava mais aqui hoje. (A. P.V, agricultora)

Por outro lado, como se percebe os agricultores se sentem os únicos proibidos de realizar suas atividades, enquanto atividades como a mineração e o reflorestamento continuam permitidos. No entendimento dos agricultores, quem causa as maiores degradações são justamente estes agentes, somado aos moradores de fora, que não respeitam a vegetação e lançam esgoto nos rios.

Agora, um ponto, eles deviam bater um na Serra Dona Francisca, naquelas cabeceira, nas nascentes, porque se não preservar a água lá em cima não adianta eles dizer é os colonos que estão estragando aqui, não, quem tá fazendo é lá em cima, eles precisam olhar lá em cima. Isso já foi falado muitas vezes. (M.E, agricultor)

Essa situação da silvicultura é compreendida de maneiras diversas, possuindo diferentes visões, tanto entre os agricultores quanto os próprios técnicos. Alguns acham que a atividade é perfeitamente compatível com a conservação dos recursos, outros a percebem como totalmente inadequada.

Isso aí são situações antigas, impróprias, completamente impróprias pra aquela situação, mas são situações que elas adquiriram legalidade, elas a princípio têm total amparo para funcionar, agora o que tá acontecendo é que elas estão se enquadrando em relação a mata ciliar por exemplo, eles tão reconstituindo a mata ciliar dentro dos riachos, e grande fiscalização com relação ao uso de óleo, cada vez mais fechando, agora é impossível, infelizmente, a não ser com indenização. Agora tem uma certa compensação, que logo abaixo tem uma RPPN, de grande porte, que a princípio as dificuldades geradas lá podem ser filtradas, a gente acha que alguma coisa é gerada lá, mas ela filtra, o que passa de lá pra cá é muito pouco, é uma idéia que a gente tem, agora, tem que andar na linha. (E.S, diretor da FUNDEMA)

Sem querer invadir uma seara para a qual deve-se ser perito para poder opinar com maior validade, esta discussão sobre o uso das terras para silvicultura tem gerado conflitos em todo país, com invasões por parte de trabalhadores rurais como a realizada em propriedades da Aracruz Celulose no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2006. Apesar disso, de acordo com a presidente do CCJ, a pesquisa

que tem sido feita pela Univille, por meio do convênio de assessoria técnica com o CCJ, não tem apontando alteração na água.

A silvicultura, nós estamos com um projeto de pesquisa em andamento, e a gente está trabalhando há quase um ano, e nós não verificamos interferência em quantidade e qualidade na água do rio. (...) Agora é precoce dizer, tem que pesquisa mais. (M.L.G., presidente do CCJ)

Vários agricultores dos entrevistados afirmaram que pode-se plantar os pinus no “banhado”, que tão logo ele cresça a água desaparecerá, e ao falarem isto exemplificam com suas próprias propriedades, ou seja, através da experimentação. Entretanto, há estudos científicos¹⁹⁹ querendo justamente apontar o contrário, que a silvicultura realizada com esta exótica não afeta o ciclo hidrológico. Interessa saber aqui como os agricultores se posicionam a este respeito, e desta forma identificou-se que os agricultores, de modo geral, criticam a atividade realizada, identificando-a com um dos elementos de degradação do meio ambiente na região.

Com os conflitos que foram surgindo, começou a haver um processo de sensibilização para estas questões por parte da FUNDEMA. Como afirma o diretor, eles estão estudando formas de viabilizar o agricultor dentro da propriedade, seguindo o que a legislação exige. Uma destas formas seria utilizar uma parte das APP's para o cultivo de palmáceas, ou outras espécies que não afetem o ciclo hidrológico, ou ainda o pagamento de taxas de contribuição para estes agricultores, iniciativa que já está sendo implementada em uma parceria entre Fundema, Comitê Cubatão e comunidade, numa primeira fase em que serão beneficiadas 10 famílias na região do Quiriri, com uma contribuição de R\$280,00 por mês, em propriedades que estão recompondo as matas ciliares.

Esta iniciativa é uma forma de compensação e vai ao encontro daquilo que vêm solicitando os agricultores familiares, que como exposto anteriormente não são contra o processo de conservação, mas que percebem que não podem arcar sozinhos com os custos de um processo que tem como objetivo atender as necessidades de toda a população da região, tanto do meio rural quanto do meio urbano, em especial deste último, já que é nele que se encontram as demandas

¹⁹⁹ MENDES, C.A; MADRUGA, P.R.A e GREHS, S.A. *Deserto verde versus poupança verde?: uma abordagem hidrológica*. IN: Revista mensal do Conselho Regional de Engenharia, arquitetura e agronomia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nº 25, ano III, setembro de 2006.

crescentes pela utilização dos recursos hídricos. É inovadora, e pode trazer excelentes resultados do ponto de vista da conservação das matas ciliares.

Esta era uma das propostas feitas pela Associação da Associação dos Proprietários de Terra da Mata Atlântica com Recursos Hídricos – APROÁGUA, associação criada como forma de representação dos agricultores e proprietários de terra da região na defesa dos seus interesses no processo de institucionalização da conservação dos recursos naturais.

6.3 AGRICULTORES FAMILIARES E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS - CRIAÇÃO DA APROÁGUA E A PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES NA ARENA PÚBLICA

A Associação dos Proprietários de Terra da Mata Atlântica com Recursos Hídricos – APROÁGUA - foi criada em novembro de 2005, como meio de organização da população abrangida pela APA Dona Francisca, e expandindo seu horizonte de ação também para os outros municípios da região em que existam conflitos causados pela juridicização da conservação ambiental, como Garuva, Schroeder e outros da região nordeste do Estado. É importante destacar que no nome da associação já está especificado quem pode se associar: proprietários. Ficam excluídos assim todos aqueles que não tem a escritura das terras ou aqueles que moram em propriedades alugadas. Este caráter da associação demonstra claramente o que já foi exposto anteriormente, a aversão dos agricultores pelos moradores que vêm ocupar a região irregularmente. Por outro lado, a associação abrange todos os tipos de proprietário de terras, desde os agricultores familiares até propriedades como a da COMFLORESTA. Esta, por sua vez, foi um dos empreendimentos mais interessados em participar da associação, fornecendo à organização sua consultoria jurídica, que ajudou na construção do estatuto da associação.

Isto é um fato relevante, haja vista que a grande maioria dos agricultores entrevistados, e mesmo aqueles contatados durante a observação participante demonstraram que não concordam com as atividades que são realizadas pela empresa. Entretanto, a direção da associação não é majoritariamente composta por agricultores, e sim por *neorurais*. O presidente da associação é um proprietário de

uma chácara na região do Quiriri, que cria animais e possui algumas plantações, como a pupunha. O vice-presidente da associação é um pedagogo aposentado, que também possui uma chácara na região, desenvolvendo algumas atividades produtivas. Participam ainda da diretoria empresários e políticos, que possuem terras na região, bem como alguns agricultores.

Entretanto, os agricultores afirmam não poder ficar na diretoria, pois não dispõem de tempo para irem as reuniões com o poder público, para buscar as informações necessárias. Já os neorurais possuem o conhecimento do funcionamento da máquina administrativa e têm disponibilidade para exercer as atividades necessárias para o funcionamento da associação.

Apesar deste aspecto, nas reuniões realizadas pela APROÁGUA há sempre uma participação expressiva de agricultores familiares, consistindo em grande parte em um exercício de exposição das suas dúvidas e busca de soluções para problemas pontuais encontrados no cotidiano. Entretanto, os agricultores não deixam de expor seu entendimento no que diz respeito à gestão dos recursos naturais e a seu papel como principais agentes no processo de conservação, já que são eles que residem na região e têm a incumbência legal de proteger a propriedade e fazê-la cumprir sua função ambiental.

Entretanto, esta configuração na composição da diretoria da Associação acaba por afastar alguns agricultores, que afirmam que só participariam se fossem só os colonos que a dirigissem, pois existe na região um histórico de cooperativas que faliram devido à má gestão, em alguns casos feita por esses “peru de fora”, como nomeiam os agricultores.

Há que se destacar que prevalece na região um forte individualismo, reconhecido pelos próprios agricultores entrevistados, que afirmam *“associação aqui não dá certo porque não tem união, um não quer ver o outro ir pra frente”* (J.V, agricultor). Assim, é comum os agricultores, quando participam das reuniões, buscarem soluções rápidas para seus problemas pessoais, e tão logo estejam resolvidos, cessam de participar, como foi afirmado pelas lideranças comunitárias.

Ora, de certo modo, como afirmado por Olson²⁰⁰, não existe grupo sem interesse, interesse que a princípio é interesse individual, porém comum entre um grupo de indivíduos, que leva a formação das associações. Entretanto, haver

²⁰⁰ OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

interesse comum parece não ser condição suficiente para uma ação coletiva eficaz, como os dados empíricos demonstram, pelas grandes dificuldades que todos os agricultores familiares têm passado, em comum, na região, e para o quê não desenvolvem uma ação coletiva eficaz.

Por outro lado, se a *participação política* é incipiente e vista apenas como um meio para resolver seus problemas pessoais, característica de uma cultura política clientelista desenvolvida pelos próprios políticos locais, a *participação comunitária* existe, no que diz respeito à participação na escola e igreja, para as quais as comunidades sempre se mobilizam quando solicitadas, havendo um grande número de festas, bingos e diversas atividades para a arrecadação de fundos quando há necessidade de se fazer melhorias nas igrejas e escolas da região.

Apesar destes entraves à ação coletiva, que serão retomados mais adiante, existem propostas elaboradas pela APROÁGUA, na qual os agricultores têm uma participação relevante, para a gestão dos recursos naturais na APA Dona Francisca e manutenção do agricultor familiar na propriedade. A diferença das propostas realizadas pela APROÁGUA e pelos agricultores que participam dela é que estas necessitam da realização de parcerias entre os agricultores e os atores das outras arenas, em especial do poder público, enquanto aquelas que são realizadas no âmbito da propriedade e que já estão sendo realizadas pelos agricultores são individuais e não requerem uma ação organizada.

A *primeira* delas é justamente a ação que se iniciou no mês de novembro deste ano – o pagamento de um valor fixo como forma de compensação ao agricultor familiar pela proteção e manutenção das matas ciliares. Este projeto foi elaborado pela FUNDEMA, em parceria com o CCJ e com a própria APROÁGUA, e cria um clima de expectativas em torno da expansão a mais famílias residentes na região, pois neste primeiro momento apenas 10 famílias estão sendo contempladas, com o valor mensal de R\$ 280,00. De acordo com a presidente do CCJ, esta é uma das ações que parecem ser das mais interessantes, e associa sua expansão ao início do processo de cobrança pela *matéria-prima* água.

As pessoas na cidade querem água de qualidade, muito bem, então o pagamento que a gente, no futuro não muito distante, espero, eu começaremos a fazer pela matéria-prima água, porque hoje a gente só paga o serviço, não a matéria-prima, que eu saiba no Paraná recentemente aprovou a cobrança pela água. Santa Catarina não cobra porque a lei ainda não prevê a cobrança, só a outorga, então eu como presidente do CCJ

posso te dizer, em linhas gerais, que vejo com muito bons olhos a atividade agrícola, porque ela é uma atividade preservacionista, apesar de tantas incongruências, o que falta é a gente orientar melhor o agricultor, e talvez com a cobrança feita pela água a gente tenha incentivos econômicos, vamos dizer bem claramente, pra que o agricultor deixe de plantar naquela faixa de terra junto aos rios, e receba uma remuneração, nem que seja simbólica, pra ele se sentir incentivado pra fazer essa mudança de prática, então minha esperança é isso, quem quer água de qualidade pague pro agricultor também ter direito a uma vida digna. (M.L.G, presidente do CCJ)

Na fala da presidente do CCJ percebe-se já uma mudança de postura com relação aos agricultores, e este entendimento, apesar de hoje estar difundido também nos órgãos públicos, é uma tomada de posição recente, resultado também da pressão que vêm fazendo os agricultores, mesmo que muitas vezes por intermédio destas lideranças *neorurais*.

A maior problemática desta proposta é que justamente implica no pagamento pela água por parte da população urbana, o que já era previsto na Constituição Federal, quando postula que a água é bem público dotado de valor econômico, mas que traz consigo o problema da pobreza e da péssima distribuição de renda em nosso país. Então, se tem de um lado uma população urbana que sofre com o desemprego estrutural e dificuldade em acesso aos serviços públicos básicos, como água, luz, transporte, saúde, e de outro agricultores que estão sendo tensionados a adotarem práticas agrícolas mais conservacionistas, já que sua agricultura de planície não respeita as matas ciliares, ou seja, nas duas extremidades populações em situações de vulnerabilidade e um difícil impasse criado em torno da necessidade de proteção dos recursos hídricos. Entretanto, esta proposta é muito enfatizada pelos agricultores familiares.

A gente quer ficar produzindo, ou se eles falarem, pode ficar morando tempo aqui, não esses invasores que vem da cidade e invadem terra, esses tem que tirar tudo mesmo, até eu concordo de tirar. Porque, que nem aqui em cima também, tava morando por cima do rio, tinha banheiro por cima do rio, a água que nós aproveitava, depois não podia mais aproveitar, agora pode de novo. Mas assim, deixar o pessoal morando aqui, quem tem escritura do terreno, paga tudo certinho. Pra não prejudicar, então vocês ficam, pegam um tanto por mês, preservam. (M.E, agricultor)

Como *segunda* proposta apresentada pela APROÁGUA, bem como por alguns agricultores, é a criação de propriedades-modelo para o desenvolvimento de pesquisas relativas a que tipos de produção seriam mais adequados para região,

dentro da ótica de uma agricultura conservacionista. Isto incluiria pesquisas relacionadas a agroecologia, a apicultura, ao cultivo de palmáceas, ao manejo florestal sustentável e todas as práticas que se adequassem ao propósito da conservação dos recursos hídricos. Esta proposta encontra resistência de alguns agricultores, em especial dos bananicultores melhor colocados no mercado, que comercializam com os CEASAS, já que o fim da utilização dos agrotóxicos, como já foi ressaltado no início deste capítulo, é visto por eles como um empecilho. Estes bananicultores apresentaram uma postura muito reativa no que diz respeito a agricultura orgânica, ou agroecologia.

Como *terceira* proposta apresentada está a inserção de atividades ligadas ao turismo rural e ecoturismo. Os agricultores entrevistados, em sua totalidade, apontam a atividade como uma grande alternativa para a região, e neste sentido há concordância entre todas as arenas de atores. Entretanto, ela ainda não transcendeu a esfera do discurso para efetivar-se como política pública, e o principal entrave para que ela seja realizada em benefício dos agricultores é o estado de descapitalização que estes se encontram, já que para se inserir nesta atividade são necessários investimentos significativos. Os agentes do poder público apontam alguns pontos a serem considerados na inserção da atividade:

Uma das atividades que se coloca é o turismo, agora a gente sabe que o ecoturismo depende de variáveis que não são controláveis, que são as pessoas, as próprias pessoas que desenvolvem, e outra coisa, até uma palavra meio forte, é a especulação sobre a água, a gente tinha falado aí, é a realidade por bacias, (...) a bacia do Cubatão é partida ao meio pela Estrada Dona Francisca, que é uma estrada que tem interesses comerciais econômicos, tem terrenos, situações ali que atingem valores comerciais, (...) mas a gente acredita no ecoturismo porque bem resolvido ele gera renda de uma maneira adequada, sem alterar o espaço das pessoas de agricultor, é pra aquela finalidade, não é necessariamente botar lá um pesque-pague, ou um negócio de piscina, isso em geral é feito por pessoas de fora, é um negócio, isso podia estar lá ou em outro lugar, a princípio não se quer incentivar dessa maneira, onde teria a anulação daquele status que existe lá, mas a gente acha essas atividades baseadas no lazer, de caminhada, rappel, trilha, isso gera alguns precedentes econômicos e também é ambientalmente correto, então o primeiro que se vê é isso. (E.S, diretor da FUNDEMA)

Desenvolver a atividade turística, seja ela o ecoturismo ou mesmo o turismo rural, depende de fatores como qualificação profissional, capital, infra-estrutura, o

que é muito difícil para o agricultor familiar. Para desenvolver atividades de ecoturismo, como arborismo, trilhas ecológicas orientadas, bóia-cross, rappel, entre outras, é necessário ter material, instrutores, equipamento de segurança, o que só é viável para os investidores, pois os agricultores familiares, com suas características culturais, dificilmente poderiam se envolver no desenvolvimento deste tipo de atividades, a não ser que seus filhos estejam interessados, como acontece em alguns casos. Já o turismo rural está mais próximo da possibilidade de ser desenvolvida pelo agricultor, mas de qualquer maneira, é necessária capacitação para que ele possa, no desenvolvimento dos planos, estar em condições de igualdade para discutir com os agentes dos órgãos públicos, e em especial com investidores e neorurais, que acabam direcionando o planejamento das atividades para atender suas demandas, como foi observado na Associação de Turismo Eco-Rural formada na região.

Por fim, a propriedade rural acaba se tornando apenas um local de passagem, onde os turistas param para poder comprar bolachas, pães, geléias, sem uma interação com a cultura local ou com o agricultor familiar, que ainda deve se adequar em sua vestimenta, seus hábitos de higiene pessoal para poder receber as pessoas. Além disso, pela produção destes alimentos, acaba ocorrendo uma sobrecarga do trabalho feminino, ocupando ainda os dias de descanso do agricultor, que deve estar disponível para receber o turista a qualquer momento. Não se quer dizer que não exista a possibilidade de inserção do turismo como alternativa para o agricultor e para o espaço rural, apenas que para sua implementação dentro do que foi colocado pelo diretor da FUNDEMA, é necessário um processo anterior de planejamento detalhado, e para isto é fundamental que o agricultor tenha condições de se inserir de forma ativa nos espaços decisórios.

Um *quarto* elemento apontado pelos agricultores como ação necessária para sua permanência como agricultor em consonância com a conservação é a ampliação da ação de assistência, passando de uma postura proibitiva para uma voltada a orientação. De acordo com os agricultores, era necessário que os técnicos da FUNDEMA, FATMA, CCJ e Fundação 25 de Julho visitassem as propriedades dos pequenos agricultores, fizessem um levantamento das áreas e locais que devem ser destinados a conservação e indicassem nas áreas em que seria permitida a utilização que tipo de culturas e práticas poderiam ser ali desenvolvidas.

Isto porque, de acordo com os agricultores, a Fundação 25 de Julho pouco tem orientado os agricultores sobre quais as melhores práticas que poderiam desenvolver, uma orientação sobre novas culturas e possibilidades. Os agricultores afirmam que mesmo indo a Fundação e solicitando que um agrônomo venha na propriedade, é muito difícil, e quando conseguem é apenas uma orientação pontual, para algum problema de doença na lavoura. Não há apoio suficiente para a elaboração de projetos para conseguirem recursos do PRONAF, nem para o corte de vegetação ou manejo florestal sustentável. Assim, os agricultores acabam desistindo de procurar a Fundação e buscam diretamente o agrônomo da maior revenda agropecuária da região.

Estas são as principais propostas apresentadas pelos agricultores familiares por intermédio da APROÁGUA, sendo que, como se afirmou, até o momento a única ação iniciada foi a compensação financeira para as 10 famílias. Apesar disto, já se observa nos órgãos públicos uma maior atenção dada as demandas dos agricultores, pela pressão que têm exercido. Neste sentido, cada vez mais têm conseguido se caracterizar como um grupo de pressão, no sentido discutido por Olsom, ou seja, grupos que se organizam para pressionar as decisões de governo. Esta caracterização dos agricultores como grupo de pressão pode ser considerada como uma reação ao processo de colonização do mundo da vida do agricultor familiar, que potencializado por meio do aprendizado adquirido no processo de racionalização configura-se cada vez mais como um ator na arena pública.

A partir desta reação do mundo da vida ao processo de colonização representado pela juridicização da conservação ambiental, abre-se a possibilidade de reprojeter o sistema a partir do mundo da vida. Os espaços de participação constituem a base para se tentar controlar de forma democrática as políticas ambientais locais. Para que este processo se torne possível, é necessário que ocorra uma ampliação da possibilidade de participação do agricultor neste processo, que até o momento ainda é mediado pelos neorurais como porta-vozes. Para que os agricultores possam se representar nos conselhos, é necessário que ocorra um processo de capacitação destes para que possam atuar.

Na realidade, percebe-se que nos espaços deliberativos, de modo geral, apenas aqueles que têm formação técnica conseguem fazer valer suas emissões

discursivas, como é notado por Tatagiba²⁰¹, em estudo sobre os Conselhos Gestores no Brasil. Isto faz com que estes espaços acabem funcionando como campos, no sentido bourdieusiano, como analisado por Carneiro²⁰², ou seja, os Conselhos acabam constituindo-se como campos onde os agentes dotados de maior capital específico do campo, no caso da política ambiental, o conhecimento das leis, normas, decretos, jurisprudências, rituais, praxes etc. têm muito mais eficácia em fazer valer seus interesses e mobilizar os recursos estatais em seu favor, levando ao que Carneiro chamou de “oligarquização”.

A criação de mecanismos institucionais que amortizem as desigualdades sociais dentro dos espaços decisórios, já que destas resultam na impossibilidade de se inserir adequadamente, torna-se assim um fator fundamental no exercício da gestão democrática. Como aponta Tatagiba²⁰³, experiências como ONG's que trabalham na capacitação de agentes populares para o processo de participação cidadã nos conselhos têm dado excelentes resultados no que diz respeito ao poder de influência destes nos espaços de interação.

6.4 GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Cabe destacar ainda que, apesar da criação destes espaços locais para a discussão das políticas ambientais, a legislação ambiental brasileira é em grande parte definida em âmbito federal, de forma centralizada, apesar de espaços como o próprio CONAMA se abrirem à participação da sociedade civil, que é representada neste pelas ONG's ambientalistas. Esta problemática, da centralização da gestão dos recursos naturais, é discutida por Fikret Berkes²⁰⁴, que evidencia a necessidade de instituições voltadas ao manejo em vários níveis, porém não isoladas, mas

²⁰¹ TATAGIBA, L.. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. IN: DAGNINO, E.(org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

²⁰² CARNEIRO, E.J.. *A oligarquização da política ambiental mineira*. Belo Horizonte: comunicação apresentada no GT Conflitos ambientais, territorialidade e Estado do XII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em <http://www.sbsociologia.com.br/congresso>

²⁰³ TATAGIBA, op.cit, p.,71

²⁰⁴ BERKES, Fikret. *Cross-scale institutional linkages: perspectives from the bottom up*. IN: OSTROM, E. et al. *The drama of the commons*. Washington: National Academy Press, 2002.

atuando de modo interativo a partir da base local. Apesar de termos no país, e mesmo dentro do município de Joinville, diversas instituições que atuam na proteção ao meio ambiente e no manejo dos recursos naturais, este trabalho ainda carece da sinergia necessária para atender as demandas das populações que residem em áreas-alvo de projetos de conservação, em especial das unidades de conservação. As normatizações, ao invés de partirem do espaço local para atingirem depois esferas de ação maiores vêm em sentido oposto, de forma centralizada e verticalizada, resultando em baixa adesão e pouca legitimidade. Neste sentido, Berkes afirma²⁰⁵:

The replacement of local institutions by centralized ones often involves a change in the way of knowledge is used for management. Local institutions tend to use their own folk knowledge (...) The shift of knowledge systems is one of the major impacts of government-level institutions on local institutions because is often accompanied by a change in control over a resource. The differences between the two systems of knowledge can be substantial in the way resources are viewed.

No caso dos agricultores familiares da APA²⁰⁶, a mudança se deu de uma forma de acesso dos recursos comuns caracterizado, a partir da tipologia proposta por autores como Ostrom²⁰⁷ e Feeny²⁰⁸, pelo livre acesso, baseado individualmente no acesso privado para uma forma de acesso caracterizada pela regulação estatal, que possui o meio ambiente a partir da constituição de 1988 como direito difuso. A partir da leitura de Berkes sobre a obra destes dois autores, as formas de acesso são²⁰⁹:

²⁰⁵ Ibidem, p.297.

²⁰⁶ Nos referimos aos agricultores da APA Dona Francisca, mas reconhecemos que a legislação ambiental vem criando situações conflituosas não apenas para os agricultores inseridos na APA, mas para todos de modo geral, apesar de, como já foi dito, a fiscalização e controle recaírem mais sobre os moradores da APA. Há também o fator da regulamentação da APA, que traz à tona para os nela residentes a questão das relações institucionais em múltiplos níveis, no sentido colocado por Berkes, que citamos anteriormente.

²⁰⁷ OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

²⁰⁸ FEENY, D et al. *The tragedy of commons: twenty-two years later*. IN: Human ecology. Resto da referência???

²⁰⁹ BERKES, F. Social systems, ecological systems and property rights. IN: HANNA, S., MÄLER, K.G e FOLKE, C. *Rights to nature: ecological, economic, cultural and political principles of institutions for the environment*. Washington: Island Press, 1996, p.89.

Open-access is the absence of well-defined property rights. Access is free and open to all. Private property refers to the situation in which an individual or corporation has the right to exclude others and to regulate the use of resource. State property or state governance means that rights to resource are vested exclusively in government for controlling access and regulating use. Communal property or common property means that the resource is held by an identifiable community of users who can exclude others and regulate use.

Neste sentido, é possível afirmar que a forma de acesso dos agricultores familiares de Joinville aos recursos naturais, em especial aos recursos florestais e hídricos a partir do qual realizam suas práticas produtivas, era feita de forma livre (open access), alicerçada pela noção de propriedade, uma vez que estando os recursos dentro desta eram compreendidos como passíveis de apropriação, e desta forma era feita de modo privado, individualmente. Cada agricultor sentia-se livre para utilizar os recursos da propriedade da forma que melhor lhes aprofundasse, regido, porém, pela lógica familiar de gestão da propriedade embasada na noção de patrimônio familiar. Disto resulta que, apesar de o acesso ser livre, ele não era aproveitado de maneira a retirar toda a lucratividade possível, numa lógica exclusivamente econômica.

Entretanto, com o aumento da demanda pelos recursos hídricos, houve um processo de politização da questão, lançando-a a arena pública e resultando em medidas voltadas para a gestão destes recursos. Estas medidas, contudo, estão voltadas para uma concepção de gestão, que, de acordo com Godard, pode ser situada a *jusante das opções de desenvolvimento*. Isto porque implica em²¹⁰:

Satisfazer os diversos tipos de demanda com o menor custo, limitar certos efeitos negativos ou excessivos e levar em conta os interesses dos diversos atores sociais ou institucionais na medida de seu peso social ou de suas possibilidade de ação. (...) Este enfoque torna-se freqüentemente redutível a uma atitude defensiva de proteção ou de limitação de prejuízos; no que diz respeito aos recursos colocados à disposição, isto se traduz geralmente por uma atitude centrada na adaptação da oferta à demanda prevista.

De acordo com Godard, uma gestão dos recursos naturais que se enquadre na noção de desenvolvimento durável deve ampliar sua concepção para o pólo oferta-demanda, questionando também as opções tecnológicas, as estruturas de

²¹⁰ GODARD, op.cit, p.210-1.

consumo, a localização e a organização do espaço. Ora, neste sentido, as propostas até aqui fomentadas para a gestão dos recursos naturais se concentra apenas no pólo da demanda, implicando nas diversas restrições de uso dos recursos naturais para os agricultores familiares, em nome da tentativa de sustentação do modelo de desenvolvimento industrial existente em Joinville.

Se por um lado isto acaba por ter um aspecto positivo, já que de certa forma contribui para a contenção do acelerado processo de degradação ambiental que estava ocorrendo naquela região do meio rural joinvilense, como já se afirmou, por conta do processo de urbanização e pela mineração desordenada, por outro lado está distante de um modelo de desenvolvimento sustentável que implique também no estabelecimento de novas opções de desenvolvimento para o meio urbano, diminuindo assim a tensão sobre os recursos hídricos e sobre os recursos naturais como um todo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de unidades de conservação tem se apresentado como uma alternativa na tentativa de proteger os remanescentes da floresta atlântica, sendo criadas centenas nos últimos anos em todo país, não apenas nos domínios da Mata Atlântica, mas de todos os ecossistemas brasileiros, ameaçados pelo modelo de desenvolvimento adotado no país, que privilegia a noção de crescimento econômico, sem levar em conta os custos ambientais resultantes.

Num primeiro momento, a noção de UC's criadas no Brasil partiu de uma visão estritamente preservacionista, baseado no modelo norte-americano, com sua noção de *wilderness*, e inspirado também nas diretrizes da União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN. Estas áreas seriam destinadas à preservação e seu uso só poderia ser feito indiretamente, sem consumo, seriam assim *monumentos à natureza intocada*. Apenas depois do estabelecimento do Novo Código Florestal é que a criação das UC's passa a ter como critério a proteção dos ecossistemas ameaçados e a manutenção de estoques.

A partir de 1992, com o estabelecimento da Agenda 21, a discussão volta-se para a questão das coletividades residentes nestes espaços protegidos, assegurando-se assim o seu direito de permanência. A Área de Proteção Ambiental é a categoria de UC mais aberta ao uso direto, já que, diferentemente das Reservas de Desenvolvimento Sustentável e das Reservas Extrativistas, possibilita a permanência de um grande número de atividades em seu interior, prevendo também um zoneamento do tipo *mosaico*, com áreas passíveis de um uso sustentável e áreas em que não é permitido nenhum tipo de utilização, totalmente voltadas à preservação. Estas unidades de uso sustentável tem sido entendidas como laboratórios de uma nova relação homem x natureza, visando o desenvolvimento sustentável.

Justamente por estas características, as APA's são a categoria de UC de mais difícil implementação, já que abrigam em si diversos grupos de interesse, não apenas das populações tradicionais, como pôde ser constatado na APA Dona Francisca. Este trabalho objetivou compreender como o agricultor tem se inserido neste processo de conservação dos recursos naturais, que os conectou a interesses de outros atores, e como as restrições emanadas deste atingem sua reprodução

social, enfocando as possíveis reações e contrapartidas deste grupo à gestão dos recursos naturais.

Para tanto, teve-se que primeiramente buscar compreender quais aspectos restritivos a APA engendrava, e percebeu-se que as dificuldades provinham de um aumento significativo na fiscalização e na exigência do cumprimento da legislação ambiental brasileira, que regula o uso e acesso aos recursos naturais, pois como a APA ainda não foi implementada, esse aumento na coibição de práticas foi o recurso utilizado pelo poder público como forma de atuação já que ela ainda não emanou restrições próprias.

Utilizou-se como metodologia da pesquisa instrumentos como a observação participante, com registro em diário de campo quando da participação nos mais diversos tipos de atividades desenvolvidas no meio rural; as entrevistas com roteiros semi-estruturados com representantes das diferentes arenas, contatos telefônicos, levantamento documental, caracterizando-se como uma pesquisa qualitativa. Adotou-se o modelo das arenas, inspirado em Hannigan, Ostrom e Ferreira, visando identificar quais os grupos de interesse existentes nas disputas pela redefinição do espaço rural joinvilense a partir da inserção das políticas de conservação ambiental. A escolha por este tipo de pesquisa abriu a possibilidade de reconhecer estes interesses e os diferentes conflitos que foram se estabelecendo, porém a falta de dados mais precisos sobre a produção agropecuária do município de Joinville nos últimos anos, bem como a falta de indicadores quantitativos mais precisos sobre as mudanças na configuração fundiária e sobre a produção agropecuária no município dificultaram uma mensuração mais abrangente das transformações que têm se operado, e a construção destes dados parece ser tarefa para uma continuação desta pesquisa.

Pode-se perceber que o aumento na fiscalização e exigências criou diversas dificuldades para os agricultores familiares da região da APA Dona Francisca, já que as políticas públicas para o desenvolvimento local não acompanham a velocidade no estabelecimento das exigências. Deste modo, vê-se que houve um processo de tematização na arena pública, resultante do estabelecimento das políticas de conservação, da forma com que os agricultores familiares locais acessam os recursos naturais e praticam sua agricultura. Os atores identificados como atuantes na arena e que de certa forma colocam seus interesses em jogo, tencionando as

práticas dos agricultores familiares foram as organizações da sociedade civil, as organizações da iniciativa privada e os órgãos do poder público.

A agricultura realizada na região, caracterizada como uma agricultura de planície, foi estabelecida desde a colonização do município ocupando as áreas de várzeas, protegidas pelo Código Florestal de 1965, por caracterizarem-se como APP's. Por outro lado, a utilização da madeira e do palmito, retirados das encostas de forma combinada com o cultivo da banana, também teve sua realização proibida, já que as encostas também tornaram-se APP's, e mesmo o corte da madeira ficou proibido a partir do Decreto 750/93, apesar de em sua regulamentação para o Estado de Santa Catarina, por meio da Portaria Interinstitucional 01/1996, preverem-se algumas facilidades para o pequeno agricultor familiar, como a retirada de 15 m³ de madeira ou a Solicitação Simples para o caso do palmitreiro.

Para que o agricultor possa acessar estas facilidades previstas por lei, contudo, ele deve ter sua propriedade adequada às exigências do Código Florestal, ou seja, deve ter as APP's protegidas e a Reserva Legal de 20% averbada. Esta adequação, apesar de também no texto legal ser prevista a assistência dos órgãos públicos para realizá-la, é conseguida apenas por um pequeno número de agricultores, que mais capitalizados conseguem contratar os técnicos para fazer os levantamentos necessários. Há que se destacar ainda que os agricultores não têm pleno conhecimento de quais procedimentos são necessários para adequar a propriedade à legislação, ou ainda, em vários casos, teriam suas propriedades praticamente inviabilizadas devido ao grande número de córregos, rios e nascentes existentes na propriedade.

Por outro lado, as exigências do mercado com relação aos produtos coloca o agricultor numa situação de impasse, já que ele deve aumentar a sua produção, sem porém poder expandir sua área produtiva ou realizar outras atividades que lhe geravam renda complementar, como a extração eventual de palmito ou madeira, ou mesmo ainda a pequena agroindústria artesanal, já que esta encontra também uma série de exigências legais, do ponto de vista sanitário, a qual o agricultor tem encontrado dificuldade de acessar, novamente por questões financeiras.

O que se percebe, portanto, a partir do quando de análise habermasiano adotado nesta pesquisa, é que o processo de juridicização das diversas esferas da vida do agricultor, com a expansão das instituições modernas, tem gerado uma situação de bloqueio, já que estas vêm sem uma necessária contrapartida em

termos de políticas públicas – crédito, orientação, assistência, capacitação. Quando existem, os programas são pontuais e geralmente carecem de continuidade, já que muitas vezes ocorre que, ao se mudar a orientação política dos cargos de chefia dos órgãos públicos, mudam-se também os pontos prioritários de ação. Esta forma de atuação do poder público, somado a características culturais da comunidade, como uma forte tendência ao individualismo, ou mesmo a concentração das estratégias de sobrevivência no âmbito familiar e não comunitário, acaba trazendo a comunidade uma forma de reatividade a criação de associações e cooperativas, alternativas que poderiam contribuir para uma melhor inserção do agricultor familiar no mercado e no sistema político.

Do ponto de vista da legislação ambiental, percebeu-se que estes aspectos restritivos, além de criarem estas desordens na reprodução dos agricultores enquanto grupo, acaba por engendrar efeitos contrários àqueles previstos pela lei. Como foi destacado, o agricultor, ao não poder realizar o pousio, já que a vegetação pode regenerar, e dependendo do tempo de pousio, atingir um estado médio de regeneração, mantém a área “limpa”, deixando o solo exposto, o que gera efeitos negativos sob o ponto de vista da conservação, já que tende a ficar mais compactado e por isso absorver menos água da chuva, aumenta o risco de erosão e ainda resulta numa menor fertilidade, levando o agricultor a aumentar a demanda pelo uso de insumos químicos quando do próximo plantio.

No que tange a questão do palmito, vê-se que, já que o agricultor não pode explorar o palmito, ele acaba por não se importar com os roubos que ocorrem em sua propriedade, ou ainda acaba por optar em plantar espécies exóticas de palmáceas, como a pupunha, a palmeira real e o açaí, sendo que a plantação do palmito poderia contribuir mesmo para a regeneração do palmito nas áreas de floresta circundantes.

As dificuldades encontradas pelo agricultor para poder utilizar a madeira retirada da floresta existente em sua propriedade na reforma de ranchos, cercas ou da própria casa levam o agricultor a realizar o plantio de espécies exóticas em áreas onde se poderia incentivar o manejo florestal sustentável, aumentando assim a cobertura de vegetação nativa em toda a área da APA. Entretanto, ao optar-se pelo plantio de exóticas, corre-se o risco de causar contaminação biológica da floresta pela dispersão das sementes do *pinus sp.* feita pelo vento, além dos óbvios efeitos em perda da biodiversidade. Isto porque, em geral, o agricultor não planta estas

espécies para realizar a comercialização, mas para uso dentro da propriedade, o que poderia ser tornado viável com o manejo florestal sustentável.

Alguns técnicos dos órgãos públicos entrevistados durante esta pesquisa acreditam que a silvicultura pode ser uma fonte de renda para o agricultor familiar, já que ela possui maior produtividade do que as espécies nativas, em um prazo mais curto. Mais uma vez percebe-se a noção desenvolvimentista que rege a lógica dos órgãos públicos, mesmo aqueles voltados à conservação dos recursos naturais, existindo na ação destes uma clara dicotomia entre preservacionismo e desenvolvimentismo. A análise que se faz é que a adoção do preservacionismo é medida necessária para a manutenção do modelo desenvolvimentista dos projetos de governo até hoje vigentes no município, pois não leva ao questionamento das opções de desenvolvimento.

Observou-se com esta pesquisa que a maior parte das reações dos agricultores familiares a este processo de colonização do seu mundo da vida, representado pela juridicização do acesso aos recursos naturais, dá-se no âmbito da propriedade, ao que chamamos, partindo de Scott, de formas cotidianas de resistência. É justamente este processo de adoção de espécies liberadas por serem exóticas, ou mesmo estratégias para burlar a lei, como no caso do palmitreiro, que como citado é plantado aos fundos da propriedade para que possa ser cortado e levado à indústria no período noturno. As estratégias familiares, como a busca de emprego no meio urbano por um ou mais membros da família, que continuam a residir na propriedade, são também formas de garantir a reprodução da família na propriedade. Diminui-se a produção, que fica mais voltada para o auto-consumo, comercializando-se apenas pequenos excedentes.

Entretanto, existem algumas reações que se dirigem à arena pública, em especial com a formação da APROÁGUA. As principais propostas apresentadas por esta associação são a compensação ambiental paga ao agricultor, a criação de propriedades-modelo para a pesquisa das melhoras práticas a serem desenvolvidas no contexto da conservação, e o desenvolvimento das atividades de turismo, esta última mais voltada aos interesses dos neorurais.

Esta inserção do agricultor na arena pública ainda se dá de forma incipiente e tutelada pelos neorurais, que dirigem a associação. O agricultor não possui conhecimento sobre as leis e normas de funcionamento dos processos de tomada de decisão do Estado, e como nos espaços criados para “democratizar” a definição

das políticas públicas a linguagem utilizada é eminentemente técnica, o agricultor encontra grandes dificuldades para se inserir nos debates. Assim, os neorurais, apesar de levarem reivindicações que são também dos agricultores, acabam por mobilizar aquilo que lhes é de maior interesse.

O processo de configuração do agricultor como ator encontra-se ainda em fase inicial, mas durante a observação participante e as entrevistas realizadas com os agricultores pode-se perceber que o agricultor tem se tornado um grupo de pressão, buscando a participação política, bem como o reconhecimento de que para não serem excluídos ou inviabilizados de continuarem suas práticas precisam reagir ao processo impositivo que se estabeleceu na conservação dos recursos naturais. Deste modo, percebe-se que há um interesse crescente dos agricultores em participar das reuniões que ocorrem na localidade, faltando, contudo, uma maior qualificação para que se insiram de forma com que consigam fazer valer suas emissões e influenciar no processo de tomada de decisão.

É importante destacar que a APA Dona Francisca foi criada com o declarado objetivo de proteger os recursos hídricos. Tendo em vista que os estudos já citados sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão não prevêm aumento da demanda no meio rural, a criação da APA veio atender às preocupações do poder público no que diz respeito ao meio urbano joinvilense, que não cessa de crescer. Isto tem levado a uma postura preservacionista por parte das ONG's e do poder público, que não vêem o meio rural como um espaço de vida de agricultores, mas sim como uma área onde estão os estoques que precisam ser mantidos para o desenvolvimento urbano. Esta concepção tem começado a se modificar devido à pressão que vem sendo feita pelos grupos organizados do meio rural, em especial a APROÁGUA e Associação de Moradores Dona Francisca, ambas que tem como presidentes indivíduos que aqui foram chamados de neorurais.

Como o direito ambiental brasileiro tem como um dos princípios o do poluidor-pagador, ou usuário-pagador, os agricultores percebem que existe uma facilidade muito maior para o desenvolvimento de práticas que contribuem para a degradação do ambiente por parte daqueles que possuem mais recursos financeiros, bem como para os moradores do meio urbano. Os moradores do meio urbano que compram áreas para transformá-las em sítios de lazer na região conseguem facilmente as licenças necessárias para corte, para terraplanagem, para construção, enquanto os agricultores mesmo buscando ajuda nos órgãos públicos

não conseguem a orientação necessária, criando uma grande insatisfação e um sentimento de injustiça nestes agricultores.

Para uma gestão integrada dos recursos naturais que leve a aquilo que se convencional chamar de desenvolvimento sustentável, que aqui é entendido a partir da posição de Vieira, apresentada já na introdução deste texto, ou seja, com perfil antecipativo-preventivo e interessado em incorporar a dimensão de longo prazo, é necessário que a gestão dos recursos naturais não seja vista apenas como uma atividade de manejo de estoques, mas sim como uma maneira de reformular as próprias opções de desenvolvimento. Com isto, percebe-se que, apesar de a gestão dos recursos naturais na APA Dona Francisca caminhar, ainda que lentamente, para uma possibilidade de gestão compartilhada entre os diferentes atores que figuram na arena pública formada em torno da conservação dos recursos naturais locais, atingir um modelo de sustentabilidade implica em novos pactos entre o meio rural e o urbano, e fundamentalmente uma revisão do modelo de desenvolvimento regional, que tem como um de seus resultados a grande degradação existente hoje na Baía da Babitonga, foz de grande parte dos rios da região, incluindo o próprio Rio Cubatão.

Pode-se afirmar, finalmente, que foi evidenciada a necessidade de um aprofundamento na pesquisa, visando uma análise mais aproximada do processo de mudança social em curso na APA Dona Francisca, em especial pela emergência da questão ambiental como definidora de uma nova territorialidade, à qual os agricultores tentam, ainda incipientemente, se posicionar e impor suas visões de mundo. Este aprofundamento incluiria uma reflexão necessária sobre as ações do poder público sobre o meio rural nas últimas décadas, identificando quais os grupos privilegiados, que tipos de ações e em que sentido contribuem (ou não) para um modelo de gestão dos recursos naturais que caminhe para o desenvolvimento sustentável, bem como a importância destes novos atores, que parecem ter um papel preponderante na definição das atuais políticas de conservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, A.J. e GEWANDSNAJDER, F.. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 2ª ed., 1998, p.164.

ATLAS AMBIENTAL DE JOINVILLE: complexo hídrico da Baía da Babitonga. Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

ATLAS DE SANTA CATARINA. Gabinete de planejamento e coordenação geral, subchefia de estatística. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

BAUER, M. W.. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.W. e GASKELL, G.. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002, p.189.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. e ALLUM, N. C.. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. IN: BAUER, Martin W. e GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

BERKES, F. Social systems, ecological systems and property rights. IN: HANNA, S., MÄLER, K.G e FOLKE, C. *Rights to nature: ecological, economic, cultural and political principles of institutions for the environment*. Washington: Island Press, 1996.

BERKES, Fikret. *Cross-scale institutional linkages: perspectives from the bottom up*. IN: OSTROM, E. et al. *The drama of the commons*. Washington: National Academy Press, 2002.

BERKES, Fikret. *Sacred ecology: traditional ecological knowledge and resource management*. Philadelphia: Taylor & Francis, 1999.

BOBBIO, N.. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORINELLI, Benilson. *Um fracasso necessário: política ambiental em Santa Catarina e debilidade institucional*. Florianópolis: Dissertação de mestrado

apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar, ONG's e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRANDENBURG, A.. *Agricultura familiar, ONG's e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora UFPR, 1999.

BRANDENBURG, A.. *Do rural tradicional ao rural socioambiental*. Artigo apresentado no XII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, no município de Belo Horizonte, em junho de 2005 e disponível em <http://www.sbsociologia.com.br/congresso/gt11a>.

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, Â. D.D.. Agricultura e políticas socioambientais rurais. In: RUSCHEINSKY, A.. *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

BRASIL. Decreto nº 750 de 10 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica e dá outras providências.

BRASIL. Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL. Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal.

BRASIL. Lei nº 4.775 de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. República Federativa do Brasil.

BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, II, e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRÜSEKE, F.J.. *Desestruturação e desenvolvimento*. In: FERREIRA, L. C. e VIOLA, E.(orgs). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2ª ed., 1996.

CARNEIRO, E.J.. *A oligarquização da política ambiental mineira*. Belo Horizonte: comunicação apresentada no GT Conflitos ambientais, territorialidade e Estado do XII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em <http://www.sbsociologia.com.br/congresso>

CARNEIRO, M.J.. *Ruralidades: novas identidades em construção* IN: Estudos sociedade e agricultura. Rio de Janeiro: UFRRJ, nº 11, novembro/1998, p.53.

CHONCHOL, J.. *Sistemas agrários em América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. México: Fonde de cultura económica, 1994.

CISNEROS SOSA, A. *Crítica de los movimientos sociales: debate sobre la modernidad, la democracia y la igualdad social*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2001.

COMITÊ DE BACIA DO RIO CUBATÃO – CCJ. *Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Norte*. Joinville, 2003.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: _____. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.283-4.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. São Paulo: Ícone, 1985.

DEMO, P. *Pesquisa e avaliação qualitativa: aportes metodológicos*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

DIEGUES, A.C.. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DURHAM, E. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. IN: CARDOSO, R. (org). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DUTRA, D. J. V.. *Razão e consenso em Habermas: teoria discursiva da verdade, da moral, do direito e da biotecnologia*. Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 2ª ed., 2005.

FANTIN, M.. *O princípio da livre iniciativa frente à função social da propriedade: conflito entre as florestas plantadas e a produção de alimentos básicos no Brasil – comentários ao artigo 46 do Código Florestal*. IN: *Revista de Direitos Difusos*. São Paulo: IBAP, ano VI, vol. 33, set-out/2005.

FATMA. Parecer jurídico nº 44/2005. Uso das APP ao longo do tempo. Rode Anélia Martins.

FATMA. *Parecer jurídico nº44/2005*. Uso das APP's ao longo do tempo. Rode Anélia Martins.

FEENY, D et al. *The tragedy of commons: twenty-two years later*. IN: Human ecology. Resto da referência???

FERREIRA, L. C. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. IN: FERREIRA, L.C e VIOLA, E . (orgs). *Incertezas da sustentabilidade na globalização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

FERREIRA, L. C. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONG's no vale do Ribeira e litoral sul, SP. In: *Idéias*. Campinas: Editora Unicamp, nº 8, 2001.

FERREIRA, L. C.. *A floresta intransitiva: conflitos e negociações na Mata Atlântica*, SP. Campinas: tese de doutorado apresentada a UNICAMP/IFCH, 1996.

FERREIRA, L. C.. *Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONG's no vale do Ribeira e litoral sul*, SP. In: *Idéias*. Campinas: Editora Unicamp, nº 8, 2001.

FERREIRA, L. C.. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. In: FERREIRA, L. C. e VIOLA, E. (orgs). *Op.cit*, 1996.

FICKER, C. *História de Joinville*. Joinville: Ipiranga, 1965.

FRAGA, N. C. & GOULART, M. C.. *Vale dos índios – Vale dos imigrantes*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000.

FUKS, M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. IN: *Dados*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v.1, n.41, 1998.

FUKS, M.. Do discurso ao recurso: uma análise da proteção judicial ao meio ambiente do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, L. C. e VIOLA, E. (orgs). *Incertezas da sustentabilidade na globalização*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1996.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.W. e GASKELL, G.. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

GIDDENS, Anthony. *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. IN: _____. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

GIL, A. C.. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.

GILL, R.. Análise de discurso. IN: BAUER, M. W. e GASKELL, G.. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

GODARD, Olivier. *A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação*. In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1996.

GOLDENDERG, M. *A arte de pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 4ª ed., 2000.

GONÇALVES, C. W.. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 7 ed., 2000.

GONÇALVES, M.L. et al. *Diagnóstico e prognóstico das disponibilidades e demandas hídricas do Rio Cubatão do Norte – Joinville – Santa Catarina*. Joinville (SC): Univille, 2006.

GONÇALVES, Marco Antônio. O colecionador de nascentes: um exemplo de respeito à mata atlântica. In: *Mata Atlântica e você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira*. Brasília: APREMAVI, 2002.

GUIVANT, J.. *Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas*. Disponível em [http:// www.Anppas.org.br](http://www.Anppas.org.br) Acessado em 10/03/2005.

HABERMAS, J. *Técnica e ciência enquanto ideologia*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Madri: Taurus, 1989.

HABERMAS, J.. *Técnica e ciência enquanto ideologia*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre a factividade e a validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p.99.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural d esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAGUETTE, T.M.F.. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 5ª ed., 1997, p.71.

HANNIGAN, J. A.. *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

JOINVILLE. Zoneamento Econômico-Ecológico das APA's. OAP Consultores Associados, 2004.

JOINVILLE. Decreto lei nº 8.055 de 1997. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca e dá outras providências.

JOINVILLE. IPPUJ – Fundação Instituto de pesquisa e Planejamento de Joinville. Censo 2000. Disponível em <http://www.joinville.sc.gov.br>

JOINVILLE. *Lei Complementar nº 29 de 14 de junho de 1996*. Institui o Código Municipal do Meio Ambiente.

LAMARCHE, H.(coord). *A agricultura familiar I: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEFF, Enrique. *Espaço, lugar y tiempo: la reapropiación cultural de la natureza y la construcción local de la racionalidad ambiental*. IN: DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: teoria e metodologia em meio ambiente e desenvolvimento. Curitiba: Editora da UFPR, n. 1, 2000, p.62.

MACHADO, P.A.L. *Direito ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores, 13ª ed, 2005, p.784.

MAGALHÃES, J. P.. *Comentários ao Código Florestal: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001, p.29.

MENDES, C.A; MADRUGA, P.R.A e GREHS, S.A. *Deserto verde versus poupança verde?: uma abordagem hidrológica*. IN: Revista mensal do Conselho Regional de Engenharia, arquitetura e agronomia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nº 25, ano III, setembro de 2006.

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OSTROM, E. e POTEETE, A. R.. Heterogeneity, group size and collective action: the role of institutions in forest management. In: *Development and change*. Oxford: Institute of social studies, nº34 (3), 2004.

OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PAULILO, M. I.. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. IN: PAULILO, M.I e SCHMIDT, W.. *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

SANTA CATARINA. Lei nº 10.472 de 12 de agosto de 1997. Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

SANTA CATARINA. Lei nº 9.748 de 30 de novembro de 1994. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.

SANTA CATARINA. Portaria Interinstitucional nº 1 de 4 de junho de 1996. Dispõe sobre a exploração de florestas nativas, nas áreas cobertas por vegetação primária ou secundária nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: *Raízes*. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, vol.21, nº 01, jan/jun 2002.

SEYFERTH, G.. *Herança e estrutura familiar camponesa*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1985.

SEYFERTH, G.. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: UNB, 1990.

SILVA, J. F. *Estrada Dona Francisca*. Florianópolis: Governo do Estado, 2002.

SILVA, J.G.. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1996.

TATAGIBA, L.. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. IN: DAGNINO, E.(org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *Sociedade civil e participação cidadã no poder local*. Salvador: Pró-reitoria de Extensão da UFBA, 2000, p.78.

TERNES, A. e VICENZI, H. *Dona Francisca: Imperial estrada da serra*. Joinville: Letradágua, 2002.

TERNES, A. *História de Joinville: uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1981.

THOMAS, K.. *O homem e o mundo natural: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das letras, 1988, p.23.

TOURAINÉ, Alain. *O retorno do actor: ensaio sobre sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

TRENTINI, E.C.. *Agricultura “criminosa”*: atividades agrícolas avaliadas á luz do Código Florestal de 1965. Florianópolis: UFSC, dissertação de mestrado, 2004.

URBAN, T.. *Saudades do matão*: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

VIEIRA, P. F. e WEBER, J.. Sociedade, natureza e desenvolvimento viável. IN:_____. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*: novos desafios para a pesquisa ambiental.

VIEIRA, P. F.& WEBER, J.. *Sociedades, naturezas e desenvolvimento viável*. In:VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (orgs). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1996.

WANDERLEY, M. N. B.. *Em busca da modernidade social*: uma homenagem a Alexander Chayanov. IN: FERREIRA, A. D. e BRANDENBURG, A.. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

WANDERLEY, M.N.B.. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N.. *Un nueva ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires: CLACSO, p.33

ZANONI, Magda et al. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. IN: Desenvolvimento e meio ambiente. Curitiba: Editora da UFPR, nº 2, jul/dez 2000, p.39-55.

ENTREVISTAS REALIZADAS

A.K., agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T, em 11/03/2006.

A..M, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 11/03/2006.

A.P.V. agricultora. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 19/11/5005.

A.Q, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 18/11/2005.

C.B. agricultor. Entrevista concedida a Azevedo, N. T, em 18/12/2005.

C.C, diretor da COMFLORESTA. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T, em 10/12/2006.

E.B., agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N. T em 23/03/2006.

E.P., agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 09/11/2005.

E.S., diretor da FUNDEMA. Entrevista concedida a AZEVEDO, N. T em 15/01/2006.

E.C.S, coordenador de meio ambiente da Fundação 25 de Julho. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 05/06/2006.

H.D agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 21/02/2006.

H.P, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 14/11/2005.

J.A.F, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T. em 25/11/2005.

J.Z, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N. T em 24/10/2005.

J.V, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 14/03/2006.

L.N., agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 09/11/2005.

L.S., agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 05/02/2006.

M.B.M, engenheira sanitaria da FATMA. Entrevista concedida em 01/10/2006.

M.E, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T. em 21/03/2006.

M.L.G, presidente do CCJ. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 10/10/2006.

N.A.S., ex-coordenador do SOS Nascentes. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T. em 16/05/2003.

N.S, presidente da FUNDEMA. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T. em 04/05/2006.

N.S, representante de ONG. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 19/07/2006.

O.P. agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 29/03/2006.

O.V., agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 25/03/2006.

R.K., agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T. em 14/03/2006.

V.P, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 21/03/2006.

W.P.agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 03/02/2006.

W.Q, agricultor. Entrevista concedida a AZEVEDO, N.T em 09/11/2005.

APÊNDICE

Roteiros de entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COMFLORESTA

DATA	HORARIO
LOCAL	DURACAO

1. IDENTIFICACAO

Nome:	
Cargo que ocupa:	
Quanto tempo:	
Formação:	

1. ATUAÇÃO DA COMFLORESTA

- Que atividades a empresa desenvolve dentro da APA? Como é o processo produtivo?
- Quantos empregados possui?
- Qual a extensão da área ocupada no desenvolvimento das atividades da empresa?
- São realizadas atividades de responsabilidade social corporativa? Quais? Quantas pessoas atinge?
- Existem planos para expansão das atividades dentro da APA ou desenvolvimento de novas atividades? Quais?
- Quais as principais dificuldades que a empresa encontra em sua atuação?
- Na concepção da empresa, as atividades realizadas degradam o meio ambiente?
- Que medidas ambientais compensatórias a empresa desenvolve?

2. GESTÃO DA APA

- Quais os principais problemas ambientais da região, na visão da empresa? Quais são os fatores de pressão?
- Como a empresa está se inserindo no processo de gestão da APA? Quais suas propostas?
- Como avalia a questão da lei da outorga da água, que tramita no legislativo estadual?
- Que tipo de atividades poderiam ser desenvolvidas para compatibilizar o desenvolvimento da região e a proteção ao meio ambiente?
- Como avalia a atuação dos órgãos públicos ligados ao meio ambiente dentro da APA? (FATMA, FUNDEMA, IBAMA, POLÍCIA AMBIENTAL)

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TECNICOS DA FUNDEMA

DATA	HORARIO
LOCAL	DURACAO

1. IDENTIFICAÇÃO:

Nome:	
Cargo que ocupa:	
Quanto tempo:	
Formação:	

2. ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- Como a FUNDEMA atua dentro da região da APA?
- Há projetos específicos?
- Quais? Como são executados? (Técnicos envolvidos, formação)
- Há projetos específicos para a informação dos agricultores sobre a questão ambiental?
- Como é feita a fiscalização dentro da APA? Quantos fiscais e técnicos atuam e qual a orientação para a ação com os agricultores?
- Quais os tipos mais comuns de problemas ambientais dentro da APA? Como age a FUNDEMA?
- Quais os procedimentos que devem ser adotados pelos proprietários nos casos de necessidade de supressão da vegetação ou licenciamento de atividades? Quais documentos são necessários?
- A FUNDEMA possui alguma atribuição específica para o caso do excessivo desmembramento dos terrenos na área da APA? Qual?
- Como a FUNDEMA se posiciona com relação à mineração nos rios da região?
- Como a FUNDEMA tem atuado para a proteção dos recursos hídricos?

3. GESTÃO DA APA

- Como a FUNDEMA, como órgão responsável pela gestão da APA, vem encaminhando os procedimentos para a construção do plano de manejo da APA?
- Que órgãos formam a comissão técnica responsável?
- Que entidades formam o conselho diretor?
- Como é feito o envolvimento das populações residentes?
- Como foi feito o zoneamento?
- Quais os principais objetivos da APA?
- Qual a proposta da FUNDEMA para a gestão da APA?
- Que tipo de ações a FUNDEMA pretende implantar para a gestão dos recursos hídricos? Como avalia a questão da outorga da água?
- Existe algum tipo de projeto para a compensação dos proprietários em áreas de mananciais?

4. DESENVOLVIMENTO LOCAL

- Existe a busca de parcerias para o desenvolvimento local? Quais?
- Que ações acreditam serem necessárias para compatibilizar as atividades econômicas já desenvolvidas na região, em especial a agricultura, com a proteção ao meio ambiente? Como tem atuado para alcançar tal compatibilidade?
- Que conhecimentos e/ou práticas das comunidades locais têm sido identificados como alternativa para o desenvolvimento sustentável?
- Que outras atividades podem ser desenvolvidas como alternativas para a subsistência das comunidades residentes na região?
- Há procura de realizar convênios com organizações internacionais preocupadas com a proteção da Mata Atlântica?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGRICULTORES

DATA	HORARIO
LOCAL	DURACAO

1. INFORMACOES GERAIS

Nome:	
Idade:	
Naturalidade	
Grau de escolaridade	<input type="checkbox"/> Não-alfabetizado <input type="checkbox"/> Ensino fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino médio Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo
Tempo que trabalha na agricultura	<input type="checkbox"/> Menos de 5 anos <input type="checkbox"/> 5-10 <input type="checkbox"/> 10-15 <input type="checkbox"/> 15-20 <input type="checkbox"/> + de 20
Outras atividades desenvolvidas dentro da propriedade	<input type="checkbox"/> Turismo rural <input type="checkbox"/> Beneficiamento de produtos Quais _____ <input type="checkbox"/> Outras: _____
Outras atividades profissionais realizadas fora da propriedade	<input type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Comércio <input type="checkbox"/> Serviços Quais? _____ <input type="checkbox"/> Outras _____
Número de integrantes da família	<input type="checkbox"/> 1- 5 <input type="checkbox"/> 5-10 <input type="checkbox"/> + de 10
Número de integrantes que trabalham na agricultura	
Ocupação daqueles que não trabalham na agricultura	<input type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Comércio <input type="checkbox"/> Serviços Quais? _____ <input type="checkbox"/> Outras _____
Percentual da renda que provém da agricultura	
Renda média familiar	
Tempo de residência na propriedade	

2. DADOS DA PROPRIEDADE E PRODUÇÃO

DADOS SOBRE A PRODUÇÃO				
Exploração	Ha/cbça	Qtd comercializada	Qtd. consumida	Forma de comercialização
Milho				
Feijão				
Banana				
Cará				
Mandioca				
Cana-de-açúcar				
Hortaliças				
Gado leiteiro				
Gado de corte				
Porcos				
Aves				
Frutas				
Taiá				
Japão				
Eucalipto				
Pupunha				
Palmito Juçara				
Outras				

DADOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PROPRIEDADE		
Tipo de ocupação	Área	Descrição/considerações
Área total		
Área cultivada		
Área de pastagem		
Área de rios		
Área de proteção/remanescentes florestais		APP Reserva legal
Área construída		
Situação fundiária		
Esterqueira		
Engenho de farinha		
MÃO-DE-OBRA		
Origem	Número	
Integrantes da família		
Contratado temporário		
Contratado permanente		
Outros		

O sr. tem acesso a crédito rural? Qual a fonte?

3. ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA

- O senhor percebeu algum tipo de dificuldade com relação à agricultura com a criação da APA?
- Quais as atividades mais comprometidas?
- Que tipos de atividades o sr. vem desenvolvendo como alternativa desde a criação da APA?
- Quais atividades gostaria de desenvolver, mas encontra dificuldades? Quais dificuldades?
- O sr. já recebeu proposta para vender a propriedade (para aqueles que têm nascentes dentro da propriedade – em especial Quiriri)
- O sr. considera que as atividades que desenvolve prejudicam o meio ambiente?
- Como combate as pragas, controla o mato e aduba a terra? Que tipo de produto utiliza? O sr. sempre fez desta forma? Como fazia antes? Por que mudou? Modificou com a criação da APA?
- Onde compra as sementes?
- Quais culturas fazia antes e quais faz agora? Se mudou, por que?
- O que o sr. acha da proibição do corte de palmito e madeira? Continua fazendo ou parou? Como acha que poderia ser feito para poder explorar mas garantir a proteção?
- O que acha da mineração na região?
- Quais as principais dificuldades que encontra para permanecer como agricultor e se elas aumentaram com a criação da APA?
- O que o senhor acha da situação do meio ambiente na região? Quais os problemas ambientais? Melhorou ou piorou com a criação da APA?

4. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

- Como o senhor percebe a ação dos órgãos públicos (FUNDEMA, FATMA, EPAGRI, POLÍCIA AMBIENTAL E FM 25)? Há informação e apoio para as pessoas que moram na APA? Qual?
- Já sofreu algum tipo de punição dos órgãos ambientais? Qual?
- Você recebe assessoria de algum técnico? De qual entidade? Como avalia?
- Conhece as ONG's que atuam na região? Como avalia a atuação?
- Participa de organizações ou associações (incluindo o sindicato):
- Existem discussões sobre o meio ambiente? Quais?
- Há acordo sobre estas questões?
- A questão da APA é discutida? Em que sentido?
-

ROTEIRO DE ENTREVISTA ONG VIDA VERDE

DATA	HORARIO
LOCAL	DURACAO

1. IDENTIFICACAO

Nome:	
Cargo que ocupa:	
Quanto tempo:	
Formação:	
Local de trabalho	
Cargo que ocupa	

2. ATUAÇÃO

- Quando foi fundada a ONG? Quantos membros possui?
- Quais os principais projetos e programas da ONG?
- Qual a atuação da ONG dentro da APA?
- Na visão da ONG, quais os principais problemas ambientais da região?
- Como poderiam ser resolvidos?
- Quais as atividades desenvolvidas mais impactantes dentro da área da APA, na percepção da ONG?
- Como percebem a situação dos agricultores dentro da APA?
- Há projetos que envolvam os agricultores familiares da região?
- Como avaliam a atuação dos órgãos públicos de proteção ao meio ambiente dentro da APA?

3. GESTÃO DA APA

- Que tipo de propostas para a gestão dos recursos naturais da APA apresenta a ONG, para a elaboração do plano de manejo da APA?
- Como o agricultor familiar pode ser inserido neste processo, na visão da ONG? Existem conhecimentos e saberes tradicionais dos agricultores que poderiam ser utilizados? Quais?
- Como avalia a questão da lei da outorga da água, que tramita no legislativo estadual?
- Que tipo de atividades, no entendimento da ONG, poderiam ser desenvolvidas para compatibilizar o desenvolvimento da região e a proteção ao meio ambiente?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TECNICOS DA FUNDACAO 25 DE JULHO

DATA	HORARIO
LOCAL	DURACAO

1. IDENTIFICACAO

Nome:	
Cargo que ocupa:	
Quanto tempo:	
Formação:	

2. ATUACAO DA INSTITUICAO

- Como a Fundação atua dentro da região da APA? Há projetos específicos?
- Como é feita a assistência ao agricultor?
- Como é orientado o agricultor no caso de necessidade de supressão de vegetação ou de licenciamento de atividades?
- Há apoio da fundação para projetos de manejo florestal ou corte seletivo?
- Há apoio da fundação para agricultores que desejam fazer a averbação da reserva legal? De que tipo?
- Há projetos específicos para a informação dos agricultores sobre a questão ambiental?
- Há projetos para o desenvolvimento de atividades agrícolas compatíveis com a proteção ambiental imposta pela APA? Quantos agricultores atende?
- Que problemas a fundação identifica como existentes para o agricultor na região da APA? Como atua para solucioná-los?
- Quais as principais dificuldades que a Fundação encontra para atuar?

3. GESTAO DA APA

- Como a fundação tem se posicionado no processo de regulamentação da APA?
- Que tipo de ações a fundação acha que se deveria implantar para a gestão dos recursos hídricos? Como avalia a questão da outorga da água?
- Como avaliam a forma com que o agricultor poderia se inserir no processo de gestão da APA?
- Que tipos de conhecimentos e/ou práticas dos agricultores poderiam ser aproveitados neste processo?
- Que tipo de proposta a fundação tem apresentado para que a APA traga resultados positivos para o desenvolvimento rural sustentável?
- Que ações vêm sendo desenvolvidas neste sentido?

4. DESENVOLVIMENTO LOCAL

- Existe a busca de parcerias para o desenvolvimento local? Quais?
- Que ações acreditam serem necessárias para compatibilizar as atividades econômicas já desenvolvidas na região, em especial a agricultura, com a proteção ao meio ambiente?
- Que outras atividades podem ser desenvolvidas como alternativas para a subsistência das comunidades residentes na região?
- Há procura de realizar convênios com organizações internacionais preocupadas com a proteção da Mata Atlântica?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COMITE DE BACIA DO CUBATAO

DATA	HORARIO
LOCAL	DURACAO

1. IDENTIFICACAO

Nome:	
Cargo que ocupa:	
Quanto tempo:	
Formação:	

2. ATUACAO DA INSTITUICAO

- Como é constituído o comitê? Quais os principais objetivos?
- Quais as principais dificuldades encontradas na atuação do Comitê?
- Qual a atuação do Comitê dentro da APA?
- Há projetos direcionados aos agricultores familiares? Como são executados?
- Quais atividades desenvolvidas dentro da APA são consideradas mais impactantes pelo Comitê?
- Quais os principais problemas ambientais na região da APA, na visão do Comitê?
- Como poderiam ser resolvidos?
- Como avalia a atuação dos órgãos públicos de proteção ao meio ambiente dentro da APA?

3. GESTÃO DA APA

- Quais as principais propostas do Comitê para a gestão dos recursos naturais, em especial os hídricos, na região da APA?
- Como poderia ser feita a inserção dos agricultores familiares neste processo? Há saberes e conhecimentos tradicionais destes agricultores que poderiam ser utilizados neste processo?
- Que tipo de atividades poderiam ser desenvolvidas para compatibilizar o desenvolvimento da região e a proteção ao meio ambiente?